

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR

ENSINO E FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA ESCOLA
MUNICIPAL DO CAMPO EDITH EBINER ECKERT (EIEF),
CHÁCARAS JARAGUÁ, PARANAVAÍ / PR (1974-2023)

PPIFOR

NEIRIANE APARECIDA CATTELAN MATARUCO

PARANAVAÍ
2024

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVÁI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

**ENSINO E FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA ESCOLA
MUNICIPAL DO CAMPO EDITH EBINER ECKERT (EIEF),
CHÁCARAS JARAGUÁ, PARANAVÁI / PR (1974-2023)**

PPIFOR

NEIRIANE APARECIDA CATTELAN MATARUCO

**PARANAVÁI
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

**ENSINO E FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA ESCOLA MUNICIPAL
DO CAMPO EDITH EBINER ECKERT (EIEF), CHÁCARAS JARAGUÁ,
PARANAÍ / PR (1974-2023)**

PPIFOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranaí, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Formação docente interdisciplinar.

Orientadora:

Prof^(a). Dra.: Márcia Marlene Stentzler



Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Mataruco, Neiriane Aparecida Cattelan
Ensino e Formação Sociocultural na Escola
Municipal do Campo Edith Ebner Eckert (EIEF),
Chácaras Jaraguá, Paranavaí / PR (1974-2023) /
Neiriane Aparecida Cattelan Mataruco. -- Paranavaí-
PR, 2024.

122 f.: il.

Orientador: Márcia Marlene Stentzler.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em Ensino: "Formação Docente
Interdisciplinar") -- Universidade Estadual do
Paraná, 2024.

1. Escola do campo. 2. Ensino. 3. Festividades.
4. Representações. I - Stentzler, Márcia Marlene
(orient). II - Título.

NEIRIANE APARECIDA CATTELAN MATARUCO

**ENSINO E FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA ESCOLA
MUNICIPAL DO CAMPO EDITH EBINER ECKERT (EIEF),
CHÁCARAS JARAGUÁ, PARANAÍ / PR (1974-2023)**

PP
IFOR

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a). Márcia Marlene Stentzler – (orientadora)
UNESPAR

Prof(a). Dr(a). Maria Cristina Gomes Machado – UEM

Prof(a). Dr(a). Fátima Aparecida de Souza Francioli –
UNESPAR

Data de Aprovação:
29/11/2024.

PP IFOR

Dedico este trabalho aos meus filhos Ana Julia Cattelan Mataruco e Pedro Henrique Cattelan Mataruco, maiores fontes de alegria, motivação e orgulho da minha vida. Eles que precisaram lidar com minha ausência, nesse período de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois em muitos momentos senti sua presença em minha vida, principalmente nos momentos difíceis. Sempre entreguei a minha a Ele e sei que esse só foi possível pela Sua vontade.

Aos meus pais, Adenir Luiz Cattelan e Veranilza Burin Gomes Cattelan, que por toda minha jornada de estudo, incentivaram-me e oportunizaram meios que permitiram que eu conquistasse cada fase educacional, sem eles o percurso seria quase impossível.

Ao meu irmão Jeferson Luís Cattelan que leu meus textos, apoiou e incentivou-me antes e durante a pesquisa.

Ao meu irmão Giovanni Arnaldo Cattelan que sempre me auxiliou nos mais diversos momentos, especialmente com os sobrinhos.

Ao meu esposo Anderson Mataruco, que sempre esteve ao meu lado, desde os momentos de angústia, cansaço e na realização do meu sonho.

Aos amigos e amigas, que de forma direta e indireta proporcionaram momentos de estímulo e apoio, especialmente a Letícia Costa Silva e Santos.

A Professora Dra. Márcia Marlene Stentzler, ser humano especial e orientadora da pesquisa, sempre paciente, serena e motivadora nas orientações. As Professoras Dra. Maria Cristina Gomes Machado e Dra. Nádia Gaiofatto Gonçalves, Dra Fátima Aparecida de Souza Francioli que fizeram parte das bancas de qualificação e defesa.

Aos professores e colegas de turma Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR), da UNESPAR, Campus de Paranavaí, pelas palavras de incentivo e conhecimento.

Ao Grupo de Pesquisas Núcleo de Catalogação, Estudos e Pesquisas em História da Educação (NUCATHE) e ao Grupo de Pesquisas Teoria e Práticas Educacionais

na Perspectiva Crítica da Educação Escolar (GTPEC), por me proporcionar encontros enriquecedores, com muitas trocas de experiências e estudos que contribuíram diretamente em minha pesquisa.

À Secretaria Municipal de Educação e Núcleo Regional de Educação por autorizar minha pesquisa. Não seria possível alcançar meus objetivos da pesquisa sem que disponibilizassem o acesso as fontes primárias que nos proporcionaram esta pesquisa.

A Câmara Municipal de Vereadores por ceder espaço e permitir acesso aos arquivos do Jornal Diário do Noroeste, e a Prefeitura Municipal de Paranaíba por todo apoio para a realização desta pesquisa.

A todos, eu registro aqui, meu profundo e sincero agradecimento.

PP IFOR

PPIFOR

“Passei a vida tentando corrigir os erros que cometi na minha ânsia de acertar. Ao tentar corrigir um erro, cometia outro. Sou uma culpada inocente”.

(Clarice Lispector, 1981, p. 37).

MATARUCO, Neiriane Aparecida Cattelan Mataruco. **Ensino e Formação Sociocultural na Escola Municipal do Campo Edith Ebner Eckert (EIEF), Chácaras Jaraguá, Paranavaí / PR (1974-2023)**. 2024. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar) – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. Orientadora: Márcia Marlene Stentzler. Paranavaí, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva compreender o impacto da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert (EIEF) no ensino e formação sociocultural das crianças da comunidade Chácaras Jaraguá, em Paranavaí/Paraná. A história desta escola está vinculada à existência da comunidade. Ela foi criada pelo município como escola rural multisseriada em 1967. Resistiu ao desmantelamento das instituições isoladas pelos poderes públicos. Atualmente, existem somente duas escolas do campo em Paranavaí. Esta instituição tem centralidade na vida das pessoas, sendo lugar de aprendizagens, de formação de memórias, de manutenção de tradições e de integração sociocultural. Muitas histórias de vida foram conformadas nesse lugar e representações sociais foram constituídas sobre essa instituição. Atualmente ela funciona em tempo integral. Oferta Educação Infantil e Ensino Fundamental, até o 5º ano. Portanto, o estudo histórico acerca de sua existência torna-se necessário, uma vez que instituições dessa natureza impactaram a vida de inúmeras famílias. Ao longo dos 57 anos de existência, ela ocupou um importante papel no ensino das crianças e, por conseguinte, na conformação sociocultural na comunidade local, por meio de diferentes atividades, em particular as festividades escolares e cívicas como parte do ensino. Trabalhamos na perspectiva da história socioeducacional e cultural, analisando aspectos do contexto macro e micro, considerando as inter-relações que a escola estabelece com o seu entorno. Esta pesquisa tem por base autores que pesquisam sobre as múltiplas relações que se estabelecem entre sociedade e instituições educacionais, bem como na cultura que se produz em seu interior. Entre eles destacamos Roger Chartier (1990), Marc Bloch (2001), Jacques Le Goff (2003), e Edward Palmer Thompson (1981). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental e de campo, com questionário aplicado a um grupo-amostra composto por ex-alunos e um grupo focal composto por ex-professores e uma ex-cozinheira. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unespar e foi aprovado pelo Parecer 6.499.668, em 10/11/2023. Os documentos estão localizados no arquivo da escola e na Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí. O movimento da sociedade em relação à organização da educação foi apreendido por meio de pesquisa no jornal Diário do Noroeste, onde buscamos por notícias sobre esta escola, considerando representações sociais sobre o papel da educação. Por meio desses procedimentos, construímos análises acerca do papel da escola na comunidade e no processo de ensino e aprendizagem das crianças das Chácaras Jaraguá, onde essa instituição foi muito valorizada e respeitada pela comunidade que lutou por sua permanência até o tempo presente. A escola pesquisada passou pelo processo de mudança de Escola Rural para Escola do Campo. Verificamos que a Cultura Escolar se manifesta no dia a dia da comunidade que está alicerçada na existência da própria escola que preserva as tradições e saberes locais.

Palavras-chave: escola do campo; ensino; festividades; representações.

MATARUCO, Neiriane Aparecida Cattelan Mataruco. **Education and Sociocultural Development at Edith Ebner Eckert Municipal Rural School (EIEF), Chácaras Jaraguá, Paranaíba / PR (1974-2023)**. 2024. 122 p. Dissertation (Master's in Teaching: Interdisciplinary Teacher Training) – State University of Paraná. Advisor: Orientadora: Márcia Marlene Stentzler. Paranaíba, 2024.

ABSTRACT

This research aims to understand the role of Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert (EIEF) on the teaching and sociocultural development of children in the Chácaras Jaraguá community, located in Paranaíba, Paraná. The school's history is deeply intertwined with the community's existence, having been established as a multi-grade rural school by the municipality in 1967. Despite governmental efforts to dismantle isolated institutions, EIEF resisted closure and remains, to this day, one of only two rural schools in Paranaíba. As a central institution in the community's life, EIEF serves not only as a place of learning but also as a hub for preserving traditions, fostering sociocultural integration, and creating lasting memories. Within its walls, numerous life stories have unfolded, shaping social representations of the school. Currently, EIEF operates on a full-time schedule, offering Early Childhood Education and Elementary Education up to the 5th grade. Given its 57-year history, a historical study of its existence is essential, as institutions like EIEF have profoundly impacted countless families. This research adopts socio-educational and cultural historical perspectives to analyze macro and micro contextual aspects, focusing on the interrelationships between the school and its surroundings. It draws on the works of authors such as Roger Chartier (1990), Marc Bloch (2001), Jacques Le Goff (2003), and Edward Palmer Thompson (1981), who explore the complex dynamics between society and educational institutions. This qualitative study employs documentary and field research methods. Data collection includes a questionnaire administered to former students and a focus group with former teachers and a former cook. Approved by the Unespar Research Ethics Committee (Opinion 6,499,668, dated 10/11/2023), the study also examines documents from the school archive and the Municipal Department of Education of Paranaíba. Additionally, newspaper research in the *Diário do Noroeste* provides insights into societal attitudes toward education and school organization. The analysis highlights the pivotal role of EIEF in the Chácaras Jaraguá community, emphasizing its consistent value and respect as both an educational institution and a cultural pillar. The findings underscore the school's significance in shaping the teaching-learning process and its lasting impact on the lives of its students and the broader community. The school studied went through the process of changing from a Rural School to a Campo School. We found that School Culture manifests itself in the daily life of the community, which is based on the existence of the school itself, which preserves local traditions and knowledge.

Keywords: rural school; teaching; festivities; representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Paranaíba / PR.....	14
Figura 2 – Escola Rural Jaraguá, 1972.....	49
Figura 3 – Notícia sobre exposição de trabalhos.....	52
Figura 4 – Notícia sobre apresentação artística dos alunos.....	53
Figura 5 – Escola Jaraguá, 1995.....	54
Figura 6 – Alunos da Escola Rural Jaraguá em frente a Associação de Moradores, 1998.....	56
Figura 7 – Crianças lanchando no barracão da Associação de Moradores, 1998.....	57
Figura 8 – Notícia sobre a construção da escola.....	58
Figura 9 – Crianças em educação física no barracão da Associação de Moradores, 1999.....	60
Figura 10 – Escola Rural Municipal Professora Edith Ebiner Eckert, 2021.....	62
Figura 11 – Reinauguração da Escola, 2004.....	63
Figura 12 – Notícia sobre ampliação da escola na Chácara Jaraguá.....	64
Figura 13 – Visita ao bosque municipal de Paranaíba, 1990.....	69
Figura 14 – Apresentação cultural do Dia do Índio, 1992.....	70
Figura 15 – Visita à fábrica de vinagre, 1996.....	72
Figura 16 – Apresentação de Natal, 1998.....	73
Figura 17 – Visita à casa da Cultura para assistir à peça “A menina e o vento”, 2004.....	75
Figura 18 – Conto de Natal, 1994.....	78
Figura 19 – Premiação do XIV Concurso de Contos, 2002.....	79
Figura 20 – Notícia de desfile da Semana da Pátria, 1984.....	85
Figura 21 – Jogos infantis.....	87
Figura 22 – Desfile cívico no Estádio Waldemiro Wagner, 2001.....	88
Figura 23 – Apresentação dos 500 anos do Brasil, 2000.....	89
Figura 24 – Apresentação Festa Junina, 1993.....	93
Figura 25 – Apresentação Festa Junina, 1995.....	94
Figura 26 – Apresentação da Festa Junina, 2023.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Histórico das escolas rurais de Paranavaí, 1976.....	39
Quadro 2 – Número de matrículas de 1974	51

PP IFOR

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMF	Associação de Pais Mestres e Funcionários
APREAR	Apresentação Artística das Escolas do Meio Rural
BRAVIACO	Companhia Brasileira de Viação e Comércio
CEB	Câmara de Educação Básica
CEC	Coordenação Estadual da Educação do Campo
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEC	Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”
DEDI	Departamento de Diversidade
DOE	Diário Oficial do Estado
EIEF	Educação Infantil e Ensino Fundamental
ER	Escolas Rurais
FAFIPA	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí
GTPEC	Grupo de Pesquisas Teoria e Práticas Educacionais na Perspectiva Crítica da Educação Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUCATHE	Núcleo de Catalogação, Estudos e Pesquisas em História da Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPIFOR	Programa de Pós-Graduação em Ensino – Formação de Docente Interdisciplinar
PR	Paraná
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSS	Programa de Seleção Simplificado
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEF/NRE	Setor de Estrutura e Funcionamento do Núcleo Regional de Paranavaí
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UPE	União Paranaense de Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A ESCOLA NAS CHÁCARAS JARAGUÁ	26
2.1 As escolas rurais	27
2.1.1 De escola rural à escola do campo	30
2.2 De Escola Rural Jaraguá para Escola do Campo Professora Edith Ebner Eckert	38
3 A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DO BAIRRO CHÁCARAS JARAGUÁ	44
3.1 Origens de Paranavaí	45
3.2 Uma comunidade e sua cultura	48
3.2.1 A gestão das escolas municipais	51
3.3 Cultura em movimento na comunidade	65
3.4 Memórias da escola	67
4 FESTIVIDADES ESCOLARES DA ESCOLA DAS CHÁCARAS JARAGUÁ	82
4.1 Festividades cívicas	83
4.2 Festividades, identidade e engajamento na comunidade escolar	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE	110
Apêndice A – Questionário para os ex estudantes, ex professores e ex funcionários	110
ANEXOS	111
Anexo A – Termo de Autorização de Pesquisa	111
Anexo B – Comitê de Ética em Pesquisa (Unespar)	112
Anexo C – Histórico das Escolas Municipais	117
Anexo D – Vida Legal do Estabelecimento de Ensino	119

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa investigo o Ensino e Formação Sociocultural na Escola Municipal do Campo Edith Ebiner Eckert (EIEF), entre 1974 a 2023. A escola está localizada no Distrito de Sumaré, município de Paranavaí, estado do Paraná. Sempre estive inserida nas escolas públicas, cursei o ensino fundamental I na Escola Municipal Stela Maris em Alto Paraná, o ensino fundamental II na Escola Estadual Regente Feijó, em Doutor Camargo, e ensino médio no colégio Estadual Rainha da Paz, Alto Paraná. Fui aprovada no vestibular pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Paranavaí, onde cursei licenciatura plena em Letras – Português/Inglês. Na sequência, fiz especializações em Língua Portuguesa e Literatura, Língua Inglesa e Literatura, Psicopedagogia e Deficiência Intelectual, também cursei segunda graduação em Pedagogia. Sou filha de trabalhadores rurais que moram no campo, e até hoje dependem da agricultura e da pecuária para sobreviver, juntamente com meus avós e tios. No decorrer das leituras fui percebendo que essa temática tinha relação comigo, pois apesar de não ter estudado em escola rural, meus pais e avós estudaram e contaram-me como foram suas experiências.

Durante minha graduação vi a necessidade de aprimorar meus conhecimentos teóricos e práticos, ligados ao ensino. Alcancei grandes resultados em minha vida profissional e acadêmica, a exemplo da aprovação no Programa de Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Estou na Educação há treze anos, trabalhei tanto em escolas privadas como públicas, porém minha preferência é lecionar em escolas públicas. Exonei de um concurso público na área da saúde para atuar na rede estadual de educação como contratada no Programa de Seleção Simplificado (PSS). Trabalhei por três anos na Escola Estadual do Campo Santa Maria, no município de Alto Paraná. Atualmente, tenho um padrão na rede municipal de educação e trabalhei sete anos na escola pesquisada, evidenciando a relevância do campo de pesquisa em minha vida.

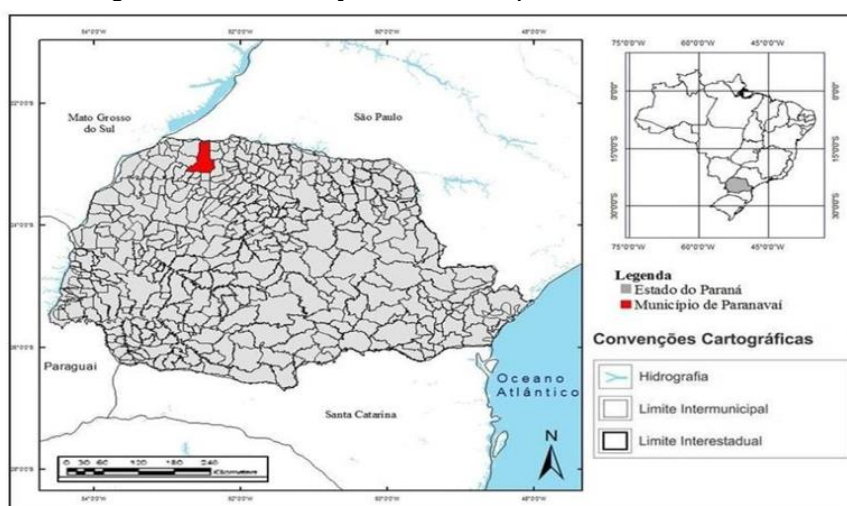
A proposta inicial ao ingressar no mestrado foi de realizar uma pesquisa sobre a professora Edith Ebiner Eckert. Contudo, durante a pesquisa deparei-me com a dificuldade de encontrar fontes, uma vez que a mesma não lecionou na

comunidade das Chácaras Jaraguá. Mas, a relevância do seu trabalho ocorreu em outras escolas do município de Paranavaí e a proposta de seu nome para esta escola foi de autoria do vereador Antônio Maria Baggio dos Reis, de acordo com o projeto de Lei nº 5.429/2019 (Paranavaí, 2019).

Conforme realizava a pesquisa sobre as escolas rurais de Paranavaí, interessei-me pela comunidade das Chácaras Jaraguá, mais especificamente conhecer as razões dessa escola continuar funcionando, visto que outras inúmeras escolas rurais que foram fechadas. As escolas rurais foram muito importantes na vida de quem viveu e trabalhou no campo chamou minha atenção, visto que meus pais não conseguiram concluir seus estudos, contudo não deixaram de valorizar a escola, ou seja, a educação na vida dos filhos. Diante de inúmeros relatos de meus familiares sobre o passado, por meio dessa pesquisa alcancei parte de minha história que jamais encontraria de outra maneira, orgulhando-me em conhecer um pouco mais da história do meu passado, por meio da história desta escola rural do município de Paranavaí, história semelhante a milhares de outras no Brasil.

A Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert – Educação Infantil e Ensino Fundamental (EIEF) é uma escola pública que oferece Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, situada no bairro Chácaras Jaraguá, na cidade de Paranavaí, no noroeste do Paraná.

Figura 1 – Localização do município de Paranavaí / PR



Fonte: Research (2022).

O histórico das Escolas Municipais de Paranavaí, elaborado na gestão do Prefeito municipal Benedito Pinto Dias (1973-1976) é um documento que traz

registros do início da história dessa instituição, cujas atividades se iniciaram em 15/05/1967 como Escola Rural Jaraguá (Dias; Vizzali, 1976). Embora não tenhamos localizado dados legais sobre sua criação no município, a instituição recebeu autorização do Estado do Paraná para o funcionamento do ensino de 1ª a 4ª série do 1º grau pela Resolução nº 3.318 de 06/12/1982, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 13/01/1983 (Paraná, 2023), retroativo ao ano de 1980.

Nesta dissertação o foco de investigação foi centrado no recorte temporal de 1974 a 2023 devido a impossibilidade de coletar fontes anteriores a escolha do recorte é devido ao início de atendimento de crianças, pois anterior a essa data a escola atendia adultos. Durante um grande período de chuvas, no ano de 2015, a escola estudada foi alagada e grande parte da documentação perdida. Os que restaram não são cuidados como deveriam, pois, se encontram em um quarto do almoxarifado, sem ventilação, com vários outros materiais, em caixas de papelão, amontoadas num canto, com cheiro de mofo.

Essa instituição faz parte da história e da memória dos moradores da comunidade das Chácaras Jaraguá, compondo a formação sociocultural desta, pois muitas pessoas que residem neste lugar, ali estudaram. Nos dias atuais, nela estudam filhos de famílias de trabalhadores de vilas rurais, chácaras, sítios e fazendas, bem como de moradores dos arredores da escola. A permanência desse estabelecimento, até os dias atuais, se deve a características particulares da comunidade das Chácaras Jaraguá, a qual, não existiria sem a escola, pois das 61 escolas rurais municipais criadas no município de Paranavaí entre as décadas de 1950 e 1970, apenas duas continuam funcionando. Essas escolas foram criadas devido ao contexto socioeconômico, marcado por um intenso período de colonização e expansão agrícola (Silva, 2014), havendo a necessidade de qualificar a mão de obra agrícola vinda de outras regiões e atender as demandas da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024/1961 de educação como direito universal, diminuindo o analfabetismo (Brasil, 1961). As duas escolas rurais que continuam em funcionamento no município: a Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebiner Eckert (EIEF), no distrito do Sumaré, comunidade Chácaras Jaraguá e a Escola Municipal do Campo Clemente Niehues (EIEF), no distrito de Mandiocaba.

Embora mantenham o caráter de escola do campo, ambas atualmente estão localizadas nas adjacências da área urbana do município de Paranavaí/PR. Em

relação ao estado do Paraná, Paranavaí situa-se na região Noroeste, sendo polo educacional regional, com instituições de educação básica e de ensino superior, tanto pública, quanto privada. Logo, a compreensão da organização da educação neste município fornece elementos para a entendermos história da educação brasileira.

No campo da História da Educação há algumas pesquisas e trabalhos em torno do tema das escolas rurais, os pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto trazem nos seus escritos informações e dados sobre a produção desses estudos (Güttschow, 2018). Sobre a educação primária na zona rural há um dossiê denominado Representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural, organizado por Souza e Ávila (2014). É um estudo que põe “em relevo a importância da escola rural no processo de escolarização da infância durante o século 20” (Souza; Ávila, 2014, p. 9).

Souza e Ávila (2014) realizam estudos históricos acerca da educação primária, realizados nos últimos anos no Brasil, as autoras trabalham com as escolas rurais no processo de escolarização da infância durante o século XX, em particular a no período de 1930 a 1970, quando houve a expansão do ensino rural no país e foram implantadas políticas de escolarização para construção de escolas e melhoria da educação na zona rural. Há meio século, as escolas rurais eram comuns em sítios, fazendas, chácaras e comunidades rurais, como também foi em Paranavaí.

Ao olharmos para o passado buscando compreendê-lo, buscamos a base para a análise na perspectiva sócio histórica, em pesquisadores da nova história cultural, cuja base é a Escola de Analles, criada na França em 1929 e tendo como marco a publicação da Revista Analles. Marc Bloch foi um de seus fundadores, o historiador considerava a história como uma ciência que desempenha papel fundamental na sociedade, fornecendo elementos para a compreensão do passado, o entendimento do presente e planejamento do futuro (Bloch, 2001).

Nesta pesquisa trazemos para o centro do debate a história dessa instituição que ofertou educação para aos filhos de trabalhadores rurais e urbanos. Seguimos os passos de Thompson (1981) quando defende que os historiadores tenham responsabilidade social com a história, em particular aquela das pessoas mais pobres, ou seja, as que foram silenciadas historicamente. Buscaremos dar voz a histórias de sujeitos que tiveram suas vidas entrelaçadas a esta instituição de ensino. Nesse processo investigativo realizamos uma análise cuidadosa que leva em

consideração o contexto histórico do objeto de estudo, mas sem a pretensão de abarcar toda a complexidade histórica.

A escola pesquisada tem sua existência entretecida à vida de inúmeras famílias que reconhecem e necessitam da educação para transformar sua condição de vida e a sociedade a que pertencem. Thompson (1981) evidencia que a classe operária é fundamental na sociedade. Os trabalhadores influenciam mudanças sociais e políticas. Contudo, a história desses sujeitos é muitas vezes ignorada ou marginalizada pelas elites, tornando-se ainda mais importante estudá-la e compartilhá-la, entendendo a vida cotidiana, os desafios, as lutas e conquistas desses trabalhadores. As vidas dessas pessoas transformam e são transformadas no cotidiano, nas escolas, nas ruas, na vida da cidade.

A história desta instituição escolar traz consigo os sentimentos de pertencimento, orgulho e responsabilidade para a comunidade, como outras instituições escolares (Nosella; Buffa, 2022). Esta pesquisa explora o movimento da instituição e suas práticas no tempo. Fomenta o diálogo entre professores, estudantes e comunidade, compreendendo a educação como um direito universal, afirmado na Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988).

Nesta pesquisa, em particular, transitamos por diferentes arquivos, buscando documentos na Secretaria Municipal de Educação, Núcleo Regional de Educação e Câmara Municipal de Vereadores de Paranavaí, bem como na escola pesquisada. Essas evidências foram “[...] interrogada[s] de maneira específica” [...] (Bertucci; Faria Filho; Oliveira, 2010, p. 20) para se chegar a conclusões em relação ao objeto de investigação. Isso inclui examinar as denominadas fontes primárias, ou seja, os documentos, artefatos e testemunhos não trabalhados, para reconstruir e interpretar eventos passados de maneira rigorosa e crítica.

O conhecimento de nossa história está em permanente construção. Na visão do historiador Thompson (1981), podemos encontrar a “desconfirmação da ação de alguma conclusão, contudo jamais apontar o caminho certo para a escrita da verdade ou de algum tema” (Thompson, 1981, p. 50), portanto, o ofício do historiador é delicado, cada fonte de pesquisa pode levar a respostas diferentes e é preciso contrapô-las para obter as melhores respostas. Esse entendimento já perpassava os ideais de Bloch (2001) e da Escola dos Anales que deu evidência a temáticas e objetos de pesquisa até então desconsiderados, sendo necessário “observar, analisar a paisagem de hoje para compreender o passado, voltar para o passado

partindo do presente. Ninguém consegue compreender todo o conhecimento, pois há muitas experiências da humanidade”, escreveu Bloch (2001, p. 67).

Afinal, para entender o passado, é necessário observar e analisar a paisagem atual, pois ela carrega vestígios e influências do que já ocorreu. Voltar ao passado a partir do presente significa usar as informações e perspectivas atuais como ponto de partida para investigar e compreender eventos históricos. A vastidão do conhecimento humano indica que é impossível compreender completamente todas as experiências da humanidade devido à sua complexidade e diversidade. Bloch (2001) ressalta que a história deve observar, analisar a paisagem de hoje para compreender o passado e voltar para o passado partindo do presente, pois ninguém consegue levar em conta apenas os grandes eventos, mas precisa analisar as experiências individuais das pessoas comuns.

A leitura das fontes pautou reflexões de Nosella e Buffa (2022), autores que argumentam sobre o cuidado em sua seleção, visto que há documentos ou fontes ambíguas, que nem sempre garantem a veracidade dos fatos e “dependem da ótica teórica e da política” (Nosella; Buffa, 2022 p. 60). Essa era uma preocupação de Le Goff (2003) nas primeiras décadas do século XX. Para ele, a “[...] habilidade do historiador consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm” (Le Goff, 2003, p. 178). Nesse sentido, Le Goff (2003, p. 536) adverte: “o melhor historiador é aquele que se mantém mais próximo possível dos textos”. Esse intelectual destaca a relevância da objetividade e fidelidade aos documentos históricos, cabendo ao pesquisador extrair informações dos documentos existentes sem adicionar interpretações subjetivas ou conjecturas.

Esta pesquisa se pauta em documentos escolares, como atos oficiais e registros institucionais, bem como em narrativas pessoais, artefatos culturais e outras evidências, permitindo uma pesquisa abrangente e inclusiva com a compreensão rica e complexa da História da Educação. Historiadores trabalham com evidências disponíveis, como documentos, artefatos, registros arqueológicos e relatos de testemunhas oculares. Eles analisam essas fontes de maneira crítica e contextualizada para reconstruir e interpretar os eventos históricos da forma mais precisa possível. Embora não possam “constatar” os fatos da mesma maneira que um cientista faz em um laboratório, esses pesquisadores buscam entender o passado por meio de métodos rigorosos de investigação e análise.

No âmbito legal, na primeira LDB nº 4.024/61, a escolarização primária rural já era abordada como parte da educação no país (Brasil, 1961). A Lei nº 5.692/71 continha especificações sobre as escolas rurais, reconhecendo o seu papel e defendendo a oferta de educação para as populações rurais, levando em conta as suas necessidades e especificidades, características econômicas, culturais e a inclusão de conteúdos relacionados à realidade rural (Brasil, 1971).

Com a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 205, e a LDB 9.394 sancionada em 20 de dezembro de 1996, no seu artigo nº 6, “a educação básica pública passou a ser assegurada como um direito de todos os cidadãos” (Brasil, 1988, 1996). A Lei nº 9.394/96 estabelece as normas para a educação brasileira e altera a nomenclatura de escolas rurais para escolas do campo em seu artigo 28, § 4º, inciso II (Brasil, 1996).

A distinção entre “escola rural” e “escola do campo”, segundo Brandão (1981), é discutida em diversas obras que tratam da educação do campo. Um dos livros de referência “O que é Educação” aborda temas relacionados à educação e suas conexões com as realidades sociais, o qual afirma que o termo “escola rural” é usado para se referir a instituições de ensino localizadas em áreas rurais, na qual a ênfase não está nas especificidades da vida no campo, porém simplesmente na localização geográfica da escola. A nomenclatura “Escola do Campo” referida na LDB 9.394/96 é voltada para a contextualização e as necessidades específicas das populações do campo. Portanto, A “escola do campo” vai além da simples localização geográfica e propõe uma educação que leva em conta as particularidades culturais, sociais e econômicas das comunidades rurais. Atualmente as escolas do campo são cada vez menos comuns (Brandão; Ferreira, 2011; Souza, 2011).

Faria Filho (1998), no artigo, “A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação”, resultado parcial de pesquisas do Projeto Integrado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) discute a relevância da legislação escolar como uma importante fonte de pesquisa para a história da educação no Brasil. Faria Filho (1998) propõe que as leis e normas educacionais não sejam vistas apenas como textos prescritivos, mas como elementos que refletem as práticas, os valores e os conflitos sociais de uma determinada época. O artigo convida os historiadores da educação a olharem para as leis como documentos vivos, que ajudam a compreender tanto as intenções dos formuladores de políticas quanto as práticas cotidianas nas escolas.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, escolas rurais foram fechadas em nossa região e no Brasil. Em Paranaíba isso ocorreu com o êxodo rural, especialmente, a partir da década de 1970, após a denominada geada negra¹. As escolas rurais existiram em grande número no estado do Paraná, como mostra artigo publicado por Andrade, Toledo e Andrade (2021), com resultados da dissertação sobre a implantação da Escola Rural de Dois Irmãos, no município de Toledo, região Oeste do estado do Paraná. Foi uma das primeiras escolas a ser construída e mantida pelo poder público na região. Em certa medida, a sua história, por conta da localização geográfica e características, possui similaridades com a escola objeto desta pesquisa.

Outro artigo na linha de investigação que buscamos desenvolver foi escrita por Bortoluzzi e Souza (2020), sobre as festividades escolares do Grupo Escolar Erny Zorzi, localizado no distrito de Vila Oliva, em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. A pesquisa evidencia grandes potencialidades das festividades escolares, incluindo um guia das festas promovidas pela instituição. A pesquisa trabalha com o significado e representatividade das festas escolares para a produção de uma cultura escolar na localidade. Essa pesquisa trabalha com fontes documentais e a partir delas buscou-se construir uma narrativa histórica da escola no contexto de sua existência.

Ao analisar a história de Paranaíba, no noroeste do Estado do Paraná, o memorialista Silva² (2014), em seu livro “História de Paranaíba”, relata particularidades no desenvolvimento regional. Escreve que as primeiras professoras chegaram na década de 1940 e trabalhavam em lugares improvisados. A criação e fechamento das escolas rurais no município de Paranaíba foi objeto de pesquisa de Pereira (2020), cuja dissertação foi defendida junto ao PPIFOR. Sua pesquisa mostra que não havia uma política do município para a criação dessas escolas, pois muitas nasceram pelo interesse da comunidade, do proprietário de sítio ou da fazenda.

¹ Fenômeno climático com baixíssimas temperaturas provocando o congelamento dos cafezais e a morte das plantas. Com isso, inúmeras famílias abandonaram a vida nas propriedades rurais buscando trabalho nas cidades.

² Na década de 1920, a região de Paranaíba era tomada por matas virgens, a região pertencia à Comarca de Tibagi. Em 1920 o governo do Estado do Paraná concedeu terras à Companhia Brasileira de Viação e Comércio – BRAVIACO, com o compromisso de povoar e colonizar a região que passou a ser conhecida como Fazenda Ivaí. Em 1933 o governador Manoel Ribas, iniciou o planejamento para a colonização da fazenda Brasileira, que com o passar dos anos crescia tendo vários patrimônios criados na região. Em 1947 recebeu o nome de Colônia Paranaíba, tornando-se distrito do município de Mandaguari. Em 14 de dezembro de 1951 o município de Paranaíba é emancipado. Não é objetivo desta pesquisa discorrer sobre a história de Paranaíba. Aos interessados recomendamos os estudos de Alcântara (1987), Ariocho (2019) e Silva (2014).

A partir dessas investigações já elencadas, esta pesquisa avança no sentido da compreensão do papel desempenhado pela Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert (EIEF) na comunidade Chácaras Jaraguá, em Paranaíba, Paraná, que contribuiu para a superação do analfabetismo nesta localidade.

A problemática central que guia esta investigação é desvendar o impacto da escola no ensino e formação sociocultural das crianças da comunidade. A investigação tem como objetivo geral compreender o papel da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert (EIEF) no ensino e na formação sociocultural das crianças na comunidade Chácaras Jaraguá, em Paranaíba/PR.

Nesse sentido, a pesquisa busca responder aos seguintes objetivos específicos: a) Investigar o papel das escolas rurais e sua transformação em escolas do campo; b) Conhecer a história da comunidade das Chácaras Jaraguá e da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert; c) Identificar as representações sobre a escola na conformação socio educacional e cultural a partir das festividades escolares, a partir de notícias publicadas no Jornal Diário do Noroeste, entrevistas de ex-alunos e grupo focal.

Para o acesso às fontes de pesquisa e o ingresso na escola, inicialmente, solicitamos a autorização da Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba (Anexo A) e da direção da escola. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unespar³ (Anexo B). O acesso aos documentos foi fundamental, pois uma pesquisa prescinde dessas fontes precedendo e acompanhando os trabalhos. Consiste em aspecto dominante em trabalhos que visam mostrar a situação atual de um assunto determinado ou intentam traçar a evolução histórica de um problema (Gil, 2008).

A pesquisa de campo se constituiu em aplicação de questionário semiestruturado via *Google Forms* (Apêndice A). Os questionários *online* são uma técnica de coleta de dados amplamente usada para diversos fins, tanto científica, quanto acadêmica e segundo Neves, Augusto e Terra (2020) os formulários *online* (*e-surveys*) permitem a profusão de resultados obtidos. Foram 12 questões enviadas a um grupo amostra, com ex-alunos que moram na comunidade das Chácaras Jaraguá, estudaram na instituição entre os anos de 1970 a 2000, e tem filhos ou

³ Número do Parecer: 6.499.668, aprovado em 10/11/2023.

irmãos que estudam na instituição. Foi enviado em dezembro de 2023 em um grupo de *WhatsApp*, com doze participantes. Solicitamos que fosse respondido até fevereiro de 2024, quando recebemos cinco respostas, mas somente três estavam completas. Embora o número tenha sido pequeno, foi possível conhecer aspectos da memória e representações dessas pessoas sobre o papel da escola e suas festividades.

Como forma de ampliar a compreensão sobre a escola realizamos um grupo focal com a participação de cinco ex-professoras e uma ex-cozinheira. Essa técnica do grupo focal é muito utilizada em pesquisa social e explica Gatti (2005). Mas, a seleção de participantes precisa ser criteriosa e coerente, com características comuns. As ex-professoras Antônia Batista; Iraci Marin Martins; Carolina Pupim Dutra; Rosa Maria Martos; Eloir Alves da Silva e pela cozinheira Aurélia Zacarias leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo e Autorização para Uso de Imagem. As participantes Rosa Maria Martos, Aurélia Zacarias, Eloir Alves da Silva e Antonia Batista moram nas proximidades da escola. Esse aspecto foi critério para selecionar o grupo focal. Por meio delas conhecemos a Iraci Marin Martins e a Carolina Pupim Dutra que moram na cidade de Paranavaí. O encontro foi realizado na residência da pesquisadora e foi gravado, conforme explicitaremos.

O conceito de representação que embasou a pesquisa foi definido por Chartier (1990, p. 17) como “esquemas intelectuais incorporados que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. Contudo, as representações são influenciadas por interesses dos grupos que as formulam, sendo, portanto, subjetiva e parcial. Elas são designadas por um determinado grupo com interesses na articulação e consolidação de uma proposta, que neste caso é a comunidade de uma escola rural. Desse modo,

[...] as percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor autoridade à custa de outros [...], a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (Chartier, 1990, p. 17).

As representações foram analisadas considerando o papel da escola e dos sujeitos que nela atuaram, buscando conhecer o movimento dessa instituição na comunidade, eventuais disputas, tanto no âmbito normativo, quanto das lutas sociais

pela manutenção da escola nessa comunidade, das festividades escolares, tensionando, inclusive com costumes e tradições. Trabalhamos com fotografias que têm um caráter de testemunho ou captura do momento histórico, e está nesta particularidade o movimento que será feito nessa tese. A interpretação de Burke (1992) é de que as imagens são testemunhas mudas e é difícil traduzir em palavras seus significados. Sendo assim, elas apontam para o que não pode ser escrito em palavras. Neste sentido, devem ser problematizadas e tratadas com acuidade. Para o autor, tudo em uma fotografia transmite uma mensagem, até mesmo a textura do papel.

As investigações por meio das fotografias é um exercício contínuo de análise e interpretação que procura entender essa forma de representação visual e o seu uso nos estudos históricos (Levy, 2011), em especial, no caso, na história da educação, que se refere à realidade da escola Rural Jaraguá. “Além de ser uma interpretação do real, a fotografia é um vestígio diretamente calcado sobre o real, como uma pegada” (Levy, 2011, p. 398).

Bello (2013) destaca que os jornais são fontes fundamentais para o estudo de processos históricos, pois oferecem um retrato imediatamente dos eventos e a opinião publicada época. Eles fornecem informações sobre acontecimentos do dia a dia que, muitas vezes, não são documentados em outras fontes, como registros oficiais. De acordo com ela, os jornais “são veículos privilegiados para acessar a cultura, a mentalidade e os valores sociais de um determinado período” (Bello, 2013, p. 45).

O denominado Diário do Noroeste, criado em 1954, único jornal da região por décadas e um dos principais veículos de comunicação, cobrindo notícias locais, regionais e nacionais. Seu acervo foi localizado na Câmara Municipal de Paranavaí, onde há uma sala destinada para o arquivo dos jornais desde 1971 até 2019, porém o local que se encontra o jornal está abandonado, falta organização, e há muita sujeira e poeira no local. Percebemos a falta de alguns exemplares do Jornal do Diário do Noroeste. Durante a leitura se percebe a falta de jornais nos períodos referentes aos anos de 1975 a 1976, 1977 (janeiro a março), 1981 (setembro a dezembro), 1996 (janeiro a junho), 1990 (abril a agosto), 2002 (setembro a dezembro) e 2008 (março a junho), 2018 (fevereiro), 2019 (janeiro, fevereiro e dezembro). Anteriormente ao ano de 1971 não há exemplares do jornal, pois o

prédio do jornal sofreu em um incêndio e perdeu-se tudo. A partir de 1971 verificamos que os exemplares eram semanais.

Por fim, utilizamos a fonte oral por meio do grupo focal trazendo memórias que marcaram a vida destes estudantes durante o período que estiveram na instituição. São informações que não estão nos livros e nas legislações, mas possibilitam novos olhares para nosso objeto de estudo e revelam especificidades que subsidiam a pesquisa (Güttchoow, 2018). Explorar as memórias e a cultura perpassa o âmbito das ideias e dos pensamentos. A ideia de cultura escolar subsidia as análises históricas e está presente nos eventos (Faria Filho; Vidal, 2004). A cultura escolar desempenha um papel fundamental nas análises históricas, pois reflete as normas, valores e práticas que moldam a educação em determinado contexto e época. Ela fornece dados sobre como a sociedade percebe e transmite conhecimento ao longo do tempo, influenciando a estruturação de eventos históricos e sua interpretação.

Dessa forma, esta pesquisa se organiza da seguinte forma:

Na primeira seção desta dissertação consiste na introdução, onde apresentamos em linhas gerais a organização da pesquisa, seus objetivos e as bases.

Na segunda seção investigamos e discutimos sobre o papel da escola rural das Chácaras Jaraguá e sua transformação em Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert, trabalhando com a “Vida Legal da Escola”, análise da legislação e documentos que se localizam na referida escola, na Secretaria Municipal de Educação e na Câmara Municipal de Vereadores. Durante a seção conceituaremos escola rural e escola do campo, enquanto parte do contexto histórico e social. Analisaremos como a referida escola resistiu ao tempo e permanece sendo o alicerce educacional da comunidade das Chácaras Jaraguá, bem como a história na comunidade.

Na terceira seção vamos conhecer a comunidade das Chácaras Jaraguá e da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert, analisando a historiografia do município de Paranavaí e os dados coletados no questionário respondido por ex-alunos, tanto pelo *Google Forms*, quanto pelas respostas dos ex-professores e ex-funcionária do encontro do grupo focal, permeando o campo das memórias, além de pesquisa em documentos do arquivo da escola para contrapor as informações, analisá-las criticamente.

Na quarta seção tencionamos identificar as representações sobre a escola na formação sócio educacional e cultural a partir das festividades escolares por meio da pesquisa no jornal Diário do Noroeste, pelo questionário respondido pelo *Google Forms* e no grupo focal, relatar a relação entre escola e comunidade. Nessa seção trabalharemos com notícias publicadas no jornal Diário do Noroeste, de Paranaíba, além de fotos encontrados no arquivo da escola e arquivo pessoal das professoras e funcionária entrevistadas no grupo focal.

Como observamos a escola teve mudança na nomenclatura, portanto até dezembro de 2001 utilizaremos a denominação de Escola Rural Jaraguá, a partir de janeiro de 2002 utilizaremos a nomenclatura atual Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebiner Eckert.

2 A ESCOLA NAS CHÁCARAS JARAGUÁ

Segundo Saviani (2008), a instituição escolar é uma instância social fundamental para a organização do ensino formal, sendo responsável pela sistematização dos saberes e pela formação dos indivíduos de acordo com as exigências da sociedade. Saviani (2008) destaca que a escola reflete a estrutura social, e também influencia-a, servindo como um espaço de reprodução e transformação das relações sociais.

Essa perspectiva dialoga com as reflexões de Nosella e Buffa (2022), que enfatizam a importância de se estudar a instituição escolar como um espaço de construção de práticas, significados e identidades sociais. Ao compreender a escola não apenas como um local de transmissão de conhecimentos, torna-se possível identificar os processos que podem contribuir para a emancipação social e a redução das desigualdades. Sendo assim, estudo das instituições escolares à luz dessas ideias possibilita uma análise mais profunda de como a educação pode atuar como um agente de transformação social.

A pesquisa em uma instituição escolar, de acordo com Nosella e Buffa (2022, p. 34) possui “seis categorias ou níveis de envolvimento: emocional e afetivo; responsabilidade e comprometimento; conhecimento; prática pedagógica; preservação da memória; relacionamento político (comunidade e autoridades)”. Nesta pesquisa encontramos essas categorias. Os ex-alunos entrevistados, ao falar da escola demonstram uma reação afetiva com ela, de carinho, emoção, orgulho e autoestima em pertencer a uma instituição que faz parte da história individual ou familiar e, está sendo valorizada e reconhecida por meio da pesquisa.

Durante a investigação encontramos a responsabilidade e comprometimento da comunidade que lutou para manter a escola aberta até os dias atuais, bem como compromisso com a preservação da memória, ao aceitarem participar da pesquisa. A prática pedagógica desenvolvida na escola está presente na memória de quem lá estudou. O relacionamento político da comunidade com as autoridades foi um ponto marcante desta história, pelas necessidades da comunidade e a capacidade de luta dos moradores locais, demarcando a necessidade da escola e buscando melhorias na estrutura física, com ampliação e construção de quadra poliesportiva, entre outros.

Ao ter acesso à história da instituição, os ex-alunos podem desenvolver uma conexão mais profunda com a escola, entendendo melhor seu propósito e importância. Isso pode levar os alunos a se envolverem mais ativamente na comunidade escolar, criando expectativas em relação à escola e desenvolvendo um maior apreço por ela. “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (Le Goff, 2003, p. 477). A preservação da memória contribui para a manutenção da identidade da escola fortalecendo o vínculo entre alunos, professores e comunidade escolar, promovendo um ambiente educacional mais engajado e acolhedor.

2.1 As escolas rurais

No artigo “Estado da Arte Acerca das Escolas Multisseriadas”, Cardoso e Jocomeli (2010) discutem o protagonismo das escolas multisseriadas para a iniciação escolar da grande maioria dos sujeitos no campo, onde o acesso a escolas convencionais é limitado. As escolas multisseriadas são aquelas em que alunos de diferentes séries estudam em uma mesma sala de aula, sob a orientação de um único professor. Esse modelo é comum em regiões do campo, onde a população dispersa torna inviável a construção de escolas específicas para cada nível de ensino. Contudo, segundo a autora, existe preconceito e desvalorização em relação às escolas multisseriadas.

Para Brandão (2011) ao se estudar a educação do campo é preciso ter atenção às questões sócio econômicas e geopolíticas, pois inúmeros estudantes e trabalhadores do campo fazem parte deste processo. O autor defende uma abordagem inclusiva e participativa na educação, reconhecendo e incorporando os saberes locais e as experiências das comunidades rurais no processo educativo. A escola do campo vai além da mera localização geográfica e busca pela integração profunda com a realidade e necessidades das pessoas que vivem e trabalham no meio rural.

Uma das questões pontuais abordadas pela pesquisa de Ávila (2013, p. 22) é em relação às denominações e usos dos termos como sinônimos:

[...] termos como “educação rural”, “educação de sentido ruralista”, “educação no campo”, “escola rural de ensino de primeiras letras”, “escola de ensino rural”, “escola rural”, “escola campesina”, “ensino rural”, “ruralização do ensino”, “ensino regular no meio rural”, “pedagogia rural”, aparecem nos trabalhos muitas vezes tratados como sinônimos.

Há, contudo, especificidades entre a escola rural e a escola do campo. Esses conceitos foram se formando ao longo do tempo, na medida em que a escola se transformava em sua relação com a sociedade. Para Souza (2011, p. 31),

A educação rural caracteriza-se por práticas educativas isoladas e marcadas pela ideologia do Brasil urbano, a educação do campo adensa-se em função da força da sociedade civil organizada nos planos nacional e estadual, e das experiências coletivas na escola e fora dela.

A escola do campo tem relação com as inquietações da vida e do mundo dos moradores do campo, uma vez que possuem condições de acesso particulares, em relação aos estudantes urbanos. Ela, porém, foi imprescindível para a transformação nas condições de vida dos moradores do campo. A educação rural enfrentou desafios únicos, devido à localização geográfica e características das comunidades agrícolas, com práticas educativas que podem ser influenciadas pela ideologia predominante das áreas urbanas. Conforme Leite (1999, p. 28),

[...] a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910-1920, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

A migração de moradores do campo para a cidade em busca de trabalho nas áreas de industrialização trouxe à tona a problemática da escolarização, pois se necessitava de pessoas alfabetizadas para trabalhar nas indústrias. Dessa forma, segundo Leite (1999), surgiu o ruralismo pedagógico, que objetivava fixar o homem ao campo e durou até a década de 1930. Em 1937, foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo além de preparar os migrantes do campo para atuarem nas indústrias.

A legislação relacionada à escola rural, no Brasil, perpassa algumas das principais leis e regulamentações relacionadas à educação rural que incluem: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional tratando da Educação Rural no art. 87: “O ensino primário, no meio rural, será adaptado às condições locais e às necessidades da vida agrícola” (Brasil, 1961). A lei previa que o ensino deveria ser adaptado às peculiaridades regionais e locais, o que inclui as áreas rurais,

reconhecendo a necessidade de atenção especial às peculiaridades das áreas rurais.

Com o passar dos anos, iniciou-se um movimento crescente de fortalecimento da educação do campo. Segundo Brandão (2011), esse movimento surgiu a partir da palestra proferida por Arroyo, em 1998, em Luziânia/GO, por ocasião da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em julho de 1998. Foi impulsionado pela sociedade civil organizada e pelas experiências coletivas, tanto dentro, quanto fora da escola. Isso foi resultado de muita luta. Os primeiros “[...] a se mobilizar foram as mães e professores, depois os pais e algumas lideranças do movimento” (Caldart, 2008, p. 45).

Atualmente, o movimento pela educação no campo ganhou corpo com a participação de universidades e setores burocráticos do Estado. Esse movimento de fortalecimento da educação do campo no Brasil pode ser entendido a partir de alguns pontos principais como: o reconhecimento da Educação do Campo devido à valorização da educação, voltada especificamente para as populações rurais, reconhecendo suas particularidades culturais, sociais e econômicas, traduzidas em políticas públicas e ações governamentais que buscam promover uma educação contextualizada (Brandão, 2011).

Os movimentos sociais pressionavam o governo e a sociedade para reconhecer e atender às necessidades educacionais específicas das comunidades rurais, escreveu Brandão (2011). O autor destaca que além dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual desempenhou um papel crucial na luta por uma educação de qualidade para as populações do campo; a formação de professores e a implementação de currículos que respeitem e incorporem o conhecimento tradicional e a realidade do campo, incluindo práticas agrícolas, a história e a cultura local no conteúdo educacional, tornam a educação mais relevante e significativa para os alunos do campo.

Brandão (2011) reconhece que o fortalecimento da educação do campo carece ser analisado entretido às questões socioeconômicas e geopolíticas amplas, em virtude da exclusão dos estudantes do campo, o que reforça as desigualdades educacionais entre as áreas rurais e urbanas no Brasil. Isso ocorre por meio de práticas inadequadas nas escolas rurais brasileiras como a desconsideração do contexto local no currículo, a desvalorização da cultura local e a ineficácia do transporte público. O autor aponta que mesmo com algumas políticas

públicas para os estudantes das escolas rurais, ainda há fragilidades como a precariedade na infraestrutura e a qualificação dos profissionais para atuarem nas particularidades culturais sociais e econômicas.

A escola do campo e educação do campo foi e continua sendo resultado da teoria na prática, produzindo conhecimento, trazendo a realidade para o debate em sala de aula, acontecendo lá “no” campo, onde as crianças e seus pais residem, possibilitando o desenvolvimento da consciência social e política das crianças e do professor, na qual, escreve Caldart (2008, p. 23) luta-se legitimamente “por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos”.

A concepção de “escola do campo” reconhece essa diversidade e busca uma educação mais contextualizada e sensível às realidades locais. Afinal, a educação no campo deve promover o respeito pela identidade e história das comunidades rurais, e deve fortalecer os laços entre a escola e a comunidade, tornando a aprendizagem mais contextualizada e envolvente para os estudantes (Brandão, 2011; Souza, 2011).

2.1.1 De escola rural à escola do campo

No tocante ao processo de transição de escola rural para escola do campo, Brandão (2011) aponta que esse processo está associado à mudança de paradigma na compreensão da educação nas áreas rurais e relaciona alguns fatores: a) as comunidades rurais são extremamente diversas em termos de cultura, economia, modo de vida e necessidades educacionais; b) a valorização dos saberes e práticas locais, pois se faz oportuno incorporar o conhecimento tradicional e as experiências das comunidades rurais no processo educativo, reconhecendo a riqueza cultural, ambiental e econômica das áreas rurais; c) sustentabilidade ao elencar que a escola do campo está alinhada com a perspectiva de desenvolvimento sustentável, promovendo uma educação que esteja integrada às práticas agrícolas sustentáveis, à preservação ambiental e ao fortalecimento das comunidades rurais.

Esse processo resulta do reconhecimento das limitações e inadequações curriculares das escolas rurais tradicionais, as quais não podem ter seu papel negligenciado, pois foram fundamentais para que crianças tivessem acesso à escolarização num determinado tempo histórico. As atuais escolas do campo são organizadas sob a égide da LDB 9.394/96, de forma a contribuir para uma educação

que valorize a cultura, os saberes locais e atenda às necessidades específicas das comunidades rurais.

O movimento de fortalecimento da educação do campo inclui não só iniciativas para adaptar o currículo às realidades rurais, como também promove a participação da comunidade na gestão escolar e desenvolve práticas educativas contextualizadas e relevantes para a vida no campo. Essa abordagem reconhece e valoriza a diversidade cultural e econômica das áreas rurais, contribuindo para uma educação inclusiva e significativa para os estudantes rurais.

A educação do campo, antes da LDB 9.394/96, vinculou-se a um modelo importado da educação urbana. De acordo com Castro (2009) até a década de 1990 o meio rural brasileiro apresentava um dos mais baixos índices de escolaridade do mundo. Segundo o pesquisador o analfabetismo ainda é maior em áreas rurais, e entre pobres e negros.

[...] o avanço representado pela redução substancial do analfabetismo na faixa etária de 15 a 17 anos (de 8,2%, em 1992, para 1,7%, em 2007) e na faixa de 18 a 24 anos (8,6% para 2,4%) reflete a evolução do sistema educacional na incorporação e alfabetização de crianças e jovens [...] (Castro, 2009, p. 681).

As escolas localizadas em áreas rurais apresentam características diversas, como estar em áreas de difícil acesso ou ainda apresentar precárias condições de funcionamento, tanto na estrutura física, quanto humana. Para Souza (2017), ao se analisar as características da escola do campo percebe-se que sua existência está centrada em três aspectos: identidade, trabalho pedagógico e a gestão escolar. O autor destaca a:

1) identidade construída no contexto das lutas empreendidas pela sociedade civil organizada, especialmente a dos movimentos sociais do campo; 2) organização do trabalho pedagógico, que valoriza trabalho, identidade e cultura dos povos do campo; 3) gestão democrática da escola, com intensa participação da comunidade (Souza, 2011, p. 32).

Esses pontos destacam aspectos essenciais para uma educação mais inclusiva e contextualizada nas áreas rurais. A identidade construída no contexto das lutas dos movimentos sociais do campo ressalta a importância de reconhecer e valorizar as especificidades e demandas das comunidades rurais. Essas lutas têm

como objetivo garantir direitos, o acesso a recursos e a políticas públicas que atendam às necessidades dos povos do campo, incluindo a educação.

A organização do trabalho pedagógico deve ser pautada na valorização do trabalho, identidade e cultura dos povos do campo, reconhecendo a importância de integrar os conhecimentos locais, práticas agrícolas e tradições culturais no processo educativo. Isso não apenas enriquece a experiência de aprendizado dos alunos, mas fortalece sua identidade e conexão com suas raízes e comunidade.

No estado do Paraná, segundo Souza (2011), desde a década de 1990, há experiências de práticas educativas e debates políticos para a escola do campo e educação do campo. Apesar do objetivo de a escola rural não ser da construção de uma nova instituição, mas a construção da escola do campo como fruto do trabalho e do mundo dos moradores do campo, ou seja, uma escola pensada, organizada e vivida pelos próprios moradores das Chácaras Jaraguá. Embora experiências de educação do campo e iniciativas governamentais tenham expressividade no Estado do Paraná, a realidade é marcada por influências ideológicas que refletem as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no país, como neoliberalismo, que descentralizava e reduzia o papel do Estado, e os movimentos sociais que reivindicavam uma educação voltada para a realidade do campo, tanto na Educação Rural, quanto na Educação do Campo por meio de projetos que buscam uma formação articulada às necessidades da comunidade (Souza, 2011).

A transformação de escola rural para escola do campo só pode se efetivar pela “esfera pública que conjuga o interesse da sociedade civil organizada, particularmente dos trabalhadores do campo, com os deveres e intenções político-sociais do governo” (Souza, 2011, p. 28). Em nossa pesquisa identificamos que lideranças da comunidade lutaram pela permanência da escola por meio de reuniões e assembleias, como detalharemos mais adiante.

No município de Paranavaí, região historicamente ligada à agricultura, a transformação da escola rural em escola do campo ocorreu em consonância com o fortalecimento das políticas nacionais de educação do campo, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas em 2002. (Brasil, 2002). Em Paranavaí houve um movimento que envolveu comunidades rurais, sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais, que

passaram a exigir uma escola que representasse as necessidades e expectativas das famílias do campo, segundo escreveu o memorialista Silva (2014).

O memorialista destacou que educadores comprometidos com a causa do campo tiveram um papel central na articulação desse processo, ao lado de instituições como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Teve como objetivos principais: currículo adaptado à realidade local, que deveria incluir temas ligados à agricultura, agroecologia e à vida rural, promovendo o protagonismo dos saberes; a participação das famílias e das comunidades rurais na gestão e na definição do projeto pedagógico; e a formação de educadores voltada às realidades do campo, comprometidos com os princípios da educação do campo, o que incluiu a valorização da história e da cultura local (Silva, 2014).

Em Paranavaí esse processo trouxe impactos significativos para a comunidade rural. As escolas passaram a dialogar mais com a realidade dos alunos e de suas famílias, levando em consideração o calendário agrícola, as tradições e os desafios específicos da vida no campo. Segundo relatos de educadores coletados no grupo focal, os quais também são representações dessas pessoas acerca da educação, a escola do campo, além de ser um espaço aprendizado formal, tornou-se espaço de valorização cultural e social. A escola dá visibilidade aos indivíduos que nela estão inseridos, fortalece a própria comunidade e um determinado modo de pensar. Para Chartier (2000, p. 7) “as representações (individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou iconográficas) não como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade”, mas também “como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social”.

Um ponto fundante é a relação das pessoas com a terra. A pesquisa de Lima (2022), os sujeitos e a resistência pela terra e por humanidade caminharam juntas, sejam as pessoas camponesas, quilombolas ou indígenas. Esse pertencimento é, sobretudo, por humanidade, pois a terra é cultura e é vida. A terra representa muito mais do que um simples espaço físico. Ela é o cerne de suas identidades, tradições e modos de vida. Os camponeses, ao longo da história, têm lutado pela posse e pelo direito de cultivar a terra, garantindo assim sua sobrevivência e a preservação cultural. A terra não é apenas um meio de produção, mas um legado transmitido de geração em geração, envolvendo práticas agrícolas, festividades e um conhecimento acumulado sobre o ambiente natural. Nesse sentido,

Os trabalhadores(as) dos campos e das cidades na centralidade que dão em suas ações de resistência à ocupação/expropriação de suas terras, espaços, territórios trazem essas experiências brutais, abissais da produção dos territórios em nossa longa história colocada a sua produção na ordem social. Vivenciaram e continuam vivenciando esses processos de tornar seus espaços, territórios como ilegais, como inexistentes perante a lei, o direito, a ordem jurídica têm operado não apenas para legitimar a conquista, a expropriação de suas terras, mas também tem operado como processos brutais, de desenraizamento e destruição de suas identidades, culturas, memória, valores produzidos e enraizados nas formas de seu viver, trabalhar, de produzir na terra e de produzir-se como humanos (Arroyo, 2014, p. 203).

A reflexão do intelectual acima citado acerca dos trabalhadores rurais e urbanos, a centralidade de suas ações de resistência à ocupação e expropriação de terras destaca uma dinâmica de opressão que é ao mesmo tempo material e simbólica, uma vez que esses trabalhadores enfrentam um processo histórico de desenraizamento e destruição de suas identidades, culturas e memórias. A ocupação e expropriação de suas terras não são apenas atos de conquista territorial, mas de deslegitimação de suas formas de viver e produzir. A terra, para esses grupos, é mais do que um recurso econômico; é um espaço de vida, trabalho e reprodução cultural (Lima, 2022).

A autora citada destaca que ao serem despojados de suas terras, eles não apenas perdem um meio de subsistência, mas são desarraigados de suas culturas e valores. Esse desenraizamento resulta na desintegração de formas de vida comunitária e no apagamento de suas contribuições históricas e culturais (Lima, 2022). Esse processo de expropriação é, portanto, uma forma de violência simbólica, no qual o reconhecimento e a legitimidade de suas existências são negados. Portanto, a resistência desses trabalhadores não é somente uma luta pela recuperação e manutenção de suas terras, contudo pela preservação de suas identidades e modos de vida, reafirmando a humanidade e o valor intrínseco de suas culturas. Trata-se de uma luta contra a invisibilidade imposta por uma ordem social. A luta pela terra é uma luta pelo direito de existir plenamente como seres humanos, com toda a complexidade cultural e histórica. Os processos de resistência, segundo Arroyo (2014), são fundamentais para entender a dinâmica de poder e de exclusão que estrutura a sociedade.

A concepção de escola do campo na LDB 9.394/96 é uma resposta a essa lacuna de valorizar a diversidade cultural e as especificações locais, buscando uma perspectiva mais abrangente e inclusiva que reconheça e valorize as

particularidades da vida no campo. Isso inclui não somente a localização geográfica, como aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais das comunidades rurais. Souza (2011) destaca que na prática essa valorização só ocorreu devido às lutas de grupos sociais, como processo. Como forma de valorizar a fixação das pessoas no campo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei nº 6.497/1977, foi reelaborado (Brasil, 1977), com diretrizes para a alimentação escolar, incluindo a oferta de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Isso beneficia diretamente as escolas do campo e contribui para o desenvolvimento econômico das comunidades agrícolas, pois valoriza a agricultura familiar e os filhos dos agricultores que nelas estudam.

A Educação do Campo conta com amparo legal conforme art. 28 da LDB 9.394/96 (Brasil, 1996) que estabelece o direito da população rural a um sistema de ensino adequado às suas peculiaridades regionais e de vida, no qual o foco é a cultura local do campo, dando uma educação apta a entender seus costumes locais. A mesma lei dispõe a organização da escola e do calendário escolar com base em especificidades regionais.

Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância;
- II - Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996).

A legislação reconhece, assim, que currículos e metodologias devam ser adequados para atender particularidades desse meio. Por meio da Lei nº 14.767, de 2023, foi incluído ao texto original da LDB a possibilidade de uso da pedagogia da alternância. (Brasil, 2023). Essa Pedagogia tem uma metodologia educacional voltada, em particular, para o contexto rural, pois se caracteriza pela alternância entre períodos de formação na escola e de prática no meio familiar ou comunitário dos estudantes. A ideia é integrar a educação formal com a realidade socioeconômica e cultural dos alunos, permitindo uma aplicação prática imediata dos conhecimentos adquiridos na escola.

Essa metodologia busca organizar o ensino em consonância com especificidades do meio rural, promovendo um desenvolvimento educacional que

respeite e valorize o contexto local, com relevância para a vida dos alunos e suas comunidades. Possibilita estreitar a relação teoria e prática, promovendo um ensino que seja ao mesmo tempo inclusivo e adaptado às realidades locais, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e ativos em seus contextos.

A Educação do Campo tem suas origens na Educação Popular: “A Educação do Campo não é para, e nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido” (Caldart, 2012, p. 585). A base no qual se buscam as referências são as experiências pedagógicas concretas, protagonizadas por sujeitos sociais. O autor enfatiza a luta social presente na educação do campo, feita com e pelos trabalhadores. Trata-se, portanto, de uma construção sócio histórica, entretecida a luta dos trabalhadores do campo e com políticas para a educação.

O estado do Paraná, desde 2003, possui uma coordenação de escolas do campo junto à Secretaria de Estado de Educação. Em 2010 foi instituído o Comitê Estadual da Educação do Campo (Souza, 2011). Essa modalidade de escola foi instituída por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEED) (Paraná, 2010) e objetivando ofertar educação de qualidade aos sujeitos do campo, no lugar onde vivem, de forma participativa e condizente com suas necessidades humanas, culturais e sociais.

O processo histórico da Educação do Campo no Brasil compõe-se de uma diversidade de eventos e momentos relevantes, como por exemplo, a I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo” (I CNEC), realizada no ano de 1998, em Luziânia/GO (Arroyo; Fernandes, 1999). Então, a categoria Educação do Campo passa a ser construída e compreendida na diversidade dos povos e do campo brasileiro, em seu conteúdo e forma. O documento final da I CNEC mostrou a necessidade de continuar com a mobilização iniciada (Lima, 2022). Desde então, o trabalho prosseguiu por meio das ações das diferentes organizações, encontros, programas de formação professores e criação de Fóruns Estaduais. A I CNEC foi precedida de seminários estaduais, com apoio em um texto base e em experiências concretas. Uniu diferentes parceiros na sua animação e envolveu uma expressiva quantidade de educadores e educadoras do campo de todo país (Lima, 2022). No ano de 2000 foi realizada no Paraná I Conferência Estadual dessa natureza, buscando construir identidade para os educadores e definir a proposta de educação básica do campo.

A II CNEC aconteceu somente no ano de 2004, contudo reafirmou a luta social por um campo visto como espaço de vida e por políticas públicas específicas para sua população. Segundo Lima (2022), o documento representa a luta por um projeto de sociedade mais justo, democrático e igualitário; que contemple um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, no qual a educação desempenhe um papel estratégico no processo de construção e implementação.

No âmbito do estado do Paraná foram elaboradas as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (Paraná, 2006). O documento foi resultado da articulação entre o governo do Estado, professores da rede aliados as lutas populares, no qual cria-se a uma Coordenação Estadual da Educação do Campo (CEC), parte do Departamento de Diversidade (DEDI), alocada na Secretaria Estadual de Educação (SEED), com o intuito de pensar, planejar e executar políticas públicas (Silva *et al.*, 2016). Desse modo, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo

[...] chegam às escolas como um documento oficial que traz as marcas de sua construção: a horizontalidade, que abraçou todas as escolas e núcleos regionais de educação do estado e a polifonia, que faz ressoar nelas as vozes de todos os professores das escolas públicas paranaenses (Paraná, 2006, p. 5).

As Diretrizes refletem um processo de construção colaborativo e inclusivo. Lima (2022) escreve que a “horizontalidade” indica que a elaboração envolveu as escolas e os Núcleos Regionais de Educação do estado, de forma participativa e descentralizada. O documento incorporou uma diversidade de perspectivas, representando as vozes dos professores das escolas públicas do Paraná. É, portanto, resultado de um esforço coletivo que valoriza a contribuição de múltiplos atores educacionais e teve como base a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 (Brasil, 2002).

As Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (Paraná, 2006) destacam a concepção de campo que passa a ser compreendido como um espaço territorial, ou seja, para além do perímetro rural, ou seja,

[...] essa compreensão de campo vai além de uma definição jurídica. Configura um conceito político ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica. A perspectiva da educação do campo se articula a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, a partir da perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem (Paraná, 2006, p. 24).

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de relacionarem-se com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, por meio da mão de obra dos membros da família, bem como a cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança (Paraná, 2006).

As Diretrizes Curriculares da Educação do Campo ratificam a concepção de educação associada aos povos e ao lugar onde vivem. Se reconhece essa educação “[...] valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência” (Paraná, 2006, p. 24).

2.2 De Escola Rural Jaraguá para Escola do Campo Professora Edith Ebner Eckert

A educação em Paranaíba está entretecida a aspectos macro da História da Educação Brasileira. Na medida em que procuramos interpretar os processos e memórias em que foi instituída a Escola Rural Jaraguá, nos valem de diferentes fontes para reconstruir, historicamente, como o conhecimento ali se processou. O diálogo entre as diversas fontes é uma tentativa de conhecer as práticas e a cultura da comunidade das Chácaras Jaraguá.

A fontes da pesquisa proporcionaram descobrir fatos sobre a rede municipal de Educação, em particular sobre as escolas rurais. Um dos elementos marcantes é que a maioria dos professores era leigo. Isso marcou outras escolas dessa natureza no Paraná e no Brasil (Lima, 2016), e também na escola rural das Chácaras Jaraguá, a partir de sua criação na década de 1960. As primeiras mestras que lecionaram em Paranaíba, ainda na década de 1940⁴ trabalharam na “Escola Isolada Fazenda Brasileira” (Pereira, 2020). As escolas rurais funcionavam, muitas vezes, de forma improvisada.

Após a emancipação de Paranaíba, no ano de 1951, iniciou-se um processo de criação de escolas, por meio de Leis municipais, pelos vereadores locais, conforme consta no Quadro 1. Entre 1953 e 1966 foram publicadas 44 leis nesse

⁴ No final da década de 1940, mais especificamente, em 1947, a então Colônia Paranaíba, passa a ser Distrito do município de Mandaguari/PR. A emancipação de Paranaíba foi em 14 de dezembro de 1951.

sentido. Contudo, o território do município de Paranaíba era bastante extenso e atualmente várias localidades não pertencem mais ao espaço territorial. O quadro a seguir ilustra o crescimento exponencial de escolas rurais no município.

Quadro 1 – Histórico das escolas rurais de Paranaíba, 1976

N.	Estabelecimento	Local	Início	Localização
1	Escola Cristo Rei Rural	Distrito de Cristo Rei	15/02/1953	Rural
2	Escola Campos Sales	Água da prata	15/02/1953	Rural
3	Escola D. Pedro I	Gleba do Jacareí	15/02/1953	Rural
4	Escola Eleodoro Ébano Pereira	Distrito Deputado José Afonso	15/02/1953	Urbana
5	Escola Olavo Bilac	Fazenda Campinas	15/02/1953	Rural
6	Escola São Bento	Fazenda São Bento	20/02/1953	Rural
7	Escola Bairro do Quintino Escola Arlinda Tenório da Silveira (1975)	Bairro Quintino	30/05/1953	Rural
8	Escola Diamante	Fazenda Diamante	15/08/1953	Rural
9	Escola Água do Caiuá	Água do Caiuá	15/02/1954	Rural
10	Escola Orlando Massi Água	São Pedro	20/05/1954	Rural
11	Escola Machado de Assis	Sítio Paranaíba Sítio do Lindolfo	15/06/1954	Rural
12	Escola Ana Francisca de Andrade	Piracema	15/03/1955	Rural
13	Escola Alto do Café	Fazenda Alto do Café	20/05/1955	Rural
14	Escola Água Nova / Escola Anita Garibaldi (1975)	Água Nova	20/08/1955	Rural
15	Escola Monteiro Lobato	Fazenda Aurora	1956	Rural
16	Escola Nereu Ramos	Água do Bicudo	20/05/1957	Rural
17	Escola São Judas Tadeu	Água Geanina	20/05/1957	Rural
18	Escola Emílio de Menezes	Fazenda Sta. Monica	20/07/1957	Rural
19	Escola Euclides da Cunha	Fazenda Benfica	15/10/1957	Rural
20	Escola Frei Rafael Mainka	Bairro do Caiuá Fazenda Palácio (1975)	15/02/1958	Rural
21	Escola Santo André	Fazenda Santo André Fazenda Santa Cristina	20/02/1958	Rural
22	Escola Santa Amélia	Fazenda Santa Amélia	18/04/1958	Rural
23	Escola Theodoro de Oliveira	Sítio Mirassol	05/05/1958	Rural
24	Escola São Joaquim	Fazenda São Joaquim	15/03/1959	Rural
25	Escola São Sebastião	Fazenda São Sebastião	20/02/1960	Rural
26	Escola Júlia Wanderley	Água do Tangará	20/08/1961	Rural
27	Escola Santa Luiza	Fazenda Santa Luiza	10/07/1962	Rural
28	Escola Nossa Senhora Aparecida	Água da Boa Ventura	20/08/1962	Rural
29	Escola Tiradentes	Km 14	15/09/1962	Rural
30	Escola José Bonifácio	Fazenda Alvorada	15/05/1963	Rural
31	Escola Santa Luzia	Fazenda Bourbon	15/09/1963	Rural
32	Escola Duque de Caxias	Água do Barreiro	15/02/1964	Rural
33	Escola Lar Feliz	Fazenda São José	20/02/1964	Rural
34	Escola Presidente Kennedy	Água do 25	15/03/1964	Rural
35	Escola Rui Barbosa	Gleba Jacareí	15/05/1964	Rural
36	Escola Dom Bosco	Fazenda Dom Bosco	01/03/1966	Rural
37	Escola Tupã	Sítio Tupã	20/03/1966	Rural
38	Escola São Cristóvão	Jardim São Cristóvão Graciosa	15/02/1967	Rural
39	Escola Jorge Lacerda	Mandiocaba	15/04/1967	Rural
40	Escola Jaraguá	Chácara Jaraguá	15/05/1967	Rural
41	Escola Floresta	Sítio Floresta	15/08/1967	Rural

42	Casa Escolar Antonia Rodrigues de Oliveira	Jardim Morumbi	20/04/1968	Urbana
43	Escola Manuel Bandeira	Distrito de Sumaré	20/08/1968	Rural
44	Escola Nossa Senhora de Fátima Rural	Água Boa Ventura	20/08/1968	Rural
45	Escola Campo Belo	Jardim Campo Belo	15/01/1969	Urbana
46	Escola Coroa do Frade	Água Coroa do Frade	15/01/1969	Rural
47	Escola São José	Fazenda São José/ Distrito Cristo Rei	15/02/1970	Urbana
48	Escola São Paulo	Fazenda São Paulo Distrito Cristo Rei	15/02/1970	Rural
49	Escola São João	Sítio São João/Sumaré	20/02/1970	Rural
50	Escola Vicente Machado	Água da Paixão Graciosa	20/05/1970	Rural
51	Escola Prof. Pedro Real	Chácara Santo Antonio	15/12/1970	Rural
52	Escola Elza Grassioto Caselli	Jardim do Sol	03/03/1971	Urbana
53	Escola José de Souza Leite	Fazenda Rancho Alegre	29/03/1972	Rural
54	Escola Independência	Fazenda Espigão	02/07/1972	Rural
55	Escola Belo Horizonte	Fazenda Belo Horizonte	01/09/1973	Rural
56	Escola José de Anchieta	Vila City	04/1974	Urbana
57	Escola São Domingos	Fazenda Estância Paraná	1975	Rural
58	Escola Santo Antonio	Fazenda Salete	02/1975	Rural
59	Escola Três Amigos	Fazenda Santa Helena Distrito Cristo Rei	02/1975	Rural
60	Escola São Marcos	Próximo ao Ribeirão Caiuá	06/1975	Rural
61	Escola Osvaldo Cruz	Fazenda Santo Antonio	04/1976	Rural

Fonte: Pereira (2020, p. 83).

A Escola Jaraguá, atualmente Escola Municipal do Campo professora Edith Ebiner Eckert (EIEF), começou a funcionar em maio de 1967, conforme documento encontrado na Secretaria Municipal de Educação (Anexo C). A instituição está localizada na rua Mirassol, nº 1320, distrito do Sumaré, do município de Paranaíba/PR. O seu nome homenageia a professora Edith Ebiner Eckert, que residia nas imediações da escola e atuava na área educacional no município, porém nunca lecionou na escola pesquisada.

Embora funcionasse desde 1967, foi na década de 1980, com o Parecer nº 358 de 07/12/1981 da Secretaria Estadual de Educação que foi aprovada a sua implantação (Paraná, 1981). Essa era uma prática usual naquela época, conforme verificamos em documentos do Núcleo Regional de Educação de Paranaíba. As escolas eram criadas segundo necessidades dos moradores, em prédios geralmente cedidos pelos interessados ou emprestados por moradores locais. No ano seguinte pela Resolução nº 356 de 05/12/1982, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE)

em 17/02/1982 (Paraná, 1982a) foi homologado o plano de implementação da escola. A autorização de funcionamento foi pela Resolução nº 3.318 de 06/12/1982 com publicação no DOE em 13/01/1983 (Paraná, 1982b). Essas adequações no âmbito estadual levaram a mudanças na denominação da instituição em Paranaíba, que passou a se chamar Escola Municipal Jaraguá, instituída pela Resolução nº 3.585 de 19/10/1983 e publicada no DOE em 09/11/1983 (Paraná, 1983). O nome permaneceu até 1988, quando a escola foi denominada Escola Rural Municipal Jaraguá, pela Resolução nº 3.120 de 08/08/1998, publicada no DOE em 11/09/1998 (Paraná, 1998).

No ano de 2002 recebeu o nome de Escola Rural Municipal Professora Edith Ebner Eckert (EF) pela Resolução nº 619/2002 de 07/03/2002, publicada no DOE em 23/04/2002 (Paraná, 2002). E em 2012 passa a chamar-se Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert (EIEF), pela Resolução nº 4.958 de 10/08/2012, publicada no DOE em 05/09/2012 (Paraná, 2012). Em 2015, a instituição se adequa a nova organização da educação básica, com o ensino de 9 anos, pela Resolução nº 3.374 (Paraná, 2015c) e no mesmo ano passa a ofertar a educação infantil, com a publicação do Ato nº 212 de 11/09/2015 (Paraná, 2015a) e do Parecer 151/2015 (Paraná, 2015b) do Setor de Estrutura e Funcionamento do Núcleo Regional de Paranaíba (SEF/NRE).

Em 2016, a nova gestão do município, Prefeito Rogério José Lorenzetti (2009-2016) apresentou a proposta de transformá-la em uma escola de Educação em Tempo Integral turno único, para a Educação Infantil 4 e 5, e séries iniciais do Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano. Para esse fim foi realizada uma consulta pública, que foi muito bem aceita pela comunidade. No ano de 2019⁵ iniciou uma sala de recursos multifuncionais, visando atender a Educação Especial.

O processo de reconstrução histórica da Escola Rural Jaraguá, hoje Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert, revela importantes aspectos do desenvolvimento da educação no município de Paranaíba, inserido no contexto mais amplo da história educacional brasileira. Ao analisar as fontes documentais, foi possível identificar o papel fundamental das escolas rurais no início da formação educacional local, caracterizadas por uma realidade de improvisação e professores

⁵ No documento Vida Legal do Estabelecimento de Ensino estão disponíveis informações de regulamentações do Regimento Escolar, aprovações, Parecer de legalidade e Renovação de Credenciamento de forma detalhada, para quem desejar conhecer melhor a história legal da escola (Anexo D).

leigos, semelhante ao que ocorria em outras regiões do país, porém sem deixar de ser essencial para a diminuição do analfabetismo no Brasil. Nesta escola havia aulas do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

A trajetória da Escola Jaraguá, desde sua criação na década de 1960 até o seu reconhecimento na década de 1980, exemplifica as dificuldades e os desafios enfrentados pelas comunidades rurais no que diz respeito ao acesso à educação formal. As mudanças no nome da escola ao longo dos anos refletem as transformações pelas quais passou a organização educacional no município, acompanhando mudanças nas políticas públicas e no reconhecimento de necessidades locais, como na implementação de Educação em Tempo Integral e a inclusão de uma Sala de Recursos Multifuncionais para atender à demanda de Educação Especial.

As escolas rurais transformaram a vida de muitas crianças que viviam no campo, ou seja, uma parcela da população que muitas vezes não tem acesso facilitado, especialmente até a década de 1970, quando a população brasileira, em sua maioria, residia no meio rural. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), naquela década a população urbana do Brasil passou a ser de aproximadamente 56,5% da população total, enquanto a população rural representava cerca de 43,5%. Mas, uma década após, a população rural caiu para 36% em relação à área urbana (IBGE, 1980). Essas escolas contribuíram para a formação sociocultural e educacional dessas pessoas, estimulando a economia local ao preparar estudantes para as particularidades agrícolas da região e incentivar a preservação da cultura, tradições e conhecimentos. As escolas rurais atuaram para a transformação social, aumentando a qualidade de vida e as perspectivas de futuro dos habitantes do campo.

Portanto, uma escola dessa natureza que permanece em funcionamento até os dias atuais possui relevância no entendimento da história da educação brasileira. Isso nos moveu em busca de conhecer a história da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebiner Eckert, tendo como referência a memória e a História socio educacional. Bertucci e Faria Filho (2010) escrevem que o ofício de historiador exige diálogo entre os conceitos de “uma teoria e as evidências pesquisadas nos documentos selecionados, um diálogo conduzido por hipóteses e pela pesquisa empírica” (Bertucci; Faria Filho, 2010, p. 20). Afinal, um estudioso dos processos

históricos necessita de preparo árduo, conhecimento crítico e de diferentes métodos de pesquisa para abordar o passado de mais de uma forma, em uma mesma época.

A história da Escola Jaraguá é um exemplo de como a educação em Paranaíba foi estruturada pela interação entre os interesses comunitários e as políticas educacionais mais amplas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da educação no município e na região.

Nesta seção que teve por objetivo específico investigar o papel das escolas rurais e sua transformação em escola do campo compomos uma análise da legislação e pesquisa bibliográfica e histórica. A escola rural, apesar de todos desafios cumpriu o papel de alfabetizar inúmeras crianças. Essa mudança da nomenclatura e legislação reflete um avanço significativo ao reconhecimento do campo como espaço legítimo e dinâmico de formação.

3 A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DO BAIRRO CHÁCARAS JARAGUÁ

O ser humano se forma e se educa nas mais diversas circunstâncias em que vive. A escola, enquanto instituição de ensino, faz parte da sociedade e como tal reproduz em seu interior aspectos da própria sociedade e cultura de uma determinada região e população.

A escola, como instituição [...] não age em um vazio cultural, mas numa situação de grande densidade cultural na qual as pessoas são produzidas e reconhecidas como sujeitos na e da cultura, ou seja, que nossas sociedades, antes mesmo da escola, produziram também modos de significar e reconhecer as pessoas educadas (da)naquelas sociedades, é preciso reconhecer, então, que o projeto educativo posto em ação na e pela escola entra em tensão com processos educativos já existentes (Bertucci; Faria Filho, 2010, p. 46-47).

O papel da escola parte de um contexto cultural amplo no qual as pessoas são moldadas e reconhecidas como sujeitos dentro da cultura. Os autores supracitados ressaltam que as sociedades têm sistemas de significados e reconhecimento das pessoas educadas, que existem independentemente da escola. Nesse sentido, o projeto educativo da escola não opera em um vácuo cultural, porém interage com esses processos educativos já estabelecidos. Isso sugere que a escola não é a única instituição responsável pela formação das pessoas e que suas práticas educativas podem entrar em tensão com as formas pré-existentes de educação e reconhecimento na sociedade. Essa reflexão é importante para entender como a educação formal se relaciona com as estruturas culturais e sociais mais amplas.

Dessa forma, Bertucci e Faria Filho (2010) argumentam que a sociedade é mobilizada a favor da escola, pois a reforma social é mérito da reforma da escola. A tensão que marca o processo de escolarização é uma tensão da cultura. Portanto, a ação humana não pode ser desconectada destes suportes culturais que lhe garantem o sentido, deve-se enfatizar a origem social dos profissionais e alunos. Na visão de Nosella e Buffa (2022), quem estuda e reconstrói o passado numa perspectiva cultural de valores atuais avalia pessoas e instituições.

Essa abordagem permite ao pesquisador além de entender a instituição em seu contexto histórico, explorar suas implicações e relevância para o presente,

contribuindo para uma compreensão mais profunda e significativa da dinâmica social e cultural, e conseqüentemente, contribuir para uma mudança na vida das crianças que vivem na zona rural e que não possuem as mesmas condições que as crianças da zona urbana.

3.1 Origens de Paranavaí

Pesquisar sobre o município de Paranavaí contribui para melhor compreender a história do Paraná e da educação neste estado, uma vez que entretecemos aspectos sócio históricos e educacionais. Até chegar ao nome atual de Paranavaí, passou por vários outros: Fazenda Ivaí, Distrito de Montoya, Fazenda Brasileira e Colônia Paranavaí. O memorialista Silva (2014) relata que próximo de 1920, toda localidade de Paranavaí (PR) ainda era tomada por matas virgens, marcada por terras devolutas. A região pertencia à Comarca de Tibagi. Na década de 1920, o governo passou a concessão das terras “à Companhia Brasileira de Viação e Comércio” (BRAVIACO).

A concessão feita, como se vê, dava o privilégio de se usufruir por 90 anos de linhas de estradas de ferro a serem construídas e, ao mesmo tempo concedia terras devolutas nacionais, e terras cada lado da linha férrea, como forma de pagamento pela construção da citada obra (Silva, 2014, p. 33).

Bernat (2012, p. 77), por sua vez, relata que a BRAVIACO também tinha a concessão do governo estadual para a “[...] construção de um dos ramais da estrada de ferro que, cortando o estado do Paraná, tinha que unir Itararé-SP e Santa Maria da Boca do Monte-RS”. Alcântara (1987) escreveu que essa companhia tinha o compromisso de povoar e colonizar. Caso não cumprisse, perderia o direito pelas terras e a primeira demarcação ficou titulada como “Gleba Pirapó”, com delimitações dos rios Paraná, Paranapanema e Ivaí, que no princípio ficava no município de Tibagi e no decorrer do tempo passou a fazer parte da então colônia de Paranavaí.

Passados seis anos desde a concessão de terras da BRAVIACO, a região passou a ser conhecida como Fazenda Ivaí, fazenda esta que deu início ao que é hoje o município de Paranavaí (Pereira, 2020). A denominação de Fazenda Ivaí durou apenas três anos, mas foram suficientes para trazer marcos na história

regional, contribuindo significativamente com o desenvolvimento, que foi a construção de uma estrada de 110 km, conforme Vicente Filho (2005, p. 37): “em 1.926 iniciou-se a construção da estrada partindo do Rio Pirapó até a Fazenda Ivaí, rumo ao Porto São José, no Rio Paraná”. E isso proporcionou um grande avanço na colonização e facilidade de transporte para os moradores da região.

A estrada recém aberta passou pela Fazenda Ivaí, a qual foi renomeada de Vila Montoya (Arioch, 2019) pertencente ao município de Tibagy. O distrito de Montoya “foi oficialmente criado [...] pela Lei nº 2.665, de 13 de abril de 1929, sendo publicado no Diário Oficial de 25 de abril de 1929” (Silva, 2014, p. 24). Alcântara (1987, p. 37) afirma que na “[...] sede da fazenda foi fundado o distrito de Montoya, pertencente a Comarca de Tibagy”. A alteração se deu por meio de projeto elaborado pelo deputado Edmundo Alberto Mercer. O nome Montoya foi uma forma de homenagear um padre jesuíta. Nessa época a cultura do café predominava na região (Silva, 2014). Segundo Pereira (2020) na década de 1930, a cafeicultura já ocupava 1.200 famílias no Noroeste de Paranavaí, a maioria nordestinas, vindas de Pernambuco e Ceará. Elas eram conduzidas à Fazenda Brasileira, um empreendimento da BRAVIACO, subsidiária da “*Brazil Railway Company*”, empresa estrangeira que construía ferrovias no Brasil (Silva, 2014, p. 77).

Por meio do “Decreto nº 300, de 03/11/30, o General Mário Tourinho, Chefe do Governo Provisório do Paraná, decretou a rescisão do contrato com a BRAVIACO, sendo anulados todos os títulos de terras” (Silva, 2014, p. 103). O autor acrescenta que diante desse fato houve uma grande decadência na região, de tal forma que muitos abandonaram suas moradias. No ano seguinte, segundo Alcântara (1987), foi publicado o Decreto nº 800 de abril de 1931, com o intuito de limitar a concessão de grandes extensões de terras para cada família, estipulando um valor mínimo para venda de terra devoluta.

Entre 1932 e 1945 o Paraná foi governado por Manoel Ribas “ora como interventor, ora como governador, e o mesmo esquematizou a recolonização da então Fazenda Ivaí para Distrito de Montoya e, posteriormente, para Fazenda Brasileira” (Silva, 2014, p. 51). Em meados da década de 1930 o governo iniciou o planejamento para a colonização da Fazenda Brasileira. “Cinco anos depois ocorreu a viagem inaugural da estrada ligando Londrina à Fazenda Brasileira, um grande passo para o desenvolvimento da região” (Vicente Filho, 2005, p. 37). Na região da Fazenda Brasileira vários patrimônios foram criados e a “Avenida Paraná foi a

primeira a via pública demarcada, em 1.942, onde foram construídos um bar e um hotel pelo pioneiro Artur Pereira de Melo” (Vicente Filho, 2005, p. 37). Avenida essa que hoje é uma das mais conhecidas e percorridas na cidade de Paranavaí.

Pereira (2020) relata que em 1943 chegou o Sr. Hugo Doubeck, nomeado pelo Governo do Estado para administrar a Fazenda Brasileira. Chegaram, em busca de trabalho, muitos colonos de outros Estados sonhando com condições melhores de vida. Um grande número de nordestinos veio para trabalhar nas lavouras de café e “De forma ainda desordenada as primeiras casas de madeira foram surgindo”, escreveu Vicente Filho (2005, p. 37). Silva (2014) reforça que a população nessa época crescia rapidamente. Junto com trabalhadores chegavam pessoas de má fé, inclusive tentando a grilagem⁶ de terras com a falsificação de documentos. Alcântara (1987) acrescenta que a Colônia de Paranavaí foi dividida em 30 glebas, com muitas tentativas de grilagem, resultando em situações sangrentas por disputas de terras.

Vicente Filho (2005, p. 59) aponta que a primeira professora foi nomeada por Manoel Ribas em 1944. Era a Sra. Odair Carvalho Cruz, que residiu em Paranavaí. Lecionou em sua casa, que era uma escola, com “35 alunos, matriculados na Escola Isolada Fazenda Brasileira, instalada num velho casarão de madeira, situado na Avenida Paraná”. No ano seguinte, segundo o mesmo autor, chegou à cidade a Professora Enira Moraes Ribeiro, natural de Silvianópolis. Ela ministrou aulas gratuitas para filhos de moradores da zona rural. Em sua homenagem há a Escola Estadual Enira Moraes Ribeiro.

O dia 16 de junho de 1947 entrou para a história como sendo a data em que foi criado o nome Paranavaí. Segundo Ariocho (2019, p. 1) é a “junção dos Rios Paraná e Ivaí”. A localidade passa a ser conhecida como Colônia Paranavaí, que segundo Silva (2014, p. 58), torna-se um “Distrito de Mandaguari, pela Lei nº 2 de 11/10/1947”. Em 1950 a Colônia de Paranavaí já tinha uma “população de 25.520 habitantes, sendo que 92,7% pertencente à zona rural e 7,3% à zona urbana”, segundo Pereira (2020, p. 70).

Silva (2014, p. 62), registra que por meio da “Lei nº 790, de 14 de novembro” de 1951 o Município de Paranavaí foi “desmembrando do Município de Mandaguari (antigo Lovat), sendo que sua instalação se deu em 14 de dezembro de 1952”. Em

⁶ O termo refere-se a papéis que eram envelhecidos por serem guardados junto com esses insetos.

meados da década de 1950, “Paranavaí era vista no cenário paranaense como lugar de prosperidade. Para cá afluíam brasileiros de todos os rincões da Pátria, atraídos pelo mito que prometia a terra nova e exuberante” (Bana, 2013, p. 17).

A região das Chácaras Jaraguá foi formada por pequenas propriedades rurais, onde os moradores plantavam, criavam animais e desenvolviam um estilo de vida fortemente ligado à terra e à cooperação entre vizinhos. Nas comunidades rurais havia uma forte cultura de associativismo e apoio mútuo. As festas religiosas, como quermesses e festas de padroeiros, desempenhavam papel importante na convivência social, na qual a comunidade se juntava e compartilhava pratos típicos. (Silva, 2014). Na década de 1960, a comunidade das Chácaras Jaraguá, recebeu um grande fluxo migratório, principalmente de pessoas vindas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Foram atraídas pelas oportunidades de terras férteis e pela cultura do café que se expandia pela região. Esses moradores plantaram em áreas que ainda estavam sendo desbravadas, onde a vida rural era marcada pela agricultura de subsistência, como o café, o milho e a mandioca.

3.2 Uma comunidade e sua cultura

As aulas na Escola Jaraguá tiveram início com uma professora leiga⁷, a Sra. Darcelinda Pereira de Carvalho, moradora do distrito de Sumaré. Ela era voluntária e lecionava para grupo de adultos que faziam parte do Mobral⁸. Além da escassez de profissionais, a localidade era de difícil acesso, sendo necessário atravessar “pinguela”⁹ e mata virgem, conforme relataram participantes do grupo focal.

⁷ Professora leiga refere-se àquelas educadoras que atuavam no ensino sem uma formação pedagógica formal, ou seja, sem a qualificação profissional exigida para o exercício do magistério. Esse fenômeno era comum no Brasil, especialmente nas áreas rurais nas décadas de 1950 e 1960 devido à falta de profissionais qualificados (Stentzler; Lioti, 2022).

⁸ O MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi um programa educacional implementado no Brasil entre 1967 e 1985, com o objetivo de combater o analfabetismo no país. Foi uma iniciativa do governo federal que utilizou métodos de alfabetização de adultos baseados em materiais didáticos simplificados e adaptados às realidades locais. O MOBREAL buscava atingir principalmente adultos que não haviam tido acesso à educação formal. Embora tenha sido extinto em 1985, o programa teve um impacto significativo na redução do analfabetismo no Brasil durante seu período de vigência.

⁹ Pinguela é uma ponte improvisada, geralmente feita de troncos de madeira, tábuas ou de bambus, que permite a travessia de pessoas e animais sobre pequenos cursos d'água, como riachos ou córregos. É uma estrutura simples, muitas vezes sem corrimão, comum em áreas rurais ou em locais onde não há uma ponte convencional disponível.

A Escola funcionava em uma casa de madeira que não recebeu nenhuma reforma para se tornar uma escola, tendo, portanto, precárias condições para funcionamento, se comparada com as escolas atuais. O local foi cedido por um morador que não foi identificado durante a pesquisa. Contudo, de acordo com informações do grupo focal o prédio, antes de ser escola era usado como residência. As portas e rodapés estavam apodrecidos devido ao tempo e as condições climáticas, porém esses obstáculos não impediram que a escola desempenhasse seu papel de alfabetização, de acordo com o grupo focal. Muitas das escolas de Paranaíba e do Paraná foram criadas por iniciativas da comunidade, do proprietário de um sítio ou fazenda (Pereira, 2020).

Outra fonte utilizada na pesquisa foi o grupo focal, composto por cinco ex-professoras da escola e uma ex-cozinheira. A participante Aurélia Zacarias (2023) trouxe de suas memórias a lembrança de que há cerca de quarenta dias do início das aulas com os adultos, em 1967, não havia mais carteiras suficientes para os alunos que buscavam pelas aulas de alfabetização do Mobral, alguns alunos sentavam-se no chão durante as aulas, o irmão da senhora Aurélia foi aluno da professora Darcelina, ela na época com dez anos de idade, acompanhou o irmão em algumas aulas.

Figura 2 – Escola Rural Jaraguá, 1972



Fonte: Paranaíba (1974).

Segundo o Histórico das Escolas Rurais de 1974, havia duas salas de aula, uma cantina onde eram servidos os lanches, uma cozinha com fogão a lenha e um mictório simples, externo. No telhado da escola haviam telhas quebradas por onde gotejava água nos dias chuvosos. O forro era de pinho, o chão com vermelhão e o abastecimento de água era de um poço. Não havia iluminação elétrica. Possuía oito carteiras simples e nove carteiras duplas, o que totalizava 26 lugares para estudantes na sala (Paranavaí, 1974).

A escola possuía duas salas para o ensino primário, porém somente uma professora, o que talvez justifique não utilizar mais que uma sala. Talvez o número de alunos fosse pequeno e todos ficassem bem acomodados em um ambiente. Após quatro anos de alfabetização de adultos, o Mobral não foi mais ofertado nesta escola e o espaço foi ocupado para as aulas com as crianças, portanto o município contratou professoras para atuar com as crianças. Anterior ao ano de 1972 as crianças estudavam na escola Adélia Rossi Arnaldi, que atendia crianças do ensino Fundamental I e II, esta escola também é localizada no Distrito de Sumaré, Paranavaí/PR.

Próximo à escola havia um cruzeiro onde, mensalmente, eram celebradas missas pelo Frei Matias Warneke, proveniente da Paróquia São Sebastião, atual santuário Nossa Senhora do Carmo. O local era ponto de encontro da comunidade. Havia uma cobertura de lona e algumas mesas. As missas eram eventos que mobilizavam a comunidade. Cada morador doava um item, partilhando um variado almoço. Participavam os moradores locais e os sitiantes que vinham com suas carroças. Neste local, nos finais de semana, aconteciam bailes e jogos de futebol.

Cinco anos após a criação, a escola passou a atender as crianças. Com isso ocorreu a primeira reforma do prédio sendo trocadas as telhas e algumas tábuas das paredes, além da contratação de professores. No ano de 1974, de acordo com o Histórico das Escolas Rurais (Paranavaí, 1974), a escola recebeu uma pequena reforma para acolher as crianças, neste momento contando com duas professoras contratadas pelo município, uma com curso superior completo e outra com normal superior, porém não encontramos os nomes das mesmas no Histórico das Escolas Rurais. O número de alunos está no quadro seguinte:

Quadro 2 – Número de matrículas de 1974

Séries	Matrículas masculinas inicial	Matrículas Femininas inicial	Matrículas masculinas final	Matrículas Femininas final	Aprovados masculinos	Aprovados femininos
1ª Série	14	10	11	7	6	3
2ª Série	3	3	7	2	7	1
3ª Série	10	2	10	5	8	3
4ª Série	11	4	4	1	4	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com base no Histórico de Escolas Rurais (Paranavaí, 1974).

Ao analisar o Quadro 2 percebe-se que o número de matrículas femininas é menor que as matrículas masculinas em todas as séries. Ao compararmos as matrículas realizadas no início do ano observa-se que o número de concluintes femininos é inferior ao masculino, ilustrando a cultura da época, que a mulher precisava aprender a ler e escrever para assumir as necessidades do lar. Nesse sentido, Silva (2021) na dissertação “O papel da Escola Normal Secundária “Leonel Franca” de Paranavaí na formação de Professoras (1956-1974)” afirma que as mulheres estavam restritas ao mundo familiar e tendo como principal função a maternidade, as mulheres permaneceram vinculadas à esfera privada da sociedade, portando, grande parte delas não estudava, nem mesmo na escola primária.

Boto (1996) no livro “A civilização escolar: escolas, práticas e representações (Brasil e França, 1870-1930)”, explora questões dessa natureza enfatizando o impacto das concepções de gênero nas políticas educacionais e o papel de práticas pedagógicas que moldaram os limites impostos à educação feminina. Em suas pesquisas, a autora discute que a educação das mulheres no Brasil, especialmente no século XIX e início do século XX, era limitada à alfabetização básica, destinada a prepará-las para papéis domésticos e a vida no lar. Esse tipo de educação reforçava a visão de que as mulheres deveriam ser donas de casa e mães, desempenhando funções privadas e ligadas à manutenção da ordem familiar.

3.2.1 A gestão das escolas municipais

Entre as décadas de 1970 e 1990 a Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí foi responsável pela gestão das escolas rurais. A Secretaria Municipal de Educação respondia por essas instituições. As professoras iam à escola a pé, ou a cavalo, enfrentando sol e chuva. Faziam a merenda e cuidavam da limpeza da escola. Essas tarefas exigiam organização do tempo pelas professoras, que em geral chegavam mais cedo à escola para dar conta dessas tarefas e contavam com

a ajuda de alunos. Em meados da década de 1980 a prefeitura disponibilizou uma kombi para levar os professores até as escolas mais distantes, mas nos dias atuais não há transporte para professores municipais.

A educação municipal teve bastante visibilidade, como pôde-se constatar pela pesquisa nas páginas do jornal Diário do Noroeste, revelando que diversas atividades eram pensadas envolvendo todas as escolas rurais de Paranavaí, como foi por exemplo com as notícias que anunciavam estar “Aberta a Exposição de Trabalhos de alunos Rurais” (Diário do Noroeste, 1985a, p. 1) e ter “Apresentação Artística das Escolas Rurais” (Diário do Noroeste, 1989, p. 9) documentando representações da imprensa sobre o trabalho desenvolvido por essas escolas. Possivelmente as matérias eram pagas pela Prefeitura Municipal, pois o jornalista salienta que “o prefeito e outras autoridades visitaram a II Exposição de trabalhos manuais dos alunos das escolas rurais de Paranavaí” (Diário do Noroeste, 1985a, p. 1). A Figura 3 mostra um grande número de alunos no local, o que indica que havia uma articulação e organização para que todos pudessem conhecer o que estava exposto, especialmente ver os trabalhos seus ou de colegas da escola.

Figura 3 – Notícia sobre exposição de trabalhos



Fonte: Diário do Noroeste (1985a).

Na Figura 4, abaixo, é outro registro dessa interação dos alunos com apresentações de caráter exclusivamente artístico, da I Apresentação Artística das Escolas do Meio Rural (APREAR), uma promoção da Secretaria Municipal de Educação, “cada escola preparou apresentações que arrancaram aplausos dos

presentes, em virtude da criatividade que encerravam as apresentações” (Diário do Noroeste, 1989, p. 9). As apresentações ocorreram no salão paroquial da Igreja São Sebastião, situada no centro da cidade de Paranaíba. Não encontramos relatos no Jornal Diário do Noroeste de outras apresentações como está na região.

Franco (1985) em seu livro “Educação e cultura rural no Brasil” discute a educação no meio rural, incluindo aspectos relacionados à cultura e à integração comunitária por meio dos eventos escolares. A autora destaca que as apresentações e exposições de trabalhos escolares são eventos cruciais para a vida social das comunidades rurais. Segundo a autora, essas exposições servem para: mostrar os trabalhos dos alunos, integrar a comunidade, fortalecer os laços sociais, e valorizar as tradições locais.

A autora supracitada destaca que a prática de realizar apresentações e exposições de trabalho era comum em todo o Brasil. Atividades dessa natureza contribuem para uma educação mais contextualizada e significativa, que reconhece e respeita o ambiente em que os alunos vivem, ajudando a criar uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades locais (Franco, 1985).

Figura 4 – Notícia sobre apresentação artística dos alunos



Fonte: Diário do Noroeste (1989).

O grande número de crianças assistindo as apresentações de seus colegas chama atenção. No início da década de 1990, a escola possuía cerca de 20 alunos¹⁰ do Ensino Fundamental I, oriundos das chácaras, de sítios e da Vila Paris¹¹, bairro próximo à escola. A escola era de madeira e localizava-se nas proximidades da Fazenda Deusdete onde, nos dias atuais, há uma área de lazer. Em 1993 a Sra. Carolina Pupim Dutra assumiu a direção das escolas rurais. Foi atuante para a reforma de várias escolas rurais, inclusive a Escola Jaraguá. Nesse período padronizou-se a cor da pintura das escolas: bege e verde. A Escola possuía duas salas, uma cozinha e um mictório, funcionava de forma multisseriada, uma professora atendia a alfabetização (1ª e 2ª séries) outra professora dava sequência aos estudos (3ª e 4ª séries) como mostra a “Vida Legal da Escola” (Paraná, 2023).

Figura 5 – Escola Jaraguá, 1995



Fonte: Acervo da Escola (2023).

A foto registra um grupo organizado para a fotografia com 37 alunos e alunas, acompanhados pela professora, em frente ao prédio da Escola Municipal Jaraguá, erguida com tábuas de madeira que receberam a pintura padrão para essas instituições: cores verde e bege. É possível observar que havia um quadro branco na parede em frente à escola. A porta era do lado direito da construção, e havia uma bicicleta encostada na parede, possivelmente de algum aluno. O acesso para a sala de aula era por escadaria e para chegar até a entrada da escola havia uma calçada.

¹⁰ No ano de 2024 há 188 alunos matriculados na escola, que funciona em período integral.

¹¹ Era uma região próxima onde haviam prostíbulos. Atualmente, existe essa vila no município.

Junto ao prédio da escola havia outra construção, onde havia a cozinha e o refeitório, sem paredes, com bancos e mesas de madeira.

Algumas crianças exibem sorrisos, outras estão sérias. Há, ainda, uma que esconde o rosto com suas mãos e outra que, embora houvesse uma organização para a fotografia, rompe com a harmonia do grupo e faz graça, destoando dos demais. As vestimentas indicam que era tempo frio, pois os alunos estavam agasalhados. No canto superior direito, em frente à porta da escola está a professora.

O registro do ponto de todos os funcionários era realizado de forma manual, como encontramos nos arquivos da escola. No ano de 1992 havia 5 funcionárias, sendo 3 professoras, 1 professora auxiliar e 1 merendeira, que também cuidava da limpeza da escola, com auxílio das professoras (Livro Ponto da Escola Municipal Jaraguá, 1992).

A hora atividade¹² das professoras de todas as Escolas Rurais era realizada na Secretaria Municipal de Educação, pois a Diretora atendia as diversas escolas. A Sra. Carolina Pupim Dutra permaneceu no cargo de diretora das escolas rurais por 12 anos, no período de 1993 a 2005. Ela lutou para que os alunos das escolas rurais tivessem os mesmos direitos dos estudantes da área urbana, inclusive quanto aos uniformes de inverno e de verão, no ano de 1998. Os uniformes mantinham padrão de cores nas escolas rurais.

A prefeitura municipal de Paranavaí informou à diretora das escolas rurais, que o prédio da escola havia sido requerido pelo proprietário. A comunidade das Chácaras Jaraguá precisou agir rápido para que a escola não fechasse e as crianças não precisassem se deslocar para outras mais distantes para continuar seus estudos. Os integrantes da Associação de Moradores, no primeiro momento, ofereceram o prédio para que as aulas acontecessem e as crianças não fossem transferidas durante o período letivo, e depois verificar as possibilidades de construir um prédio próprio para a escola (Dutra, 2023).

A mudança da escola para a Associação de Moradores havia acontecido no ano anterior, 2017, quando o proprietário do prédio, não encontramos na pesquisa menção ao nome do proprietário, em desentendimento com a prefeitura não permitiu

¹² Hora atividade é o período de trabalho reservado para a realização de atividades pedagógicas fora da sala de aula como: preparação de aulas e materiais didáticos; correção de provas e trabalhos; participação em formações e capacitações.

que as aulas continuassem a acontecer ali, reavendo seu imóvel. Para manter a escola Jaraguá, os membros da Associação de moradores das Chácaras Jaraguá e outras lideranças, procuraram a administração local para ter apoio, manter a escola viva e garantir o direito de educação aos filhos de trabalhadores.

Figura 6 – Alunos da Escola Rural Jaraguá em frente a Associação de Moradores, 1998



Fonte: Acervo da Escola (2023).

Na foto os alunos estão reunidos em frente ao prédio da Associação de Moradores, onde a escola funcionou de forma improvisada entre 1997 e 2000. Na imagem 20 alunos, sendo 10 meninas, posicionadas na frente, e atrás 10 meninos que vestem o novo uniforme de inverno, composto por jaquetas acolchoadas e calças. Estão acompanhados por 3 pessoas adultas, as professoras nas extremidades direita e esquerda, a do lado direito é a Rosa Maria Martos, pertencente ao grupo focal, e ao centro a cozinheira da escola, senhora Aurélia Zacarias. Alguns alunos estão sorrindo.

Num primeiro momento, a escola foi transferida para a Associação de moradores da Jaraguá, um prédio inacabado onde aconteciam as missas. Fizeram uma divisão de duas salas, com madeira. Toda vez que tinha missa precisavam tirar a divisória de madeira e as carteiras, além de organizar os bancos para a celebração. No barracão havia banheiros, uma cozinha, e o lanche era servido no espaço aberto do barracão.

Figura 7 – Crianças lanchando no barracão da Associação de Moradores, 1998



Fonte: Acervo da Escola (2023).

Na fotografia anterior, as crianças estão sentadas à mesa comendo. É possível observar os tijolos, escada e paredes inacabadas da Associação de Moradores ao lado de outros materiais de construção no mesmo ambiente que as crianças estavam. É algo impróprio nos dias atuais, observamos cachorros junto às crianças que se alimentavam. Há cerca de 12 crianças e a diretora das Escolas Rurais, Sra. Carolina Pupim Dutra está junto aos alunos nesta fotografia.

Segundo a notícia do jornal Diário do Noroeste, intitulada “Escola Jaraguá terá sede própria em 98”, as aulas aconteciam na Associação de Moradores do bairro de forma improvisada e as adequações para receber os alunos na Associação foram realizadas em forma de mutirão pelos moradores da localidade. A notícia relata que as adaptações foram apenas para garantir as condições mínimas de estudo para os alunos, com duas salas e que a Secretaria Municipal de Educação já havia colocado os recursos para a construção da escola no orçamento de 1998. A então Secretaria Municipal de Educação ressaltou que a participação da comunidade foi fundamental para que as crianças da localidade não ficassem sem estudar.

Figura 8 – Notícia sobre a construção da escola



Fonte: Diário do Noroeste (1997, p. 4).

Na Figura 8, na notícia sobre a construção da escola, a professora Antonia Batista está com onze alunos da 3ª série de forma improvisada na capela da Associação de Moradores das Chácaras Jaraguá. Observamos que na notícia não menciona que os alunos estavam estudando de forma improvisada, na notícia afirma que é uma sala de aula, porém conseguimos verificar com testemunhos e documentos que não é a sala de aula, inclusive na foto da notícia é possível observar o quadro-negro sustentado por duas carteiras.

A notícia relata que a “comunidade da Chácaras Jaraguá está trabalhando em regime de mutirão para melhoras as instalações da escola [...] que está funcionando num terreno da Associação de Moradores” (Diário do Noroeste, 1997, p. 7). A capela Nossa Senhora das Dores recebeu piso e forro para atender os alunos por dois anos. A notícia relata que a Associação de Moradores das Chácaras Jaraguá

montou um “Conselho Comunitário Escolar para garantir que as decisões importantes tenham a participação da comunidade” (Diário do Noroeste, 1997, p. 7). Na notícia há menção da obra de construção da sede própria da escola que será iniciada em 1998.

Na década de 1990, somente quatro escolas Rurais Municipais de Paranavaí resistiam ao fechamento, e a Escola Rural Jaraguá era sede delas, visto que havia uma diretora para as quatro escolas, e a mesma possuía sala específica na Escola Rural Jaraguá para organização dos trabalhos de todas as escolas e visitava as demais escolas. As escolas eram: Escola Rural Ana Francisca de Andrade; Escola Rural São Judas Tadeu; Escola Rural Nova Aurora e a Escola Jaraguá. Encontramos na secretaria da escola pesquisada algumas Atas com registros de orientações e reclamações aos professores, pais e também em relação ao transporte público dos alunos. Por exemplo, a reclamação de um responsável sobre uma professora, que “[...] falta demais, não avisando as crianças e por este motivo as crianças estão muito fracas e quase não sabem nada” (Dourado, 1982, p. 6). Encontramos nestas atas solicitações de reparos:

[...] estive na Secretaria de Educação [...] solicitando que esta Secretaria proceda reparos no mictório da Escola Rural Municipal, pois a mesma não está em condições de uso, pondo em risco as crianças [...] está com o seu assoalho apodrecido. Nas proximidades da escola não há outros lugares para as crianças usarem (Souza, 1989, p. 18).

Outro documento registrou uma reunião tensa realizada na Secretaria de Educação do Município, relacionada ao comportamento de um motorista:

[...] as professoras [...], a diretora das escolas rurais [...] e o motorista [...] para esclarecer alguns problemas entre professores e motorista acima citados, pois o motorista J. entrou na sala da professora H. quando a mesma explicava sobre educação sexual e interferiu dando a sua opinião, deixando os alunos inibidos e impossibilitando a professora de prosseguir a aula [...] (Souza, 1995, p. 3).

O registro das aulas era feito de forma manual. Os professores apresentavam muito zelo e cuidado com esse documento, inclusive usavam a mesma caneta durante o ano todo para não ter alteração no tom da cor azul para o registro. As escolas rurais não possuíam secretaria, então a diretora era a responsável por preencher a capa dos livros, registrando o nome da escola, da professora, a série e o ano e entregava para que as professoras fizessem o registro durante o ano letivo.

Entre os anos de 1997 a 2000, gestão do Prefeito municipal Teruo Kato, a comunidade foi consultada para a tomada de decisões sobre o uso dos recursos públicos municipais. Alguns projetos foram submetidos à aprovação, como foi por exemplo a construção do prédio para a Escola Rural Jaraguá, que desde o ano de 1997 funcionava provisoriamente na sede da Associação de Moradores das Chácaras Jaraguá, a fim de que a escola não fosse fechada.

Figura 9 – Crianças em educação física no barracão da Associação de Moradores, 1999



Fonte: Acervo da Escola (2023).

No local provisório, os alunos desenvolviam atividades como, por exemplo, as de educação física, como mostra a imagem anterior em que os alunos demonstram adesão à atividade. O espaço limitado não diminui o seu entusiasmo das crianças em realizar atividades fora da sala de aula. A cena transmite uma mensagem sobre a resiliência e a importância do acesso à educação, independentemente das adversidades. Ao fundo estão as duas salas de aula improvisadas.

A luta da comunidade pela construção do prédio escolar e a permanência da escola nesse lugar perpassava pelo presidente da Associação, o Sr. Armando Fernandes, que possuía uma Kombi. Ele participava de todas assembleias realizadas pela prefeitura, transportando moradores locais para votarem no projeto de construção da escola. A liderança e a união da comunidade fizeram com que a construção fosse aprovada. O recurso financeiro para esse fim foi gerenciado pela Associação de Moradores das Chácaras Jaraguá, que em parceria com a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), a qual era presidida pelo Sr.

Armando Fernandes que orientou a construção da escola. Essa união demonstra um esforço conjunto que resultou na melhoria das instalações educacionais.

A APMF da escola, juntamente com a Associação de moradores, recebeu, no ano de 2000, o valor de R\$ 32.000,00¹³ (trinta e dois mil reais) da prefeitura Municipal de Paranavaí, repassado em quatro parcelas de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada. Coube à Associação e a APMF contratação de pedreiros e ajudantes para a construção. Tanto a diretora Sra. Carolina Pupim Dutra, quanto os membros da Associação de Moradores, Srs. Antonio Gambaroto¹⁴, Armando Fernandes e Raimundo Silva pesquisavam preços e compravam no lugar que oferecesse maior custo benefício. As notas (às quais tivemos acesso durante a pesquisa) ficavam com a diretora das Escolas Rurais, Carolina Pupim Dutra e uma cópia com presidente da Associação de Moradores, segundo as participantes do grupo focal, Carolina Pupim Dutra e Aurélia Zacarias.

A Escola foi construída no terreno da prefeitura Municipal de Paranavaí, junto à Associação de Moradores. A construção durou cerca de oito meses. Em outubro de 2001 foi inaugurado o prédio próprio da escola, com duas salas de aula, um refeitório, cozinha e banheiros em alvenaria, os quais não foram finalizados por falta de recursos. Nessa ocasião memorável e histórica, a diretora das Escolas Rurais, Professora Carolina Pupim Dutra, discursou. Por ocasião do encontro do grupo focal, a senhora Carolina decidiu visitar e entregar uma cópia do mesmo ao Sr. Armando Fernandes, reconhecendo o seu trabalho e desempenho. No discurso ela dizia:

[...] Nesse momento nós temos tudo que é necessário para oferecer uma educação de qualidade, nosso espaço físico hoje, oferece conforto aos alunos e professores, temos um corpo docente qualificado e competente, e as classes nesta escola estão seriadas, e ainda temos o Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência (PROERD), aulas de Xadrez e de educação Física. Queremos agradecer aos membros do Conselho Comunitário Escolar, Senhor Armando Pires Fernandes, Senhor Antonio Gambaroto, Senhora Andréia Martins Menari e todos da comunidade que nos socorreram em nossas dificuldades, principalmente, quando perdemos o espaço da antiga escola de madeira e não tínhamos para onde ir, nesse momento a comunidade se mobilizou sob a liderança do Senhor Armando e em poucas semanas, construíram aquelas duas salas, em regime de mutirão, onde pais, mães, carregaram massa e lajotas aos sábados e domingos, para que a escola permanecesse viva. Foi dispensado muito esforço, muito trabalho por parte desta comunidade. Se naquele

¹³ Em 2017, o valor do salário mínimo era de R\$ 937,00, de acordo com o IBGE.

¹⁴ Antonio Gambaroto e Armando Fernandes são cunhados, moradores das Chácaras Jaraguá, Antonio é funcionário público e Armando é vendedor de gás, autônomo, atualmente estão à frente da Associação de moradores, mesmo quando não eram da diretoria ajudavam no que fosse necessário. Raimundo Silva (in memoriam) morava no bairro e era compadre do senhor Armando.

momento a comunidade tivesse cruzado os braços, estaríamos engrossando as estatísticas de fechamento de Escolas Rurais e não foram poucas. No Brasil foram fechadas 39.129 escolas rurais. Enquanto se fecham escolas rurais no país, em Paranavaí se constrói Escola Rural em alvenaria, seguindo padrões modernos. Foi a união de forças que fez com que pudéssemos usufruir de tudo isso e engrandecer ainda mais o trabalho conjunto. São ações assim, união de comunidade, compromisso e vontade política do nosso prefeito, arrojo, fibra e coragem da nossa Secretaria da Educação, que nos renova a cada dia e nos faz acreditar nos versos de Fernando Pessoa que diz. “Tudo vale a pena, quando a alma não é pequena (Dutra, 2001)¹⁵.

Figura 10 – Escola Rural Municipal Professora Edith Ebiner Eckert, 2021



Fonte: Acervo da Escola (2023).

Na imagem o novo prédio para a escola que passava a funcionar com estrutura em alvenaria. As cores, agora cinza e branca, demonstram a tranquilidade da paisagem do campo. O telhado não mais com telhas de barro, mas de fibrocimento. A cerca de balaústra dá um toque charmoso e característico das escolas rurais. É possível ver o mastro para três bandeiras, uma pequena muda de Pau Brasil que foi plantada durante a construção pela diretora Carolina Pupim Dutra em frente à escola. Essa planta foi recebida por muitas escolas devido a comemoração dos 500 anos do Brasil para lembrar a importância histórica, cultural e ambiental dessa árvore, que dá nome ao país.

Nas gestões subsequentes, prefeitos continuaram a investir na infraestrutura da escola, respondendo às necessidades de alunos e expandindo as instalações físicas. Com o prefeito Deusdete Cerqueira (2001-2004) foi construída a cantina e finalizados os banheiros, o que levou à reinauguração da escola, em 2004.

¹⁵ DUTRA, Carolina Pupim. Discurso de inauguração da Escola Rural Edith Ebiner Eckert, 2001.

Figura 11 – Reinauguração da Escola, 2004



Fonte: Acervo particular de Carolina Pupim Dutra (2024).

Na foto, o prefeito Deusdete Cerqueira e a diretora das escolas rurais Carolina Pupim Dutra estão em pé em frente à placa de ampliação e reforma da escola, descerrando-a. Esse prefeito teve uma grande participação na vida desta escola, pois morava em uma chácara próxima, lugar em que por várias vezes alunos fizeram visitas e piquenique. Em sua propriedade havia vários animais, como: anta; ema; pavão; além de animais domésticos, conforme relatou a professora Antonia Batista (2023), no grupo focal. Na gestão do prefeito Maurício Yamakawa (2005-2008) devido à crescente demanda houve a construção de mais duas salas de aula, o que foi matéria de notícia no jornal Diário do Noroeste.

Figura 12 – Notícia sobre ampliação da escola na Chácaras Jaraguá



Fonte: Diário do Noroeste (2005).

A reportagem de primeira página do jornal Diário do Noroeste notícia que a “Ampliação de Escola na Chácaras Jaraguá garante aumento no número de vagas” (Diário do Noroeste, 2005, p. 3). A construção das duas novas salas de aula ampliaria o atendimento a outras sessenta crianças. Em 2005 existiam três Escolas Rurais no município e a professora Terezinha de Jesus da Silva assumiu a gestão das Escolas Rurais, permanecendo no cargo até 2007, quando foi substituída pela professora Lúcia Elisa Araújo Chaves que permaneceu até 2012.

A ampliação da Escola Municipal Edith Ebner Eckert vai garantir o aumento do número de vagas no bairro das Chácaras Jaraguá, em Paranavaí. Com a reforma mais de 60 crianças vão poder estudar na escola que conta, agora, com mais duas salas de aula. O vice-prefeito de Paranavaí, Rubens Felipe, disse que com a reforma haverá mais conforto para os alunos e melhores condições de trabalho para os professores. A diretora administrativa da Secretaria de Educação, Edna Rossi, lembrou que há muitos anos os moradores pediam por melhorias (Diário do Noroeste, 2005, p. 3).

Quando houve a entrega das novas salas de aula a instituição ainda funcionava em dois turnos. No matutino com as turmas de 3º, 4º e 5º anos e no vespertino as turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental I, além das de Educação Infantil 4 e 5, de acordo com a “Vida Legal da Escola” (Paranavaí, 2023).

Na gestão do prefeito Rogério Lorenzetti (2009-2016) foi realizada reforma e ampliação da escola reinaugurada em 26 de outubro de 2016. Com isso, a escola passou a dispor de sete salas, um pequeno almoxarifado, uma ampla cozinha com depósito de alimentos e depósito de utensílios, dois banheiros adaptados, um refeitório semiaberto, uma lavanderia e uma área administrativa (Paranavaí, 2023).

A professora Rosa Maria Martos, que leciona na escola, assumiu a gestão da escola entre 2013 e 2014. À frente da instituição atualmente está a Professora Jane Ferracioli que assumiu o primeiro mandato em janeiro de 2014 a convite da gestão municipal, sendo reconduzida, posteriormente, por meio de duas consultas públicas. Continua até o momento na função que é exercida em conjunto com a equipe pedagógica, composta por uma Supervisora Pedagógica, Professora Cláudia Pelisson Vieira e duas Orientadoras Educacionais, Professoras Milena Moreira e Kérollen Angélica Agostinho, uma no período matutino e outra no vespertino.

A Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebiner Eckert atende em sua maioria os filhos das famílias de trabalhadores do campo, das Vilas Rurais, chácaras, sítios e fazendas. Está localizada em um bairro que vem se desenvolvendo gradativamente devido aos novos loteamentos residenciais, pequenos estabelecimentos comerciais e áreas de lazer e esses fatores aumentaram a demanda de vagas na instituição. O bairro conta com pequeno comércio, igrejas e uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ao lado da escola.

3.3 Cultura em movimento na comunidade

A Escola Jaraguá possuía grande apoio da comunidade. Além do sentimento de carinho, zelo e cuidado, a comunidade foi responsável por construir esse patrimônio educacional, uma vez que a escola fez parte dos propósitos da comunidade. Essa parceria gerou benefícios a todos. Inicialmente na alfabetização de adultos e, posteriormente para as crianças em idade escolar, as quais foram alfabetizadas. Quando se tornaram pais, procuram a instituição para matricular seus filhos. Os diferentes grupos sociais interagiram e contribuíram para conformar a dinâmica escolar. Logo, compreender como se deu uma mobilização dessa natureza é fundamental para uma análise completa do sistema educacional e suas relações mais amplas, segundo Chartier (1990) e respeitando as especificidades da pesquisa.

A complexa relação pode ser apreendida por meio de Bourdieu (1992), um sociólogo francês que analisa as relações de poder e a estrutura social em diferentes contextos. O autor evidencia a existência de representações simbólicas associadas ao capital cultural que é produzido pela escola em suas relações socioeducativas. Esse capital cultural refere-se ao conhecimento, habilidades, educação e vantagens sociais que uma pessoa possui, na qual professores e alunos estão envolvidos sendo socialmente reconhecidos e respeitados. É possível pelo conhecimento formal adquirido pela educação, bem como pelas habilidades e conhecimentos informais, transmitidos pela socialização e experiência de vida. A cultura escolar, portanto, tem grande visibilidade para a sociedade, dando distinção aos que são escolarizados.

A comunidade das Chácaras Jaraguá teve seu início na década de 1940, quando Ulisses Faria Bandeira, agrimensor da Inspetoria de Terras do Paraná, nomeado pelo interventor federal Manoel Ribas (Silva, 2014) demarcou, em 1942, a primeira via pública da Colônia Paranaíba. Em 1943, o agrimensor chegou para administrar o lugarejo¹⁶ e com isso houve aumento da população. Isso também repercutiu na comunidade das Chácaras Jaraguá, que passou a ter missas celebradas no local. Em 1967 foi implantada a escola.

A comunidade das Chácaras Jaraguá aumentou na década de 1960 devido aos agricultores que adquiriram terras e plantaram café, além de trabalhadores rurais que vinham para o local durante a colheita do café (Silva, 2014). Essa característica de pequenas áreas de terra denominadas chácaras foi o que definiu o nome da comunidade. A produção também se reorganizou com o passar do tempo e ao final da década de 1960, a cafeicultura deu lugar a pecuária surgindo assim outras culturas como: algodão; milho; laranja; feijão; mandioca e algumas indústrias. E os agricultores locais buscavam escola para os seus filhos.

Neste período a prefeitura contratou as primeiras professoras efetivas para lecionarem na Escola Rural Jaraguá, devido a quantidade de crianças da comunidade, como observado no Histórico das escolas rurais. Em 1974, para a recepção dos alunos do fundamental I, houve a reforma da escola e limpeza do poço de acordo com o Histórico das Escolas Rurais (Paranaíba, 1974). Na década de

¹⁶ Hugo Doubek que dividiu a colônia Paranaíba em 30 glebas de aproximadamente 15000 alqueires cada uma e houve a tentativa de grilagem das áreas, na década de 1960, aumento a população das Chácaras Jaraguá (Silva, 2014).

1980 a comunidade se tornou mais conhecida no município devido ao time de futebol que foi destaque. Nessa década houve reorganização da comunidade, pois várias famílias deixaram suas propriedades e se mudaram da localidade (Silva, 2014).

O bairro que era predominantemente rural tornou-se urbano, inclusive com a instalação de indústrias, como a fábrica de vinagre, por exemplo. Com o aumento da população urbana surgem novos comércios, as antigas vendas dão origem aos mercados, padarias e, posteriormente, lojas de ferragens, pet shop, posto de saúde, posto de coleta de exames, igrejas entre outros. A união da comunidade viabilizou as conquistas que tiveram ao longo dos anos.

A participante do grupo focal, Sra. Aurélia Zacarias (2023) viveu nas Chácaras Jaraguá desde sua juventude, participando de comemorações e encontros da comunidade. Trabalhar na escola era um de seus objetivos. Na gestão do prefeito José Augusto Felipe (1993-1996) foi cedido um terreno para a comunidade, onde foi fundada a Associação de Moradores pelo Decreto nº 4.507 de 29/07/1993 a qual teve papel fundamental na vida dessa comunidade (Paranavaí, 1993).

Para entendermos melhor o papel dessa instituição na vida das pessoas buscamos informações pelo questionário de *Google Forms* enviado a ex-alunos da escola. As respostas trazem elementos que permitem nos aproximarmos das experiências vividas pelas pessoas no período que foram estudantes.

3.4 Memórias da escola

A análise das respostas do questionário do *Google Forms* é complexa e para entendermos as respostas buscamos informações nos documentos da instituição de ensino e da Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí. Trabalhamos com as três respostas completas e duas incompletas de ex-alunos maiores de 18 anos que estudaram na escola da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert (Apêndice A) nas décadas de 1990 e 2000. Em alguns casos as respostas que recebemos via *Google Forms* deixavam lacunas nas interpretações e, nesse caso, para entender plenamente, conversamos pelo *WhatsApp*.

Esse grupo de respondentes estudou e reside nas proximidades da escola. Tem filho ou outro familiar que estuda na instituição. Na relação com a comunidade, as principais festividades que lembram eram as festas juninas, o dia das Mães, dos

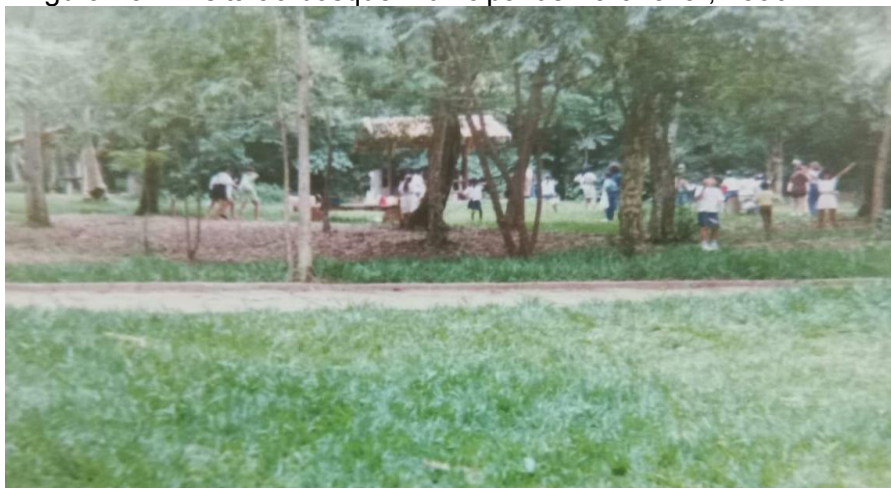
Pais e das Crianças, comemorações natalinas ou de encerramento do ano letivo. As respostas revelam a dedicação dos ex-alunos e responsáveis que participavam e organizavam as atividades comemorativas ou apresentações que eram prestigiadas pela comunidade onde “tudo era muito bem organizado”. Essas memórias dos ex-alunos podem ser entendidas na medida em que as analisamos na perspectiva de Chartier (1990, p. 17), para quem “as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forajam”. Nesse processo esquemas intelectuais são incorporados pelos indivíduos, permitindo a construção de figuras ou ideias que dão sentido à realidade, ajudando a interpretar o presente, entender o outro e decifrar o espaço ao redor.

A ideia de cooperação também perpassa as práticas cotidianas da comunidade, ou seja, as “maneiras de fazer” a que alude Certeau (1993, p. 17) e que marcam a vida das pessoas pelo capital cultural que construíram. No início da década de 1990, lembram os respondentes, as festividades não possuíam fins lucrativos e a comunidade participava trazendo um prato de alimento para uma grande partilha. Os alunos participam dessas festividades com apresentações e realizando a decoração. Não é possível afirmar que todas as pessoas da comunidade participavam das atividades, contudo os pais ajudavam na organização e compareciam aos eventos. Os desfiles cívicos e apresentações artísticas bem como os passeios, eram momentos em que os alunos e a escola tinham grande visibilidade fora do ambiente escolar e foram lembrados pela participante do grupo focal, a Sra. Antonia Batista (2023). Para uma das respondentes ao questionário do *Google Forms*, os passeios pedagógicos foram “[...] experiências inenarráveis na vida de cada criança [...] na maioria das vezes, a condição social das famílias não permitia realizar passeios ” (Aluna 1, 2023).

A complexa relação entre escola e comunidade pode ser apreendida por meio de Bourdieu (1992), que analisa as relações de poder e a estrutura social em diferentes contextos. O autor evidencia a existência de representações simbólicas associadas ao capital cultural que é produzido pela escola em suas relações socioeducativas. Esse capital cultural refere-se ao conhecimento, habilidades, educação e vantagens sociais que uma pessoa possui, na qual professores e alunos estão envolvidos sendo socialmente reconhecidos e respeitados. É possível pelo conhecimento formal adquirido pela educação, bem como pelas habilidades e

conhecimentos informais, transmitidos pela socialização e experiência de vida. A cultura escolar, portanto, tem grande visibilidade para a sociedade, dando distinção aos que são escolarizados.

Figura 13 – Visita ao bosque municipal de Paranavaí, 1990



Fonte: Acervo da Escola (2023).

A Figura 14 a seguir registra um grupo de alunos desfrutando do lazer no bosque municipal de Paranavaí, em meio da natureza e algumas espécies de animais: macacos; pássaros e quatis. Nessas ocasiões era realizado um piquenique. Na fotografia algumas crianças fazem poses para a foto no canto superior direito, erguendo os braços, enquanto outras estão ocupadas, mais ao fundo, com alguma outra atividade recreativa, possivelmente uma partida de futebol. A conexão com a natureza, o ar puro e a atmosfera tranquila criaram um cenário único para celebrar. Aprender sobre tradições locais e a preservação do meio ambiente (Aluna 2, 2023).

Além dos passeios havia apresentações artísticas na escola, ampliando os horizontes culturais dos alunos. A arte, que sutilmente invade o espaço, torna-se espaço em que oprimidos resistem “grupos que por não ter um próprio, devem desembaraçar-se de uma rede de forças e de representações estabelecidas” (Bourdieu, 1992, p. 79). Por meio das apresentações artísticas os pobres ganham visibilidade no jogo de poderes. Por vezes essas apresentações eram apenas dentro da escola, em outras para a comunidade. A imagem a seguir ilustra um desses eventos, em que os alunos aprenderam sobre a história, tradições dos povos indígenas, preservação e valorização de suas culturas, “foi uma oportunidade única de vivenciar e celebrar a diversidade do nosso país” (Aluna 2, 2023).

Figura 14 – Apresentação cultural do Dia do Índio, 1992



Fonte: Acervo da Escola (2023).

Em 1992 a escola funcionava no antigo prédio de madeira. Os alunos, na imagem anterior, estão com vestimentas que remetem aos indígenas, confeccionadas com jornal. Ao fundo, destaca-se um painel temático da Páscoa, com um coelho. É necessário destacar o caráter estereotipado que se trabalhava com a cultura indígena e com datas religiosas, uma vez que os indígenas se vestem com roupas, como outras pessoas e a Páscoa remete tem sentido religioso. Na medida em que as discussões sobre os direitos dos povos indígenas avançam existem novas reflexões acerca dessas temáticas. Cabe destacar que o Dia do índio, atualmente dia dos Povos Indígenas, passou a ser celebrado nas escolas brasileiras com o Decreto-Lei nº 5.540 em 02/06/1943, período do Estado Novo de Getúlio Vargas. A data foi escolhida, pois o “Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reunido no México, em 1940, propôs aos países da América a adoção da data de 19 de abril para o Dia do Índio” (Brasil, 1943).

A professora Rosa Maria Martos (2023) afirmou que as comemorações dos povos indígenas, geralmente destacavam as vestimentas e pinturas de desenhos sobre os povos indígenas e isso acontecia em todas as escolas da região, atualmente nas escolas, a comemoração visa:

Promover a conscientização sobre a cultura, a história e os direitos dos povos indígenas. As atividades incluem discussões sobre a diversidade cultural, apresentações artísticas, leitura de literaturas indígenas e reflexões sobre a luta por direitos. O objetivo da comemoração é valorizar e respeitar essas culturas, e educar os alunos sobre a importância da preservação dos saberes e tradições indígenas (Martos, 2023).

Atualmente o trabalho sobre culturas indígenas desenvolvido nas escolas tem por base a Lei nº 11.645, de 10/03/2008 (Brasil, 2008). Dessa forma, o calendário escolar se adequou para o trabalho de preservação dos saberes dos povos indígenas, inclusive alterando a nomenclatura para Dia dos Povos Indígenas, comemorado em 19 de abril e dedicado à promoção da história e cultura dos povos indígenas em sua diversidade e direitos. A mudança busca valorizar a pluralidade cultural e promover a educação sobre os povos indígenas nas escolas e na sociedade

Essas atividades organizadas ao longo do ano estão organizadas em nossa cultura por meio do calendário escolar que dialoga com o cívico e religioso. Muitas outras atividades cabem ao longo do ano escolar. Segundo Le Goff (2003), o calendário é uma forma de organizar o tempo. Isso é feito por meio de normas que distribuem as horas vividas no ambiente escolar e compõem a cultura escolar.

Os tempos escolares incluem os calendários, a demarcação das aulas, a divisão dos tempos pelas disciplinas e/ou atividades [...] a carga horária semanal, mensal e anual e dos cursos e as experiências sociais, familiares e pessoais [...] envolveria também os trabalhos extraescolares de alunos e professores, na realização ou preparação de trabalhos escolares (Bertucci; Faria Filho, 2010, p. 59).

As experiências criadas durante o tempo escolar influenciam diretamente o ambiente cultural de uma determinada comunidade, pois todas as interrogações provocadas pela escola carregam as experiências individuais de cada sujeito que a ela está envolvido. Essas experiências proporcionaram ao bairro das Chácaras Jaraguá um grande crescimento, sendo uma comunidade que se destaca na cidade de Paranaíba, preservando tradições culturais, promovendo eventos que valorizam a identidade local, envolvendo a população e educando sobre a cultura regional, de acordo com a participante do grupo focal Eloir Alves da Silva (2023).

A organização do tempo escolar permitiu diferentes atividades, como uma visita a fábrica de vinagre, local em que no futuro, poderia ser de trabalho para egressos da escola. Na foto a seguir há um funcionário no lado direito explicando o processo de fabricação de vinagre, desde a fermentação de frutas e grãos por leveduras até a sua transformação em ácido acético. À esquerda, crianças estavam curiosas com o que a outra pessoa explicava. O processo de produção foi apresentado aos alunos que consumiam o vinagre engarrafado em suas casas,

lembram as professoras Antonia Batista e Iraci Marin Martins (2023), as quais acompanharam os alunos e participaram do grupo focal. Contudo, o principal era que o pai de um aluno da escola trabalhava no local. “Depois que aprendemos sobre o complexo processo do vinagre passamos a tratar o nosso colega de sala como um cientista, porque para nós o pai dele fazia ciência” (Aluna 3, 2023).

Figura 15 – Visita à fábrica de vinagre, 1996



Fonte: Acervo da Escola (2023).

Identificamos durante a pesquisa a existência de outras indústrias na comunidade das Chácaras Jaraguá. Embora a fábrica de vinagre tenha sido fechada, outras prosperam, como a indústria de asfalto, localizada nas proximidades da escola, e o ferro velho, cujo proprietário já tocou sanfona em festas juninas da escola na década de 2000, segundo as participantes do grupo focal Antônia Batista e Iraci Marin Martins (2023). Contudo, certamente o período do ano que mais agradava aos alunos era aquele que antecedia as férias, em dezembro. As apresentações do final do ano, especialmente a celebração ao Natal foram unanimidade nas memórias das pessoas que responderam o questionário pelo *Google Forms*. São muitos afetos reunidos nessa época do ano.

Figura 16 – Apresentação de Natal, 1998



Fonte: Acervo da Escola (2023).

Na figura acima há duas professoras junto aos seus alunos. Quase todos usam uniformes e segurando corações vermelhos com letras que formam o nome Carolina, a diretora das escolas rurais do município naquele ano, que está na imagem, de costas, recebendo sua homenagem. Eles parecem estar participando com entusiasmo da atividade, a atmosfera é calorosa e festiva, com balões, árvore de natal e painéis enfeitando o ambiente ao fundo. Estão hasteadas as bandeiras do Brasil, Paraná e de Paranaíba e no fundo.

No grupo focal evidenciamos que as pessoas guardam fotos da época lembrando momentos especiais e fortalecendo os laços com a história dessa instituição. Essas fotografias são registros preciosos que capturam experiências compartilhadas, amizades e conquistas, ajudando a manter viva a história da escola e o espírito comunitário que a caracteriza, o que vamos tratar a seguir.

Além dos alunos, o grupo focal e foi fundamental para a coleta de informações. Trabalhamos com base Gatti (2005) para quem essa técnica exige que a seleção de participantes seja criteriosa e coerente e que tenham características comuns. Fizemos parte do grupo ex-professoras da escola e uma ex-cozinheira com as quais tivemos contato prévio explicando como seria a atividade. Combinamos dia e horário para nos encontrarmos, em minha casa, onde passamos uma tarde conversando sobre memórias que cada um carrega da Escola das Chácaras Jaraguá. Fomos os responsáveis para fazer a discussão fluir a partir de questões pré-elaboradas para responder aos objetivos da pesquisa. Com a autorização das participantes o diálogo foi gravado.

Com o grupo focal percebemos a interação das pessoas estabelecendo associações entre os assuntos tratados. As memórias se complementam dando maior consistência ao fato narrado pelo outro (Le Goff, 2003). As participantes emitiram opiniões, influenciaram e foram influenciadas pelas memórias das componentes do grupo. Portanto a diversidade de informações foi maior do que se tivéssemos feito entrevistas individuais. As histórias dessas mulheres foram determinantes para que no momento atual pudéssemos conhecer outros aspectos da realidade. Ao trabalharmos com testemunhos precisamos estar atentos aos equívocos que podem ser cometidos pela memória. No grupo focal uma participante relembra fatos até então esquecidos pela outra. Contudo, precisamos estar atentos aos testemunhos. Bloch (2001, p. 89) afirma que:

[...] as palavras das testemunhas não devem ser obrigatoriamente dignas de crédito [...] há muito tempo estamos alertados no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos. [...] nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais também, podem ser falsificados.

Os testemunhos não devem ser aceitos como plenamente verdadeiros, pois os relatos podem ser distorcidos por diversos motivos, incluindo preconceitos pessoais, memória falha. Portanto há necessidade de uma análise crítica dos testemunhos. Bloch alerta que se deve questionar e verificar a autenticidade das fontes. Dessa forma cruzamos diferentes relatos e evidências. Até mesmo os vestígios materiais que podem parecer provas concretas e irrefutáveis, mas estão sujeitos a falsificações.

Bloch (2001) argumenta sobre a complexidade do trabalho historiográfico, que vai além da simples coleta de dados. Quem trabalha com a história deve ser um investigador cuidadoso, ciente de que as fontes de informação podem conter erros ou falsificações intencionais. A crítica das fontes é, portanto, uma ferramenta essencial para construir um entendimento mais preciso e confiável do passado.

A participante do grupo focal, professora Antonia Batista foi trabalhar na escola Jaraguá em 1991. Ela possuía uma câmera fotográfica e registrou vários acontecimentos na escola, como as festividades e várias fotografias que estão no acervo da escola e são de sua autoria, relatou no grupo focal. Seus registros possibilitam conhecermos sobre as atividades escolares realizadas, como por exemplo a ocasião em que os alunos foram assistir à peça teatral “A menina e o

Vento”, na Casa de Cultura de Paranaíba, lugar que abriga registros da história e de tradições locais. Iraci Batista, na ânsia por registrar momentos com seus alunos, deixou várias fotos que ajudam a entender ações da escola nessa comunidade.

Figura 17 – Visita à casa da Cultura para assistir à peça “A menina e o vento”, 2004



Fonte: Acervo particular de Carolina Pupim Dutra (2023).

Neste grupo de alunos havia 18 crianças, sendo 11 meninos e 7 meninas. Estão uniformizados, usando camiseta branca com o emblema ER (Escolas Rurais). Junto aos alunos, duas professoras. Para Burke (1992, p. 14), “uma imagem vale mais que mil palavras”, mas não fala por si. Para ler uma imagem é necessário compreender as condições de sua produção e os discursos representativos das relações sociais que existem Kossoy (2001) aponta que as imagens fotográficas representam, transitam e unem tempos históricos e espaços sociais diferentes, destacando que o ato do registrar:

[...] deu origem a uma representação fotográfica de um momento histórico específico (caracterizado por um determinado contexto econômico, social, político, religioso etc.). [...] mostra fragmentos selecionados do real (o assunto registrado) (Kossoy, 2001, p. 39).

O registro fotográfico captura momentos específicos. Ao registrar um evento, cria-se uma representação fotográfica que reflete os elementos visuais do momento, e os contextos econômicos, sociais, políticos, religiosos e outros que o cercam. A fotografia funciona como testemunho visual que documenta fragmentos selecionados da realidade sob uma perspectiva específica. A professora Iraci Batista, preocupada

com registros das atividades produziu memórias fotográficas das atividades escolares, as quais no momento atual são fonte para esta pesquisa, com documentos e informações obtidas no grupo focal.

O grupo focal também deu pistas sobre a cultura escolar e as relações que extrapolavam as salas de aula como, por exemplo, o processo de socialização do trabalho escolar com as serenatas feitas por professoras para os amigos, relatou a Sra. Aurélia Zacarias (2023), que trabalhou na escola entre 1998 e 2017. Nas serenatas para homenagear os aniversariantes que apresentavam relevância para a comunidade se reuniam professores, alunos e algumas pessoas da comunidade que seguiam a pé até a casa do aniversariante para cantar parabéns e outras canções. Relatos como este destacam a importância das escolas rurais na formação de comunidades coesas e na valorização da cultura local.

Na escola rural a rotina é marcada por um forte vínculo entre alunos, professores e a comunidade. Essas relações se dão pela proximidade das famílias e dos alunos, que muitas vezes estudam juntos, independente da série, em salas pequenas. As atividades pedagógicas também incorporam a cultura local, como festas tradicionais e saberes populares, tornando o aprendizado diferenciado. Os professores são figuras centrais nesse processo, embora haja muitos desafios, como a falta de recursos e a distância da residência das famílias da escola, mas a colaboração da comunidade é fundamental. A escola se torna, assim, um ponto de referência, um espaço de troca e resistência cultural, onde a identidade rural é valorizada e preservada.

As memórias das participantes do grupo focal remetem a rotina de uma professora de escola rural. Foi desafiadora, disse a professora Iraci Marin Martins (2023), devido às classes multisseriadas que requeriam uma abordagem pedagógica flexível e criativa para atender a cada aluno. A proximidade com a comunidade muitas vezes significa que os professores desempenham papéis adicionais, junto aos alunos e suas famílias, criando um ambiente colaborativo, contudo exigindo habilidades de gerenciamento do tempo em sala de aula e de uso de recursos pedagógicos. A remoção de professores de outras escolas para a estudada foi importante, pois trouxeram consigo experiências de outras realidades.

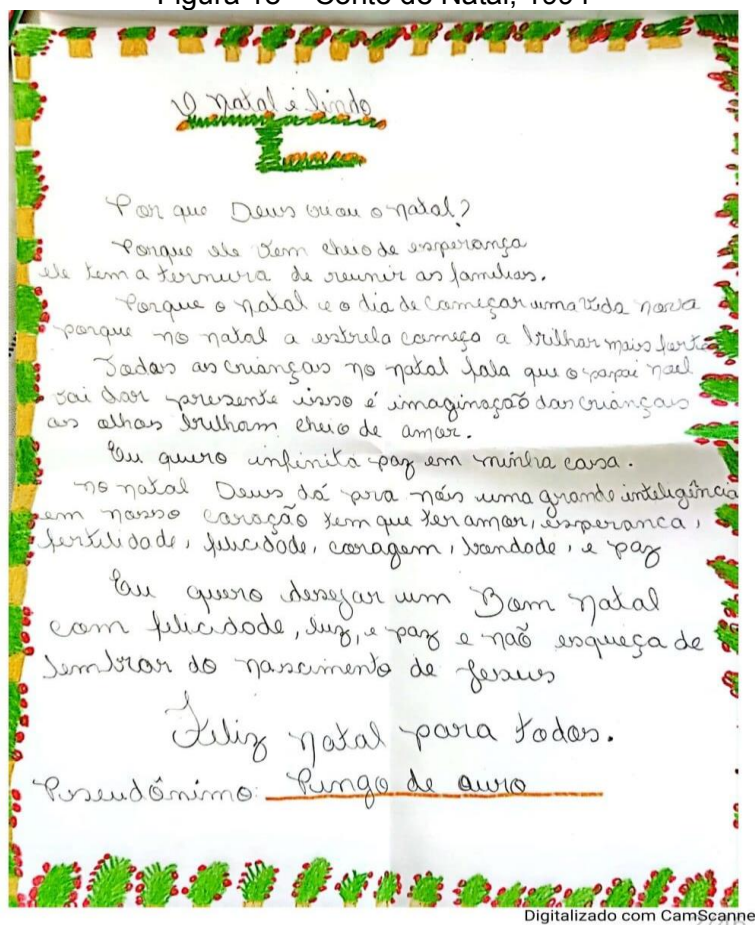
As festividades eram aguardadas por todos, em particular o Dia das Crianças marcava a vida das crianças mais pobres. Um grande número de alunos era de famílias de baixa renda. A escola fazia parceria com empresas e o com Rotary para

dar presentes às crianças que estudavam na escola. A professora Antonia Batista (2023), que andava cerca dois quilômetros a pé para chegar à escola, relatou sobre num desses momentos encontrou um caminhão distribuindo e brinquedos e pediu que fossem à escola distribuir para as crianças. “A clientela da escola era muito carente, contava com filhos de trabalhadores rurais e moradores das imediações da Vila Paris. Foi uma alegria imensa ver o sorriso de cada criança” (Batista, 2023).

Os concursos eram aguardados por todos, à guisa de exemplo, o de Contos mobilizavam alunos (e professoras) de todas as escolas municipais. Carolina Pupim Dutra (2023) durante o grupo focal relatou sobre o concurso de contos realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí que premiava os melhores textos. As escolas estimulavam a participação dos alunos. Nesse processo eles trocavam ideias, discutiam enredos e personagens. Inclusive criando pseudônimos para que os autores, nem escolas fossem identificadas durante o julgamento.

A imagem 18 é um desses contos que provavelmente tenha sido escrito por uma aluna com o pseudônimo “Pingo de Ouro” no ano de 1994. Não conseguimos identificar de quem é a autoria do Conto nos documentos da escola, nem mesmo a professora que coordenou o trabalho. Porém no arquivo da escola há vários contos do referido ano. Este chamou nossa atenção pela estética, demonstrando o interesse de quem o escreveu e a disposição da margem cuidadosamente colorida. Nota-se o capricho com a escrita e a apresentação, com moldura decorada nas bordas do papel, com pequenas árvores de Natal, nas cores verde e vermelho, que são tradicionais no Natal, e do dourado representando os presentes de Natal.

Figura 18 – Conto de Natal, 1994



Fonte: Acervo da Escola (2023).

No ano de 2002 uma aluna da Escola Rural Jaraguá venceu o concurso o XIV Concurso de Contos Infantis promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí e foi premiada. Naquele ano o concurso já não era mais exclusivo para as escolas rurais. Tinha a participação de alunos de todas as escolas do Ensino Fundamental I da rede pública município de Paranavaí e de escolas privadas, registrando a participação de 446 alunos. Ambas as alunas premiadas foram de escolas rurais, sendo uma da 1ª série e outra da 3ª série.

A aluna **Natália da Silva de Souza**, primeira série da professora **Maria Aparecida da Silva Piassa** da escola Rural Municipal Ana Francisca de Andrade e a aluna **Patrícia Aparecida Martins**, terceira série da professora **Antonia Batista da Silva** com o título *Teatro de Deus* da escola Rural Municipal Edith Ebiner Eckert, tiveram seus contos premiados e mostraram que misturar realidade e fantasia podem nos dar grande alegria (verso da Figura 19, 2002, grifos nossos).

Figura 19 – Premiação do XIV Concurso de Contos, 2002



Fonte: Acervo da Escola (2023).

Na foto a aluna Patrícia Aparecida Martins está ao centro recebendo o prêmio do Concurso e observando a pessoa à sua direita que possivelmente dirigia algumas palavras. Do lado esquerdo da premiada está a Professora Carolina Pupim Dutra, então diretora das escolas rurais junto ao Prefeito Municipal, Sr. Deusdete Ferreira de Cerqueira. Certamente foi um momento de muita emoção pelo reconhecimento e faz parte da memória e da história dessa aluna que foi premiada.

As trocas do grupo focal remeteram a outros projetos articulados pela Secretaria Municipal de Educação na virada do século como, por exemplo, o denominado “Da Rua para a Escola”, baseado na Lei Municipal nº 4.563, de 17/10/1999 (Paranavaí, 1999). Buscava-se promover a inclusão e a reintegração de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ao ambiente escolar. Esse projeto, inclusive, foi objeto de matéria no Jornal Diário do Noroeste (2000) publicada no dia 09/04/2000. A notícia enfatizava que:

[...] vários assuntos foram ressaltados durante a reunião, entre os quais “o cuidado com a água contaminada”; “o contato com objetos, animais e alimentos contaminados”; “a higiene da alimentação”; “os parasitas que se alimentam do sangue” e “agressão de animais”. A prevenção de doenças provocadas por animais deve ser a vacinação anual. Igualmente deve-se evitar criar cães soltos na rua, combater mosquitos e evitar contato com fezes e urina. [...] As crianças, paralelamente participaram de uma atividade pedagógica, com professores de educação física (Diário do Noroeste, 1999, p. 10).

O projeto, lembrou Dutra (2023), beneficiava com uma cesta básica as famílias cujos pais enviassem seus filhos para a escola. As crianças eram localizadas por meio de busca feita pela diretora das Escolas Rurais do município. Essas crianças em geral careciam de cuidados no âmbito da saúde, com a retirada de bichos de pé e de piolhos, o que era feito pela própria diretora, pois não havia profissionais da saúde suficientes para desempenhar essas atividades. As escolas assumiam um trabalho maior daquele que era a especificidade. Além do planejamento do município para as atividades escolares, essas instituições atendiam necessidades da comunidade, promovendo a inclusão, um ambiente seguro e acolhedor para os alunos.

Entre as atribuições das professoras estavam a chegar mais cedo para abrir o portão da escola, organizar as filas para a entrada e saída das aulas. Até 1990 preparavam a merenda e serviam o lanche (nesta época uma cozinheira foi contratada). Após as aulas, as crianças eram liberadas conforme a chegada do ônibus ou dos pais. As professoras organizavam coreografias, figurinos, músicas e decorações para apresentações. Ensaavam os alunos, lembra Carolina Pupim Dutra (2023). Algumas atividades eram internas e outras abertas à comunidade.

Quando era multisseriada, os alunos de diferentes séries em uma mesma sala de aula, pois havia poucos estudantes na comunidade. Uma única professora lecionava para duas séries ao mesmo tempo. As aulas eram organizadas de forma mais flexível, com atividades adaptadas para cada grupo de alunos de acordo com seu nível de aprendizado e idade; o quadro da sala de aula era dividido ao meio e com atividades diferentes para cada série, lembra Iraci Marin Martins (2023). Os diálogos promovidos pelo grupo focal remeteram a memória vivida:

[...] a memória escolar pode esbarrar nesses dois momentos, a memória fragmentada, que é aquela que pode ser construída por meio dos livros selecionados. E, também, pode ser a memória vivida, atravessada por acontecimentos, ou seja, trata-se da forma como a escola vai elaborar o cotidiano escolar dos alunos. As histórias narradas pelos acontecimentos constroem uma formação, tanto na memória fragmentada quanto na vivida (Certeau, 2012, p. 223).

As experiências e memórias vividas por essas pessoas trazem aspectos da realidade do trabalho docente nos anos iniciais de escolarização. Sobre as metodologias utilizadas em sala de aula multisseriada, a professora Antonia Batista (2023) descreveu sobre a realização de atividades em grupos, com três ou quatro

alunos, utilizando materiais didáticos variados e apoio individualizado aos alunos que necessitam de mais ajuda. As professoras buscavam gestão eficiente para garantir que todas as séries recebessem a atenção necessária e avançando no seu aprendizado. Outras práticas corriqueiras era a execução do hino Nacional antes da entrada em sala de aula. A oração também fazia parte da rotina escolar, assim como a chamada e a retomava de conteúdos anteriores. Após as explicações todos os alunos realizavam exercícios. A Sra. Carolina Pupim Dutra (2023) relata que dirigia a atividade de todos os alunos, das duas séries, como uma orquestra, pois a sala era multisseriada. O clima que reinava na sala de aula era de concentração. Várias eram as atividades: silabação; leitura; cópia; cálculo; ditado; exercícios; memorizações; recitação. Uma sequência rigorosa de ações cotidianas que regulam os tempos e os ritmos escolares, ordenando os trabalhos e os dias dos professores e dos estudantes.

Durante o grupo focal percebemos o saudosismo e a emoção das professoras ao lembrarem os fatos, a alegria e o brilho nos olhos de cada uma delas de rever algumas fotos demonstra o quanto executaram sua profissão com amor e dedicação. Por esse motivo, acreditamos que conflitos e problemas podem ter sido omitidos durante os encontros do grupo focal.

A análise da história da comunidade da Chácara Jaraguá e da Escola Edith Ebner Eckert propicia um entendimento da inter-relação entre a educação e o desenvolvimento comunitário. Ao investigar suas origens, desafios e conquistas, é possível perceber como a escola serve à educação formal, e atua como ponto de encontro e fortalecimento das raízes culturais e sociais da comunidade. Essa história reforça a importância de se preservar a memória e de valorizar as experiências locais, que dão sentido e singularidade a cada comunidade.

4 FESTIVIDADES ESCOLARES DA ESCOLA DAS CHÁCARAS JARAGUÁ

A partir das contribuições historiográficas dos Annales, afirma Chartier (2004, p. 22), “a festa deixou o território do pitoresco e do anedótico para tornar-se um revelador maior das clivagens, tensões e representações que atravessam uma sociedade”. As festas constituem-se, assim, em observatórios do social, através dos quais é possível, ao historiador, vislumbrar valores e visões de mundo sobre aquilo que se festeja e o lugar que o objeto de celebração ocupa numa dada sociedade, em um determinado momento/contexto histórico. Já no caso das festas escolares – uma modalidade específica daquilo que o historiador francês denomina festa – é oportuno observarmos o que escreve Cândido (2015, p. 231):

O estudo da festa, como elemento constitutivo de uma cultura e de uma forma escolar específica, permite a compreensão de questões que ultrapassam a sua idealização e concretização; por meio da análise das normas e das práticas festivas, é possível compreender um conjunto de modos de fazer e de pensar a escola, suas formas de conceber o ensino e a educação, os comportamentos escolares e sociais desejados para uma determinada comunidade, os valores compartilhados, as metodologias de ensino, os conteúdos ensinados e as estratégias criativas que a escola utiliza para a transformação das demandas sociais em um projeto próprio.

Essas práticas festivas estiveram presentes na relação da Escola das Chácaras Jaraguá com a comunidade. Foi uma forma de estabelecer elos, de ampliar a participação. Nesta seção buscamos entender como acontecia essa relação por meio das páginas do jornal Diário do Noroeste de Paranaíba, periódico que teve responsabilidade por construir representações acerca da escolarização, da escola e de seu papel na comunidade. Segundo o Escolano (2017, p. 202), a escola é:

[...] uma das instituições culturais de maior impacto no mundo moderno. Querida ou odiada, mas sempre recordada, ela foi um cenário-chave de nossa experiência infantil, um lugar essencial no desenvolvimento de nossa própria identidade e um espaço de criação de cultura, que nos reuniu com todas as demais pessoas comuns, com quem compartilhamos vida e civilização. Antes do início do século XIX, eram muito poucas as crianças que iam à escola; menos ainda as meninas. No entanto, ao longo dos dois últimos séculos, a instituição escolar foi se impondo como lugar universal para acolher e socializar toda a infância e a juventude.

A escola tem papel fundamental como uma instituição cultural de grande impacto. Independentemente de ser amada ou odiada, a escola é lembrada como um cenário essencial em nossa infância, crucial para o desenvolvimento da identidade e para a criação da cultura. A base histórica e cultural na educação refere-se à compreensão e valorização da diversidade cultural e histórica que moldou a sociedade em que vivemos, como relata Chartier (1994) no seu livro “A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII”. A educação forma cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de compreender a complexidade e a diversidade do mundo em que vivemos. Além disso, ela promove a inclusão e a igualdade, permitindo as pessoas tenham voz e participação plena na sociedade e que aprendam com a história da sociedade.

Em relação às práticas comemorativas – os rituais de uma certa cultura escolar mobilizados para festejar e dar revelo à figura dos professores – as notícias localizadas no Jornal Diário do Noroeste evidenciaram a utilização da música, de apresentações teatrais, refeições, competições escolares envolvendo os estudantes e celebrações religiosas católicas. Trata-se de práticas diferentes daqueles fazeres ordinários (Chartier, 1990) geralmente mobilizados em sala de aula. São práticas sociais, culturais, esportivas e religiosas, apropriadas, com finalidade de configurarem um festejo escolar e de um personagem que só existe em função da escola, o professor. São práticas envolvendo docentes, alunos, famílias e a sociedade em geral, configurando, nesse sentido, as Festividades Escolares da Escola das Chácaras Jaraguá.

4.1 Festividades cívicas

Ao perflustrar as ideias de Vidal e Mendes (2004), no livro “Culturas escolares, saberes e práticas educativas”, pode-se afirmar que as festas escolares expressam aspectos da cultura escolar. A autora ressalta que as festas escolares eram regidas por normas, ensinamentos e conhecimentos coordenadas com finalidades educativas.

A relação entre a escola e a comunidade é crucial. A escola está inserida na comunidade e tem responsabilidade social. Ao incorporar tradições locais, valores e práticas culturais nas festas escolares, a escola não apenas promove a educação

formal, contudo contribui para a preservação da identidade cultural da comunidade e o fortalecimento dos laços sociais e colaborativos entre seus membros.

Na visão de Nosella e Buffa (2022, p. 19), “a cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém”. Nos argumentos desses autores

[...] a cultura escolar é um conjunto de normas que variam no espaço e tempo, e que podem até coexistir mantendo as suas diferenças. Nas instituições escolares é possível evidenciá-las de acordo com seu contexto histórico, criação e instalação da instituição, organização do tempo e do espaço, alunos, professores, funcionários administrativos, além dos saberes: currículo, normas, regimentos, festas, exposições, desfiles. (Nosella; Buffa, 2022, p. 20).

Cada elemento contribui para a construção de uma identidade única da instituição educacional, portanto depende das relações conflituosas para coexistir. A cultura escolar perpassa as relações humanas, pois se insere num conjunto de normas que se modificam de acordo com o tempo e o espaço em que está inserida. A complexidade e a diversidade da cultura escolar, que é moldada por uma variedade de fatores se manifestam de diferentes maneiras. É influenciada pelo contexto histórico, pelas circunstâncias de criação e estabelecimento da instituição, pela organização do tempo e espaço dentro da escola, bem como pelas interações entre alunos, professores, funcionários e comunidade.

Toda a ação humana é condicionada e isso impõe limites, estabelecendo condições para a ação criativa da humanidade. As representações culturais precisam ser analisadas conforme o tempo e experiências que proporcionaram. Para Bertucci e Faria Filho (2010), o tempo é defendido como regulação da vida social, e as lutas em torno dos mesmos envolvem toda a formação social.

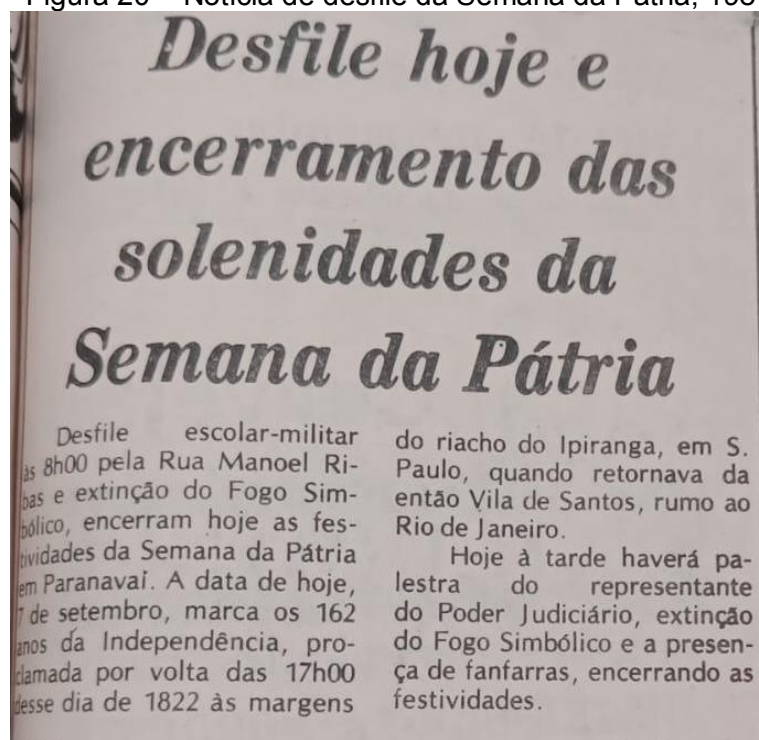
Com a experiência e cultura, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certos praticantes teóricos) [...]. Elas exprimem sua experiência como sentimento e que lidam com esses sentimentos na cultura (Thompson, 1981, p. 189).

A ideia de cultura perpassa as pesquisas de Thompson (1981), pensando na escola em ação, referindo-se não somente aos sujeitos escolares, mas as dimensões espaço-temporais, aos conhecimentos, valores e as sensibilidades

transmitidas e representadas. Outro conceito discutido pelo autor é o estudo da experiência, que reconhece os sujeitos como reflexivos e permite relacionar a estrutura e o processo na história, pois a escola é produtora e produto da sociedade.

O jornal Diário do Noroeste é uma importante fonte de informação de toda a região Noroeste do Paraná, pois, relata sobre os acontecimentos da cidade de Paranavaí e dos municípios vizinhos para os moradores da região Noroeste do Paraná. Isso inclui notícias sobre política, economia, saúde, educação e eventos comunitários, o que ajuda a manter os cidadãos informados sobre questões relevantes para o cotidiano local. Nesta pesquisa analisamos as edições entre 1974 e 2005. Nas páginas do jornal encontramos pouco material referente a educação e festividades escolares. Os maiores destaques eram para as atividades cívicas. Como observamos nas notícias seguintes:

Figura 20 – Notícia de desfile da Semana da Pátria, 1984



Fonte: Diário do Noroeste (1984b, p. 1).

A notícia “Desfile hoje e encerramento das solenidades da Semana da Pátria” relata o que denominou de desfile escolar-militar, ou seja, dos alunos e dos militares, pela rua Manoel Ribas e a extinção do Fogo Simbólico encerrando as festividades alusivas à Semana da Pátria na cidade de Paranavaí. A professora Carolina Pupim Dutra (2023) participou de eventos dessa natureza e relatou que o desfile começava

ao som da fanfarra e as crianças marchavam representando suas escolas. Nesse dia o ônibus escolar passava muito cedo para levar as crianças até o centro da cidade, o cansaço era visível nos olhos de algumas crianças. Alguns pais conseguiam acompanhar seus filhos, pois conseguiam carona com o transporte escolar, porém a maioria ficava trabalhando, uma vez que para quem trabalha no campo não há feriado.

Como diretora participei da organização do evento. Reunimos os alunos dias antes, ensaiando as marchas e conversando sobre a importância histórica do desfile em comemoração à independência do Brasil. O momento da extinção do Fogo Simbólico me tocou profundamente. Esse ato simbólico marcou o encerramento das festividades do referido ano (Dutra, 2023).

Os desfiles obedeciam a uma ordem específica. Em geral os militares desfilavam fechando o evento. As crianças, marchando, passavam diante do palanque das autoridades e eram aplaudidas pelos presentes que ocupavam uma grande parte da avenida principal por onde o desfile era realizado. A notícia “Comemoração da Semana da Pátria” com fotos da realização do desfile, no Caderno 2 do Jornal (Diário do Noroeste, 1984a, p. 1) publicada em 07/09/1984 traz várias fotografias com momentos do desfile nos períodos matutino e vespertino. Também se apresentavam fanfarras locais, desfile de automóveis públicos e de militares. Essas solenidades mobilizavam autoridades dos três poderes municipais.

O periódico explorava a ideia do sentimento pátrio do povo de Paranavaí, (Diário do Noroeste, 1984a, p. 1) e do grande envolvimento das pessoas no evento: “milhares de pessoas estiveram na rua Manoel Ribas para assistir ao desfile cívico que marcou o encerramento da Semana da Pátria”. Neste ano a história brasileira foi marcada pelo fim do regime ditatorial do país. Segundo o periódico,

[...] entidades estudantis particulares e públicas e unidades militares desfilaram pela avenida. No período vespertino houve desfile de fanfarras. [...] Entidades estudantis aproveitaram o ensejo, para fazer protesto, como o Diretório Acadêmico Tristão de Athayde¹⁷ e a União Paranavaense de Estudantes carregando faixas e alegorias que mostravam seu protesto pela atual política de governo (Diário do Noroeste, 1984a, p. 1).

¹⁷ Diretório Acadêmico Tristão de Athayde é uma entidade representativa de estudantes universitários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA), atualmente UNESPAR.

Em 1985, o Brasil vivia a transição política com o fim da ditadura que vigorava desde 1964. No período de transição para a democracia, diversas entidades estudantis, como o Diretório Acadêmico Tristão de Athayde e a União Paranavaense de Estudantes (UPE), se mobilizaram para lutar por direitos e melhorias no sistema educacional e nas condições de vida dos estudantes (Silva, 2014). Embora não se trate de alunos da Escola das Chácaras Jaraguá, esse acontecimento mobilizou toda a sociedade brasileira e de alguma forma todos foram impactados pelas mudanças que se seguiram na organização da educação brasileira.

Os esportes eram outro fator mobilizador de integração das crianças. O jornal Diário do Noroeste (1985b, p. 10) publicou a matéria com a notícia da “Abertura dos Jogos infantis”, com a participação da comunidade.

Figura 21 – Jogos infantis



Fonte: Diário do Noroeste (1985b).

A fotografia que fez parte da matéria do jornal ilustra a grandiosidade do evento que reunia a infância do município. A Sra. Eloir Alves da Silva (2023), trabalhou, até a década de 2000 em escolas rurais da região. Os alunos participavam dos jogos escolares e lideravam nas atividades que envolvia força física. Os Jogos Escolares eram um evento muito esperado e os alunos eram acompanhados pela professora de Educação Física. A preparação para esses jogos começava vários meses antes da competição. Os alunos que não participavam das competições torciam pelos amigos. O sonho comum era representar bem suas escolas e levar uma medalha para casa. Apesar da competitividade, havia uma energia positiva, com respeito (Silva, 2023).

Para os professores, era um momento de orgulho, ver os alunos aplicando tudo o que haviam aprendido e lidando com as vitórias e derrotas. Era um aprendizado para a vida toda. Muitos desses alunos nunca tinham saído de sua escola, então participar dos Jogos também era uma forma de conhecer novos

lugares, culturas e fazer amizades. Em 1999 a Escola Chácaras Jaraguá conquistou o terceiro lugar no cabo de guerra, o que foi um motivo de grande alegria. “No retorno, fomos recebidos com festa pela escola. Uma experiência que fortalece os laços entre os alunos [...] aquele evento me mostrou o poder transformador do esporte na educação e na vida dos jovens” relatou Eloir Alves da Silva (2023).

As duas imagens a seguir são do acervo da Professora Antonia Batista. Registram uma atividade cívica em que alunos da Escola Edith Ebiner Eckert desfilam no Estádio Municipal Wladimir Wagner, de Paranaíba. As crianças, acompanhadas de cinco professoras, estão uniformizadas, marchando e algumas curiosas olhando em volta. Carregam bandeiras do Brasil, Paraná e Paranaíba. Diante do pelotão de alunos há um banner com o nome da escola em que estudam.

Figura 22 – Desfile cívico no Estádio Waldemiro Wagner, 2001



Fonte: Acervo particular de Antonia Batista (2023).

No desfile cívico de Sete de setembro no estádio Waldemiro Wagner, Paranaíba, as meninas estão usando laço no cabelo, saia de prega azul marinho, blusa branca, meias até a altura do joelho, enquanto os meninos usam bermudas azuis e camisetas brancas. Foto registrada pela professora Antonia Batista.

Os desfiles cívicos remetem nossa reflexão aos estudos de Certeau (2012). Ele chama a atenção para os usos e apropriações das normas instituídas, sendo possível observar a influência do Estado na manipulação das atividades e registros feitos. Dessa maneira, o uso das fotografias ajuda-nos a compreender como os sujeitos apropriavam-se dos ensinamentos que foram sendo inseridos no controle da vida cotidiana e como os próprios agentes usavam das estratégias nos usos inesperados das normas. Além das festividades referentes à semana da Pátria encontramos fotografias de apresentações referentes ao aniversário de 500 anos do Brasil.

Figura 23 – Apresentação dos 500 anos do Brasil, 2000



Fonte: Acervo particular de Antonia Batista (2023).

Na fotografia observamos 16 crianças, sendo 6 meninas vestidas com saia amarela, um menino vestido de azul e 9 meninos vestidos de camiseta branca e shorts verde, confeccionadas pelas professoras, representando as cores da bandeira nacional. Eles estão alinhados em fileiras para a comemoração histórica. O cenário ao fundo é o barracão da Associação de moradores das Chácaras Jaraguá, com balões verde e amarelo nas extremidades. Ao centro o mapa do Brasil onde se lê 500 anos.

A professora Antônia Batista (2023) relatou que durante muitos anos, participou dos desfiles cívicos com seus alunos e que essas experiências foram marcantes.

Desde a preparação, que envolvia ensaios, escolha dos temas e até a confecção de adereços, até o grande dia, era uma oportunidade de ensinar mais do que apenas história ou geografia. Era um momento de reforçar o amor pela pátria, o respeito pelos símbolos nacionais e a importância da cidadania. Lembro-me das manhãs ensolaradas, quando todos se reuniam, nervosos e entusiasmados. Os alunos, com seus uniformes impecáveis, carregavam bandeiras e cartazes, marchando pelas ruas da cidade ao som das fanfarras. Havia um senso de pertencimento, uma união que ia além da sala de aula. Era bonito ver como, mesmo os mais tímidos, ganhavam confiança e orgulho ao representar sua escola e sua cidade. Com o tempo, os desfiles foram mudando, mas o espírito cívico e o entusiasmo continuaram. Acredito que essas experiências plantaram sementes em muitos jovens, ensinando-lhes o valor do trabalho em equipe, da responsabilidade e do amor ao país. Para mim, como professora, foi uma honra fazer parte dessa história e contribuir, ano após ano, para o fortalecimento do espírito patriótico nas novas gerações (Batista, 2023).

Constata-se o trabalho em equipe e a liderança da professora nesse momento em que “mesmo os mais tímidos, ganhavam confiança e orgulho ao representar sua escola e sua cidade”, como relata. O último desfile cívico em que a professora Iraci Marin Martins participou foi em 1992. Foi responsável pela organização das turmas do 3º e 4º ano da escola, uma experiência gratificante, porém desafiadora. O transporte que deveria pegar os alunos atrasou e o tempo estava nublado. Desde o início, os alunos estavam muito animados com a preparação, e ensaiamos durante semanas para garantir que tudo saísse conforme o planejado. Relata que:

No dia do desfile, o clima de patriotismo estava no ar. Nossa escola foi uma das últimas a se apresentar, e isso deu tempo para organizar os últimos detalhes e garantir que as crianças estivessem tranquilas, após o atraso do transporte escolar. Muitos pais acompanharam o desfile desde cedo, lotando as laterais da avenida. As apresentações começaram com a banda que tocou o hino nacional enquanto o público, de pé, acompanhava em respeito. Depois disso, outras escolas e instituições locais desfilaram, cada uma trazendo um tema diferente, desde a história do Brasil até a preservação do meio ambiente. Nossa apresentação focou no tema “Cidadania e Respeito”. As crianças carregavam cartazes com frases sobre a importância desses valores na sociedade, e cada turma tinha uma coreografia simples, mas significativa, sincronizada com músicas que reforçavam essa mensagem. Um dos momentos mais emocionantes foi quando as crianças soltaram balões brancos ao som de uma canção pela paz. Muitos pais e moradores acompanharam o desfile do início ao fim, batendo palmas a cada apresentação e tirando fotos das crianças. O envolvimento comunitário foi um dos aspectos mais marcantes para mim. Era evidente que o evento não era apenas uma demonstração cívica, mas também um momento de união da comunidade. Ao final do desfile, estávamos todos exaustos, mas extremamente felizes. As crianças estavam orgulhosas de terem participado e o público parecia ter saído do evento com uma mensagem forte de cidadania e responsabilidade social. Foi uma experiência única, que reforçou em mim a importância desses momentos na construção da identidade e do senso de pertencimento dos nossos alunos (Martins, 2023).

Os relatos corroboram para entendermos a importância dos desfiles cívicos na vida dos alunos e na existência da própria escola. Era uma ferramenta de educação cívica e comunitária, além de destacar o papel dos professores na formação dos alunos para além do currículo escolar.

4.2 Festividades, identidade e engajamento na comunidade escolar

Para Chartier (1990), as representações não são cópias do mundo, mas sim construções sociais carregadas de significados e ideologias. O conceito de representação é entendido pelo autor como uma construção intelectual a partir da leitura de seus mundos e suas realidades, portanto é um ato de interpretação da realidade perpassado por concepções e leituras de mundo. Estão associadas a uma determinada bagagem cultural e experiência de cada pessoa ou grupos.

Esse processo está diretamente relacionado às dinâmicas sociais. Disputas entre grupos ou classes sociais estruturadas em termos de concorrência e competição. Além de controlar os recursos materiais, os grupos buscam impor sua visão de mundo, seus valores e sua hegemonia cultural. O controle das representações culturais, das ideias e dos valores não é menos importante que o controle econômico, já que ambos moldam as relações de poder e manutenção da ordem social. Isso justifica analisar o relacionamento entre escola, comunidade e as festividades escolares, pois as representações, são moldadas pelo poder, pela política e pelo contexto social, revela as lutas pelo controle das narrativas e das imagens.

A cultura popular na visão de Certeau (1993, p. 42) se formula essencialmente em “‘artes de fazer’ uma maneira de pensar investida numa maneira de agir”. Portanto, analisar a cultura popular é pensar no fazer e no agir das pessoas, no nosso caso de estudo, no pensar e agir da comunidade das Chácaras Jaraguá enquanto processo sócio-histórico.

No transcurso dessa pesquisa evidenciamos que existem mudanças e permanências no trabalho desenvolvido na escola, identificando influências das políticas educacionais na vida dessa escola do campo, e a diversidade que constitui a sua realidade, tanto na formação da comunidade, quanto na trajetória de alunos e professores, sendo submetida a inúmeras transformações ao longo dos anos. Um dos elementos permanentes na escola foram as festas juninas, que tradicionalmente

fazem parte do currículo, integrando as pessoas e se perpetuando na memória de toda a comunidade e da instituição

A preservação da memória da instituição é uma necessidade de organização de arquivos, muitas vezes, deixados armazenados nos pequenos depósitos da escola. Com a proximidade do aluno à unidade escolar o aluno cria expectativas, reconhece o real objetivo da escola e, conseqüentemente, toma gosto pela escola (Nosella; Buffa, 2022, p. 42).

A preservação da memória institucional se dá pela organização de arquivos, que muitas vezes são negligenciados e deixados em pequenos depósitos nas escolas, realidade esta encontrada durante nossa pesquisa, nesta escola. Ao preservar a memória da instituição não apenas se reconhece e valoriza sua história e contribuições passadas, porém proporciona uma base sólida para a identidade e o desenvolvimento da escola.

A escola é uma importante produtora de cultura, uma vez que desempenha esse papel através da transmissão de conhecimentos, valores, normas sociais e comportamentos que moldam a identidade e as práticas culturais dos alunos. Além disso, a escola promove a interação entre diferentes culturas, contribuindo para a diversidade cultural. A identificação da cultura produzida pela escola depende de observação e análise crítica.

As festas escolares da escola rural em estudo refletiam as normas e ensinamentos específicos da comunidade local, como tradições agrícolas, valores familiares, respeito à natureza, e incluíam atividades que ensinavam as habilidades práticas relacionadas à vida no campo, como danças folclóricas, pratos típicos trazidos pelos agricultores. Essas festas têm um papel importante na preservação da identidade cultural e no fortalecimento dos laços comunitários.

A festa junina foi constituída a partir do universo escolar. Os regulamentos eram expostos pedagogicamente para que a sociedade também fosse ensinada a conviver no ambiente da escola. Os cartazes indicando “fila”; “caixa”; “comidas típicas” – eram representativos das normas de organização estabelecidas nas festas. As músicas típicas e danças também marcam uma tradição, assim como os sabores de alimentos típicos. Todo o ritual produzido pela ocasião festiva gerava nos alunos e na sociedade sentidos informativos e regras de direcionamento. Por outro lado, há momentos de subversão, especialmente ao se visualizar os sentidos que

transparecem nas fotografias: como a subversão dos sentidos do casamento, na ironização do padre, na festa, na ingenuidade e alegria.

Figura 24 – Apresentação Festa Junina, 1993



Fonte: Acervo da Escola (2023).

Na imagem anterior, sob a terra vermelha batida, as crianças do 3º ano e do 4º ano da professora Antonia Batista (2023), realizam a apresentação da quadrilha. A escola que tinha prédio de madeira contava com um grande pátio que não havia piso, era de chão batido. A imagem mostra um grande número de pessoas assistindo as crianças dançarem com trajes típicos. As meninas com vestidos coloridos, laços e chapéus; os meninos com chapéu, camisa e calça remendada, algumas meninas trajaram-se de meninos para formar os pares para a apresentação ensaiada pela professora. A foto captou o momento do início da dança. Após o cumprimento geral, os pares se juntam para formar uma grande roda. É possível ver a decoração do local com bandeirinhas, mastros de bambu e folhas de coqueiro. Os pais e a comunidade estão de pé, formando um círculo em torno das crianças para prestigiar a apresentação.

Figura 25 – Apresentação Festa Junina, 1995



Fonte: Acervo particular de Antonia Batista (2023).

Impossível não perceber a alegria estampada no rosto das crianças e o cuidado com que as meninas sincronizam os movimentos sincronizados da dança dos alunos do 2º ano da professora Iraci Marin Martins. Observa-se na imagem uma corda com bandeirinhas feitas de jornal separando o espaço do público e das crianças, ao fundo a escola está decorada com painel “Sejam Bem-Vindos”. As crianças (cerca de 14) estão trajadas com vestimentas coloridas de acordo com a exigência da festividade. As meninas com vestidos rodados e coloridas possuem lenço, trança ou maria-chiquinha no cabelo. De acordo com a professora Iraci Marin Martins (2023) “a comunidade participava das festividades, independentemente de serem parentes dos alunos, era um evento a festa junina”.

Para as apresentações de festa junina, as professoras ensaiavam as crianças com um mês de antecedência, organizando a coreografia e providenciando o som. Contudo, nem sempre o som funcionava e com isso a apresentação ficava sem música, conta Martins (2023). A rotina de organização dessas atividades impactava a vida das professoras. Rosa Maria Martos (2023) relatou que:

Junto com as outras professoras, organizamos tudo, iniciamos com um mês de antecedência. A notícia da festa logo se espalhou pela comunidade, alguns pais se ofereceram para ajudar, como acontecia todo ano. As mães prepararam as comidas típicas, como bolo de milho, curau e pé de moleque, doce de abóbora para partilhar no dia.

A pesquisa encontrou, do lado da escola, a professora Antonia Batista, que fez um grande número de fotografias que documentam os trabalhos da escola. Ela foi conhecida como fotógrafa, facilitaram os relatos, pois evocam a memória. A imagem abaixo, do ano de 2005, registra mais um dos momentos que marcaram a instituição. As crianças, com vestimentas características, estão bastante felizes junto a professora, devidamente trajada para a festa junina.

Figura 26 – Apresentação da Festa Junina, 2023



Fonte: Acervo particular da professora Rosa Maria Martos (2023).

Esse foi o registro da primeira vez que essas crianças participavam da festa junina, registro da professora Antonia Batista (2023). Estavam muito animadas, contudo a empolgação às vezes se transformava em dispersão, especialmente porque alguns alunos nunca tinham participado e estavam aprendendo os passos. No entanto, com paciência e prática, eles foram se acostumando e, com o tempo, os movimentos começaram a ficar sincronizados.

Nos últimos dias antes da festa, fizemos ensaios gerais no pátio da escola, o que deu às crianças uma noção real de como seria o grande dia. No dia da festa, o clima estava perfeito, sem chuvas e com um belo céu azul. A escola estava decorada com bandeirinhas coloridas, balões e enfeites típicos juninos, inclusive com painel confeccionado por mim, que criavam uma atmosfera festiva e acolhedora. A quadrilha do 1º ano foi a primeira apresentação. As crianças estavam vestidas com trajes típicos – os meninos com camisas xadrez, calças remendadas e chapéus de palha, e as meninas com vestidos rodados e coloridos, com maquiagem de pintinhas no

rosto. No momento da apresentação, deu para sentir a mistura de nervosismo e excitação nos rostos dos alunos. Mas, assim que a música começou, tudo fluiu como nos ensaios. Foi lindo ver o sorriso no rosto de cada um enquanto faziam os movimentos que haviam ensaiado com tanto afinco. A quadrilha foi um sucesso! Depois disso, outras turmas também se apresentaram com danças típicas. Os pais, familiares e a comunidade compareceram em peso, ocupando todo o pátio da escola e as áreas ao redor. O envolvimento deles fez toda a diferença, especialmente para as crianças, que se sentiram valorizadas e prestigiadas. Ao final do evento, já cansados, as crianças vieram me agradecer por terem conseguido se apresentar tão bem. Para mim, foi gratificante ver o empenho de cada aluno e a alegria no rosto de todos que participaram. Sem dúvida, essa festa junina ficará marcada como uma das melhores que já organizamos na escola (Martos, 2023).

Rosa Maria Martos (2023) relatou que, além das apresentações, havia as barracas de comidas típicas, como milho cozido, bolo de fubá, pé de moleque e quentão. As barracas improvisadas na cozinha e pátio da escola também estavam enfeitadas, cada uma com uma temática diferente, porém todas remetendo às tradições da festa junina.

A presente seção objetivou identificar as representações da escola na formação socio educacional e cultural, a partir das festividades escolares, baseando-se em pesquisas realizadas no Diário do Noroeste, questionário *Google Forms* e relato do grupo focal, é possível observar o papel central da escola como agente formador, no âmbito educacional como espaço de socialização e preservação cultural. As festividades escolares, conforme destacado nas fontes pesquisadas, revelam-se momentos de integração entre a escola e a comunidade. A análise dos dados indica que esses eventos vão além das comemorações, pois reforçam valores culturais, constroem a identidade coletiva e fortalecem o senso de pertencimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou o processo histórico de relações socioeducacionais entre a Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert (EIEF), Chácaras Jaraguá, Paranaíba/PR e a comunidade das Chácaras Jaraguá, de 1974 a 2023. Essa foi uma das duas escolas rurais, criadas no município e que resistiram ao processo de fechamento dessas instituições. Atualmente é escola do campo. A problemática partiu, do objetivo geral compreender o papel da referida escola no ensino e na formação sociocultural das crianças na comunidade Chácaras Jaraguá e entender os mecanismos utilizados pela comunidade para que a instituição não fosse fechada ao longo desses anos.

A pesquisa pautou a investigação no papel das escolas rurais e a sua transformação em escolas do campo por meio de legislações. Trazemos autores que nos ajudaram a entender o que representavam as escolas rurais e o processo de transição legal de escola rural para escola do campo de uma forma macro, e no campo micro, a transição legal da Escola Rural Jaraguá para Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert, em Paranaíba.

Constatamos que essa permanência tem laços muito estreitos entre a história da comunidade das Chácaras Jaraguá e da escola. A cultura se manifesta no dia a dia da comunidade, desde a maneira como as pessoas se relacionam, celebram, se comunicam e transmitem seus conhecimentos às gerações futuras. Por meio de rituais, festas, narrativas orais, religiosidade, culinária e outras diversas expressões, a comunidade construiu uma identidade coletiva que é tanto um reflexo do passado quanto um espaço de inovação e adaptação.

As diferentes fontes consultadas durante a pesquisa deram pistas de como a vida dessa comunidade de trabalhadores está alicerçada na existência da própria escola, resultado em lutas para manter a escola aberta. Constatamos que a comunidade esteve unida nas atividades religiosas e festivas, esses fatores contribuíram para práticas culturais específicas e únicas que se manifestavam também em práticas de ensino que estão na memória de alunos e pessoas que trabalharam na instituição até os dias de hoje. As práticas culturais se renovam com o tempo enquanto preservam elementos próprios. A comunidade desempenhou um papel essencial na produção de uma cultura viva, dinâmica e

significativa, que contribui para fortalecer os laços sociais e a identidade coletiva, desde, pelo menos, o ano de 1967, quando a escola foi criada.

Percebemos que antes de ser uma escola para as crianças ela foi um lugar para os adultos serem alfabetizados através do Mobral. Isso indica que algumas escolas não eram criadas tendo a função principal de atender crianças, pois nesse caso os adultos foram os primeiros alunos. As crianças começaram a frequentar a escola somente em 1972. Era uma escola rural multisseriada. A escola resistiu ao desmantelamento das instituições isoladas pelos poderes públicos e tem centralidade na vida das pessoas, sendo lugar de aprendizagem, de formação de memórias, de manutenção de tradições e de integração sociocultural.

A pesquisa procurou por meio do questionário no *Google Forms* e do grupo focal dar vozes as pessoas menos favorecidas. Nesse percurso encontramos as lideranças da Associação dos Moradores que teve união e determinação para lutar pela existência da escola e sua permanência. Os moradores, organizados, buscaram apoio da administração pública municipal para a escola não fechar. Temporariamente alunos tinham aulas no barracão da Associação e na Capela Nossa Senhora das Dores. A ideia de juntar a comunidade e participar da votação proposta pela administração pública municipal da época, que propôs alguns projetos e realizou consulta pública para a escolha dos mesmos, foi uma tática fundamental para se obter recursos públicos para a construção de uma sede própria da escola.

Na Escola Rural Jaraguá muitas histórias de vida foram formadas e representações sociais foram constituídas sobre essa instituição. O grupo focal foi fundamental para entender meandros da vida dessa escola por pessoas que passaram parte de suas vidas nela. Logo, pesquisar na perspectiva da História Sócio Educacional e Cultural revelou caminhos até então não evidenciados em pesquisas sobre a educação regional evidenciando o papel do ensino e do trabalho comunitário.

Por meio do grupo focal as participantes trouxeram experiências e vivências de dentro da escola, com a representação das professoras e funcionária da escola, pois são informações que não constam nos livros, contudo possibilitam novos olhares para nosso objetivo de estudo. Vale destacar a professora Antonia Batista que realizou, mesmo que forma não intencional, o registro por meio de fotografias,

que é fundamental para a preservação da memória, pois apresenta caráter de testemunho, transmitindo uma mensagem.

No âmbito das fontes, muitas inéditas para pesquisas, garimpar materiais sobre a educação de Paranaíba foi árduo. Memorialistas locais trazem poucas informações sobre a educação no município, secundarizando-a em relação a outros temas, como política por exemplo. Isso gerou questionamentos sobre a relevância dada a educação em Paranaíba na época. No jornal Diário do Noroeste as notícias encontradas, em grande parte, traziam assuntos relacionados a reformas, construções e início do ano letivo, porém concursos, premiações, exposições, feiras tiveram pouca visibilidade no jornal. Possivelmente o periódico tivesse o posicionamento político ou, as matérias fossem pagas pelos interessados em divulgar alguns assuntos, em detrimento de outros. Percebemos que algumas notícias não trouxeram a realidade total.

As fotografias capturam não apenas a figura das educadoras, mas também das práticas pedagógicas, ou seja, do ensino, do ambiente escolar e o contexto comunitário em que as atividades se desenvolviam. Trabalhamos com as fotografias como documentos que valorizam a história e a identidade cultural da comunidade rural das Chácara Jaraguá, ajudando as gerações futuras a compreenderem o papel da educação do campo e a importância da professora como agente de transformação social. As fotografias permitem que a história seja contada de forma mais tangível e que a memória do trabalho dessas educadoras permaneça viva, reforçando o reconhecimento do seu papel fundamental na construção e manutenção das identidades e saberes do campo.

Por fim, elencamos as relações entre a sociedade e a instituição escolar estudada, bem como as representações sociais sobre a educação, analisando o impacto das festividades e o engajamento da comunidade, com maior ênfase nas festividades cívicas e juninas, tradições até hoje da escola pesquisada. A comunidade das Chácara Jaraguá participou ativamente destas festividades, sendo no auxílio da organização dos eventos, ou prestigiando as festividades.

A relação entre a sociedade e a escola rural, como no caso de Jaraguá, é um campo de análise que envolve as representações sociais de educação, compartilhadas coletivamente que orientam comportamentos e práticas culturais. No contexto desta escola rural, elas influenciam as expectativas da comunidade em relação à educação, a identidade e o papel da escola. Na Escola Rural das

Chácaras Jaraguá identificamos que a escola é vista pela comunidade como uma oportunidade para promover o desenvolvimento e mobilidade social, mesmo que de forma meritocrática, como por exemplo a vencedora do concurso.

A escola é responsável pela preservação das tradições e saberes locais. Essa representação inclui a ideia de que a escola deve respeitar e valorizar o conhecimento e a cultura locais, incorporando-os no currículo de forma que se tornem parte da formação dos alunos. Sendo assim, é ponto de encontro e fortalecimento da comunidade, uma instituição que educa e proporciona uma identidade comum e um espaço de socialização.

Durante a pesquisa percebemos que a representação social da escola como parte integrante da identidade rural pode fazer com que alunos e famílias vejam o ambiente escolar como um reflexo de sua própria história e modo de vida. Essa visão fortalece o vínculo e o sentimento de pertencimento à comunidade, ao mesmo tempo que desafia a escola a integrar valores locais na educação formal. Essas representações sociais orientam as práticas pedagógicas, a forma de relacionamento entre a escola e os pais e, mais amplamente, influenciam como a educação é alavanca para mudança. Assim, entender essas representações sociais é crucial para adaptar as políticas educacionais e estratégias pedagógicas ao contexto e às necessidades da comunidade rural de Jaraguá.

A escola, nesse cenário, desempenha um papel essencial na transmissão de conhecimento acadêmico, na valorização da identidade local e dos saberes culturais da comunidade. A formação sociocultural promovida pela escola contribui para que os alunos desenvolvem uma compreensão ampla de suas raízes, ao mesmo tempo em que adquirem habilidades que os preparam para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante mudança.

A escola Edith Ebiner Eckert se torna, assim, um ponto central na promoção da educação, permitindo que os alunos aprendam a valorizar a própria história e cultura, fortalecendo o sentimento de pertencimento. Em suma, a formação sociocultural na escola do campo vai além do currículo formal, representando um compromisso com a preservação cultural e com o desenvolvimento social e educacional da região.

Atualmente a escola está localizada na parte urbana, pois recentemente abriu um loteamento na frente da escola, aos fundos da escola e no lado direito ainda há pastagens, porém essa paisagem poderá mudar com o passar dos anos.

A escola travará uma nova batalha para não perder sua nomenclatura “do campo”. Nesse sentido, abriu-se um espaço para ensejar conhecimento de aspectos da trajetória histórica dessa instituição que não foram exploradas em qualquer outro estudo, dada a sua subjetividade e particularidade, ao mesmo tempo que oportunizou ampliar as possibilidades de compreender outros aspectos comuns a História da Educação e História Cultural pelas fotografias.

Este estudo não esgota o tema, contudo abre caminho para novas investigações. Uma possibilidade de estudo que emerge deste trabalho é a análise mais aprofundada do entrelaçamento entre religião e escola, considerando os desafios e as implicações desse relacionamento no contexto educacional. Pesquisas futuras podem explorar, por exemplo, como a presença da religião no ambiente escolar influencia a formação da identidade dos estudantes, bem como o impacto dessa relação nas práticas pedagógicas e no convívio entre diferentes crenças.

REFERÊNCIAS

FONTES DE CONSULTAS

DOURADO, Orlando. **Ata das Escolas Rurais**, 1982.

DUTRA, Carolina Pupim. **Discurso de inauguração da Escola Rural Edith Ebner Eckert**, 2001.

PARANAÍ. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert**, 2023.

PARANAÍ. **Histórico das Escolas Rurais de Paranaíba**, 1974.

SOUZA, Jacó de Jesus. **Ata das Escolas Rurais**, 1989.

SOUZA, Maria Batista de. **Ata das Escolas Rurais**, 1995.

GRUPO FOCAL

BATISTA, Antonia, 2023.

DUTRA, Carolina Pupim, 2023.

MARTINS, Iraci Maria, 2023.

MARTOS, Rosa Maria, 2023.

SILVA, Eloir Santos, 2023.

ZACARIAS, Aurélia, 2023.

NOTÍCIAS PUBLICADAS NO JORNAL DIÁRIO DO NOROESTE

DIÁRIO DO NOROESTE. Comemoração da Semana da Pátria. **Caderno 2**, Paranaíba, 7 set. 1984a.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Desfile hoje e encerramento das solenidades da Semana da Pátria**. Paranaíba, 7 set. 1984b.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Aberta a Exposição de Trabalhos de alunos**, Paranaíba, 26 de out. 1985a.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Abertura dos Jogos Infantis**, Paranaíba, 15 out. 1985b.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Desfile encerra a Semana da Pátria**, Paranavaí, 26 out. 1985c.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Apresentação Artística das Escolas Rurais**, Paranavaí, 10 dez. 1989.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Escola Jaraguá terá sede própria**, Paranavaí, 29 abr. 1997.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Desfile Cívico**, Paranavaí, 7 set. 1999.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Projeto da Rua para a Escola**, Paranavaí, 9 abr. 2000.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Ampliação de Escola na Chácaras Jaraguá garante aumento no número de vagas**, Paranavaí, 2005.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, José Carlos. **Política local (um estudo de caso)**: Paranavaí 1952-1982. Maringá: Clichetec, 1987.

ANDRADE, Rodrigo Pinto de; TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Francielle Aparecida Garuti de. História da Educação na região Oeste do Paraná: a implantação da Escola Rural de Dois Irmãos (1953-1959). **Dialogia**, São Paulo, n. 37, p. 1-15, e 19746, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/19746/8942>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ARIOCH, David. História de Paranavaí-PR. **Portal da Cidade de Paranavaí**, Paranavaí, 2019. Disponível em: <https://paranavai.portaldacidade.com/historia-de-paranava%C3%AD-pr>. Acesso em: 11 out. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999 (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 2).

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952)**: uma abordagem comparada. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/9acc7162-c091-4f04-8133-c706a0065b8d/content>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BANA, Maria Ivonet Francisco. **Memória da trajetória do ensinar e do aprender**. Paranavaí: Fundo Municipal de Cultura de Paranavaí, 2013.

BELLO, Melissa Colbert. **Professoras e Professores em Greve?** Memórias do Congresso do Magistério Público do Paraná (1968). 2013. 281 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35233>. Acesso: 14 out. 2024.

BERNAT, Isaac Giribet. **Um novo jeito de organizar.** A Nova Organicidade em/do Movimento; Luta pela terra, Luta na terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil). 2012. 292 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lleida, Lleida, 2012. Disponível em: <https://www.tesisenred.net/handle/10803/94145#page=3>. Acesso em: 20 out. 2024.

BERTUCCI, Liane M.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Edward Palmer Thompson: história e formação.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

BOTO, Carlota. **A civilização escolar: escolas, práticas e representações** (Brasil e França, 1870-1930). Campinas: Papirus, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BORTOLUZZI, Patricia; SOUZA, Jose Edimar de. Grupo escolar Erny de Zorzi (Caxias do Sul/RS – 1942/1955): as festividades escolares. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 3, p. 162-184, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.feeval.e.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2206/2630>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Considera “Dia do Índio” a data de 19 de abril de 1943. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 8.705, 4 jun. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del5540.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 11.429, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024compilado.htm. Acesso em: 4 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 6.377, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.497, de 7 de dezembro de 1977. Altera as contribuições e pensões que serão concedidas aos Deputados Federais e Senadores pelo Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 16.873, 9 dez. 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6497.htm#:~:text=a%20seguinte%20Lei%3A-,Art.,Art.. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 32, 9 abr. 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucao-ceb-2002>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.767, de 22 de dezembro de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para possibilitar o uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 dez. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14767.htm. Acesso em: 27 set. 2024.

BRANDÃO, Elias Canuto; FERREIRA, Fabiano de Jesus. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, ano 5, n. 9, p. 1-14, jul./dez. 2011. Disponível em: https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_um_olhar_histrico_uma_realidade_concreta.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).

BURKE, Peter. Abertura: história como memória social. *In*: BURKE, Peter. **O mundo como teatro**: estudos de antropologia histórica. Lisboa: Difel, 1992. p. 7-37.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 21-47, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644/3444>. Acesso em: 8 nov. 2024.

CALDART, Roseli Salete. Políticas Públicas. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 585-593.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. O que a escola festeja? Uma retomada histórica sobre os tipos e sentidos das festas escolares. *In*: CATANI, Denise Barbara; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **O que a escola faz?** Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 229-250.

CARDOSO, Maria Angélica; JOCOMELI, Mara Regina Martins. Estado da arte acerca das escolas multisseriadas. **Revista HISTEDBRline**, Campinas, Número Especial, p. 174-193, maio 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639788/7351>. Acesso em: 6 out. 2024.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/#>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1994.

CHARTIER, Anne-Marie. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 157-168, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/zLZZZYgf6hMkpQzxwjFpmNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CHARTIER, Roger. Disciplina e invenção: a festa. *In*: CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004. p. 21-44.

DIAS, Benedito Pinto; VIZALLI, José Arlindo. **Histórico das Escolas Municipais de Paranavaí**: Secretaria Municipal de Educação. Paranavaí, [s.n.], 1976.

ESCOLANO, Augustin Benito. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

FRANCO, Maria Amélia. **Educação e cultura rural no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2004.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÜTTSCHOW, Gisele Gutstein. **Escola de iniciação agrícola de Araquari-SC: criação, currículos e formação profissional (1954-1967)**. 2018. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/55035/R%20-%20T%20-%20GISELE%20GUTSTEIN%20GUTTSCHOW.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**: 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772> Acesso em: 2 dez. 2024.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LEVY, Marcus. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 397-411, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/7hMqfXTZYj83kzB4nVcMBdz/>. Acesso em: 5 out. 2024.

LIMA, Neusa Aparecida de. **Entre a educação rural e a educação do campo**: práticas pedagógicas no processo de transformação da escola rural em escola pública no/do campo. 2022. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6400>. Acesso em: 2 nov. 2024.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva (org.). **Histórias e memórias da escolarização das populações rurais**: sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

LISPECTOR, Clarice. **Esboço para um possível retrato**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

NEVES, Catarina; AUGUSTO Cláudia; TERRA, Ana Lúcia. Questionário online: análise comparativa de ferramentas para a criação e aplicação de e-surveys. **Novas Práticas em Informação e Conhecimento**, v. 9, n. 2, p. 69-78, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/75826/41905>. Acesso em: 20 nov. 2024.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. 2. ed. Campinas: Alínea, 2022.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Parecer nº 358 de 7 de dezembro de 1981. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 1981.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Resolução nº 356 de 5 de dezembro de 1982. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 1982a.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Resolução nº 3.318 de 6 de dezembro de 1982. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 1982b.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Resolução nº 3.585 de 19 de outubro de 1983. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 1983.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Resolução nº 3.120 de 8 de agosto de 1998. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 1998.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Resolução nº 619 de 7 de março de 2002. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 2002.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. **Cadernos Temáticos: educação do campo**. Departamento de Ensino Fundamental. Superintendência da Educação. Curitiba: SEED, 2005.

PARANÁ. Secretaria do Estado do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Resolução nº 4.783, de 28 de outubro de 2010. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 2010. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=69377>: Acesso em: 18 nov. 2024.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Resolução nº 4.958 de 10 de agosto de 2012. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 2012.

PARANÁ. Ato nº 212 de 11 de setembro de 2015. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba, 2015a.

PARANÁ. Parecer nº 151 de 28 de julho de 2015. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba, 2015b.

PARANÁ. Resolução nº 3.374 de 30 de setembro de 2015. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba, 2015c.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Vida Legal da Escola**. Curitiba: SEED, 2023.

PARANAÍ. **Histórico das escolas rurais**. Paranavaí, 1974.

PARANAÍ. **Decreto nº 4.507, de 29 de julho de 1993**. Paranavaí, 1993.

PARANAÍ. **Lei nº 4.563, de 17 de outubro de 1999**. Paranavaí, 1999.

PARANAÍ. **Lei nº 5.429, de 20 de outubro de 2019**. Homenagem a professora Edith Ebiner Eckert. Paranavaí, 2019.

PEREIRA, Lizeane Heren Candido. **Criação e fechamento das Escolas no Campo no Município de Paranavaí-PR**. 2020. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1F4IWCiz_PHN399-RMYZKGeApaeW-q8II/view. Acesso em: 4 nov. 2024.

RESEARCH, **Mapa de Paranavaí**. 2022 Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-do-municipio-de-Paranavai-PR_fig1_323346618. Acesso em: 22 out. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 37. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Luciana Maria de Matos *et al.* A coordenação Estadual da Educação do Campo na Secretaria de Estado da Educação do Paraná: ações e contradições na gestão de políticas públicas educacionais entre os anos 2003-2010. *In*: GHEDINI, Cecília Maria; MARTINS, Fernando José; GEHRKE, Marcos; FARIAS, Maria Isabel; ONÇAY, Solange Toderer Von; SIMÕES, Willian. **Educação do Campo no Estado do Paraná**: um registro de lutas, conquistas e desafios (1998-2012). Cascavel: EDUNIOESTE, 2016. p. 215-287.

SILVA, Paulo Marcelo Soares. **História de Paranavaí**. 2. ed. Paranavaí: Fundo Municipal de Cultura: Gráfica CS, 2014.

SILVA, Sthefany Matheus. **O papel da Escola Normal Secundária “Leonel Franca” de Paranavaí na formação de Professoras (1956-1974)**. 2021. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí, 2021. Disponível em: https://unespar-my.sharepoint.com/personal/ppifor_ensino_unespar_edu_br/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fppifor%5Fensino%5Funespar%5Fedu%5Fbr%2FDocuments%2FAnexos%2FSthefany%20Silva%2D%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%2D%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fppifor%5Fensino%5Funespar%5Fedu%5Fbr%2FDocuments%2FAnexos&ga=1. Acesso em: 28 out. 2024.

SOUZA, Maria Antônia de (org.). **Práticas educativas do/no campo**. Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 2011.

SOUZA, Maria Antonia. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Revista História da Educação**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3QpDmM9tDDh4TWYh5CmmHpB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 26 set. 2024.

SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virginia Pereira da Silva de. Representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 9-11, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/LFNgcxrg3LX5QHSgz4Vv37M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2024.

STENTZLER, Márcia Marlene; LIOTI, Claudia S. **Histórias e memórias de professoras primárias de escolas rurais multisseriadas**: Paraná e Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2022.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução Waltelsir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VICENTE FILHO, José. **As nossas histórias**. Paranavaí: Millennium, 2005.

VIDAL, Diana; MENDES, Luciano (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2004.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário para os ex estudantes, ex professores e ex funcionários

QUESTIONÁRIO

1. Qual foi o ano de seu ingresso na escola? E de conclusão?
2. Quando você trabalhou / estudou havia festividades na escola?
3. Quais eram as festividades e que atividades eram realizadas nelas?
4. Você participava das festividades escolares? Como elas eram preparadas?
5. Como a comunidade participava?
6. Quais os benefícios em participar dessas festividades?
7. Qual era o papel dos alunos, dos pais ou responsáveis e da comunidade nas festividades escolares?
8. Como essas festividades contribuem para integrar a escola com a comunidade?
9. O que a escola Edith Ebiner Eckert representa para a comunidade Chácara Jaraguá?
10. Além das festividades, quais outras atividades feitas pela escola em que você ou a comunidade participava? Como eram realizadas?
11. Como se caracteriza a comunidade da Chácara Jaraguá?
12. Deixe uma mensagem final sobre os benefícios desta escola para a sua vida.

ANEXOS

Anexo A – Termo de Autorização de Pesquisa

À Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí

Titulo do projeto: Memórias da escola municipal do campo professora Edith Ebiner Eckert - E.I.E.F. Paranavaí /PR

Local da pesquisa: Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí e Escola Municipal do campo professora Edith Ebiner Eckert E.I.E.F.

Nome do pesquisador responsável: Neiriane Aparecida Cattelan Mataruco

Responsável pelo local de pesquisa: Adélia paixão

Declaro que os pesquisadores acima identificados estão autorizados a realizar a pesquisa com o título "Memórias da escola municipal do campo professora Edith Ebiner Eckert - E.I.E.F. Paranavaí /PR" e coleta de dados, os quais serão utilizados exclusivamente para fins científicos. O referido projeto será realizado junto aos (sujeitos), que aceitarem participar das da pesquisa após a aprovação do comitê de ética em pesquisa de acordo com as noemas da Resolução CNS/MS nº 466/2012;e/ou CNS/MS nº 510/2016 e suas complementares. Está autorização só terá validade mediante parecer de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Paraná (CEP UNESPAR), e o responsável deverá obrigatoriamente entregar o parecer/aprovação do CEP UNESPAR para a instituição de ensino mencionada no campo de estudo.

Paranavaí, 10 de abril de 2023.



Pesquisadora responsável
Neiriane Apda Cattelan Mataruco



Secretária Municipal de Educação
Adélia Paixão

ADELIA PAIXÃO
Secretária Mun. de Educação
Despacho nº 17.426/2017

Anexo B – Comitê de Ética em Pesquisa (Unespar)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Memórias da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert

Pesquisador: MARCIA MARLENE STENTZLER

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 73849923.3.0000.9247

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.499.668

Apresentação do Projeto:

Foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa "Histórias e Memórias da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert", de 29/08/2023): Trata-se de pesquisa acadêmica que objetiva compreender o papel da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert (EIEF) no ensino e na formação sociocultural das crianças na comunidade Chácara Jaraguá, em Paranavaí/PR. A história desta escola está vinculada à existência da comunidade, localizada próxima à cidade de Paranavaí. Ela teve suas atividades iniciada no ano de 1967, como escola rural multisseriada. Resistiu ao desmantelamento das instituições isoladas pelos poderes públicos, sendo que atualmente, existem somente duas escolas do campo em Paranavaí. Esta instituição tem centralidade na vida das pessoas, sendo lugar de aprendizagens, de formação de memórias, de manutenção de tradições e de integração sociocultural. Muitas histórias de vida foram conformadas nesse lugar e representações sociais foram constituídas sobre essa instituição. Ela permanece funcionando até os dias atuais, apesar da tendência de fechamento de escolas localizadas no campo. Atualmente ela funciona em tempo integral. Oferta Educação Infantil e Ensino Fundamental, até o 5º ano. Portanto, o estudo histórico acerca de sua existência torna-se necessário, uma vez que instituições dessa natureza impactaram a vida de inúmeras famílias. Ao longo dos 56 anos de existência, ela ocupou um importante papel no ensino das crianças e, por conseguinte, na conformação sociocultural, em particular junto à comunidade local, por meio de diferentes atividades, em particular as festividades escolares e cívicas. Trabalhamos na perspectiva

Endereço: Av. Gabriel Esperdillibo s/n sala 20

Bairro: Jardim Morumbi

CEP: 87.703-000

UF: PR

Município: PARANAVAI

Telefone: (44)99973-4064

Fax: (44)3141-4334

E-mail: cep@unespar.edu.br

Continuação do Parecer: 6.499.668

da história sócio educacional e cultural, analisando aspectos do contexto macro e micro, considerando as inter-relações que a escola estabelece com o seu entorno. Esta pesquisa tem por base autores que trabalham as múltiplas relações que se estabelecem entre a sociedade e a instituição, bem como na cultura que se produz em seu interior. Entre eles destacamos Roger Chartier (1990), Marc Bloch (2001), Jacques Le Goff (2003), Edward Palmer Thompson (1998), entre outros. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, documental e de campo, com questionários aplicados a ex-alunos e grupo focal composto por ex-professores. O projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unespar. Os documentos estão localizados no arquivo da escola e da Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba. Eles serão catalogados e transcritos. O movimento da sociedade em relação à organização da educação será apreendido por meio de pesquisa no jornal Diário do Noroeste, onde buscaremos por notícias sobre esta escola, considerando representações sociais sobre o papel da educação. Por meio desses procedimentos, serão construídas análises acerca do papel da escola na comunidade e no processo de ensino e aprendizagem das crianças da Chácara Jaraguá, assim como as representações da sociedade acerca da função da escola. O estudo parte do seguinte questionamento: Qual o papel da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert (EIEF) no ensino e na formação sociocultural das crianças na comunidade Chácara Jaraguá, em Paranaíba/PR? Tem como Critério de Inclusão: ex-alunos que moram na comunidade das Chácaras Jaraguá, que estudaram entre os anos de 1970 a 2000 e que hoje tem filhos que estudam na instituição e ex-professoras dessa escola, que moram em Paranaíba. Os ex-alunos responderão um questionário via google forms e as ex-professoras farão parte de uma reunião com grupo focal de ex-professoras.

No total serão 15 participantes na pesquisa, sendo 10 ex-alunos que estudaram entre os anos de 1970 e 2000 e 5 ex-professoras que moram em Paranaíba.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o papel da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert (EIEF) no ensino e na formação sociocultural das crianças na comunidade Chácara Jaraguá, em Paranaíba/PR.

Objetivos Secundários:

- a) Analisar o papel das escolas rurais e sua transformação em escolas do campo.
- b) Conhecer a história da comunidade Jaraguá e da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebner Eckert.

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20	CEP: 87.703-000
Bairro: Jardim Morumbi	
UF: PR	Município: PARANAÍBA
Telefone: (44)99973-4064	Fax: (44)3141-4334
	E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.499.668

c) Identificar as representações sobre a escola na conformação sócioeducacional e cultural considerando as festividades escolares.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa poderá apresentar os seguintes riscos ao entrevistado: cansaço ou aborrecimento ao responder Questionários; constrangimento ao relembrar certas memórias; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias; possibilidade de constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados; medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas. Para minimizar tais riscos, será garantido um local reservado e adequado para a realização da entrevista, assim como a liberdade de resposta não sendo obrigado a responder questões que julgar constrangedoras e assegurando a confidencialidade e a privacidade das informações e dados coletados. Lembramos que a sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Benefícios:

Os benefícios esperados são: os professores participantes terão como benefícios imediatos a possibilidade de participar do resgate histórico e das memórias da Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebiner Eckert, contribuindo para a identidade da comunidade das Chácaras Jaraguá.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa acadêmica para elaboração de Dissertação de Mestrado em Ensino - Formação Docente interdisciplinar da Unespar Campus de Paranaíba. É uma pesquisa qualitativa de caráter sócio Histórico e com fontes bibliográficas, documentais e pesquisa de campo, que contará com a participação de 15 informantes sendo: 10 ex-alunos e 5 ex-professoras da escola.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O processo apresenta os seguintes documentos:

- Folha de rosto assinada pela direção de campus;
- Autorização do responsável pelo local da pesquisa (SEDUC);
- Modelo do questionário a ser aplicado para ex-alunos;
- TCLE para participação na reunião com grupo focal de ex-professoras;

Endereço: Av: Gabriel Esperidião s/n sala 20
Bairro: Jardim Morumbi **CEP:** 87.703-000
UF: PR **Município:** PARANAÍBA
Telefone: (44)99973-4064 **Fax:** (44)3141-4334 **E-mail:** cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.499.668

- TCLE para participação dos alunos que responderão o questionário;
- Projeto brochura;
- Cronograma de Atividades.
- Carta reposta em atendimento à pendência apresentada em avaliação anterior e inclusão do TCUD.
- Faltou alterar no cronograma o início da coleta de dados.

Recomendações:

- Observar o cronograma de início da coleta de dados.
- A coleta de dados da pesquisa de campo não pode iniciar antes de o projeto ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A proposta atende à Resol. 466/2012 CEP/CONEP e suas complementares para pesquisas com seres humanos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/16, art. 28, item V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2190858.pdf	17/10/2023 16:24:56		Aceito
Outros	TCUD_termodecompromissodeutilizacaodados_modelo.docx	17/10/2023 16:20:52	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Outros	Carta_Resposta_CEP.docx	04/10/2023 17:32:32	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Outros	Autorizacao_de_imagem_evoz.doc	04/10/2023 17:31:13	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	modelo_projeto_brochura.docx	04/10/2023 12:51:29	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	04/10/2023 12:50:53	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
TCLE / Termos de	TCLEdogrupofocal.docx	04/10/2023	MARCIA MARLENE	Aceito

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

Bairro: Jardim Morumbi

CEP: 87.703-000

UF: PR **Município:** PARANAÍ

Telefone: (44)99973-4064

Fax: (44)3141-4334

E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.499.668

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEdogrupofocal.docx	12:50:22	STENTZLER	Aceito
Outros	Aut_seduc.pdf	29/08/2023 15:53:16	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Outros	Questionario.docx	29/08/2023 15:51:33	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Folha de Rosto	Fohaderostoassinad.pdf	29/08/2023 15:50:47	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	29/08/2023 15:48:30	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PARANAVAI, 10 de Novembro de 2023

Assinado por:
Willian Augusto de Melo
(Coordenador(a))

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20
Bairro: Jardim Morumbi **CEP:** 87.703-000
UF: PR **Município:** PARANAVAI
Telefone: (44)99973-4064 **Fax:** (44)3141-4334 **E-mail:** cep@unespar.edu.br

Anexo C – Histórico das Escolas Municipais

24

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAI
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA


HISTÓRICO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Estabelecimento: JARAQUÁ

Endereço: CHACARA JARAQUÁ Km. 2

Município: Paranavaí Distrito: _____

Início de funcionamento: 15 / 05 / 1967



Localização: Urbana () Rural ()

Ensino: 1.º Grau (1.ª a 4.ª) () Primário antigo ()

Construída na gestão: Dr. José Vaz de Carvalho

Reconstruída: Benedito Pinto Dias

N.º de salas de aula (1)

Prédio: Próprio () Cedido () Alugado ()

MATERIAL PREDOMINANTE NA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO

Paredes: Tijolo Cobertura: Telhado de barro

Piso: Asfalto Vermelho Forro: Pinho

INSTALAÇÕES PRINCIPAIS DO PRÉDIO

Abastecimento de água: Poço Instalação sanitária: Retrôrio simples

Iluminação elétrica: Não tem Outras: _____

DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO

Pátio de recreação: Sim Residência: Professor(a) Não
 Cantina: Sim Zelador(a) Não
 Secretária: Não Outras: _____

ÁREA TOTAL DO TERRENO (M2) 1.350 m²

Dimensões da dependência: Sala 6x8 = 48 m² Comprimento 10 Largura 6
 Área coberta: 94 m² Cantina 6 X 3
 Área construída: 94 m²

PROFESSORES EM EXERCÍCIO NO ESTABELECIMENTO

ANO	SUPERIOR		NORMAL		OUTRO CURSO		PRIMÁRIO	
	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.
1974		1	1					

ALUNOS

Área construída _____

PROFESSORES EM EXERCÍCIO NO ESTABELECIMENTO

ANO	SUPERIOR		NORMAL		OUTRO CURSO		PRIMÁRIO	
	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.
1974		1	1					

ALUNOS

MATRÍCULAS		INICIAL			FINAL			APROVADOS		
Série	N.º Classes	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1ª		14	10	24	11	7	18	6	3	9
2ª		3	3	6	7	2	9	7	1	8
3ª		10	2	12	10	5	15	6	3	9
4ª		11	4	15	4	1	5	4	1	5
TOTAL										

Porcentagem: _____

MATERIAL EXISTENTE NO ESTABELECIMENTO

Carteiras 8 Quadro de giz 2 Cadeiras 2 Mesas 1 Armários 1 Outros 1

OBSERVAÇÕES:

Anexo D – Vida Legal do Estabelecimento de Ensino

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Data: 28/02/2024
SISTEMA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

VIDA LEGAL DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Núcleo	22 - NUCLEO REG. EDUCACAO - PARANAIVAI		
Município:	1860 - PARANAIVAI		
Estabelecimento	749 - EDITH EBINER ECKERT, E M C PROFA-EI EF	Situação: Ativo	
Endereço:	RUA MIRASSOL, 1320 -		Bairro: CHAC JARAGUA
CEP:	87706-000	FAX: 4439021141	Fone: 4439021141
Mantenedora:	PREFEITURA MUNICIPAL		
CNPJ Mantenedora:			

Cursos da

Educação Infantil - Regular: (2000 - 2001 - 2003 - 2100)				Ens./Modalid.: Regular-Educação Infantil			
Assunto	Tipo	Número	Data Ato	Data DOE	Data	Data Fim	
10 - Autorização de Funcionamento	RES	195	16/01/2012	10/02/2012	10/02/2012	10/02/2015	
PARECER 105/12-CEF. AUT.FUNC.ED.INF.(03 ANOS) A PARTIR DA DATA DA PUBL.DA RES. OBS: P/ ATUAR NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 04 (QUATRO) A 05 (CINCO) ANOS.							
33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	2459	08/06/2017	28/06/2017	10/02/2015	10/02/2020	
OBS: PAR 22/2018-SEF/NRE, A PARTIR DE 2018, ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL - CÓDIGO 2003.							
33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	2459	08/06/2017	28/06/2017	10/02/2015	10/02/2020	
PAR 1420/2017-SEED/CEF, REN.AUT.FUNC.DA EDUCAÇÃO INFANTIL PELO PRAZO DE 05(CINCO)ANOS, A PARTIR DE 10/02/2015, (RES.AUT.195/2012). OBS: P/ ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 04 (QUATRO) A 05 (CINCO) ANOS. OBS: PAR 22/2018-SEF/NRE, A PARTIR DE 2018, ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL - CÓDIGO 2003.							
33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	1131	27/02/2023	08/03/2023	10/02/2020	10/02/2024	
PAR 66/2023-CEE/CEIF, REN. AUT. FUNC. DA EDUCAÇÃO INFANTIL, OFERTA DE ATENDIMENTO DE 04 (QUATRO) A 05 (CINCO) ANOS, PELO PRAZO DE 04 (QUATRO) ANOS, NO PERÍODO DE 10/02/2020 ATÉ 10/02/2024, (RES.REN 2459/2017).							
Fundamental 8A - Anos Iniciais - Regular: (4001 - 4005)				Ens./Modalid.: Regular-Ensino Fundamental			
Assunto	Tipo	Número	Data Ato	Data DOE	Data	Data Fim	
10 - Autorização de Funcionamento	RES	3318	06/12/1982	13/01/1983	01/01/1980	31/12/1984	
AUTORIZA O FUNC.DO ENSINO DE 1ºGRAU 1/4 SÉRIE,DESDE 1980							
33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	68	09/01/1990	06/02/1990		31/12/1993	
PRORROGA PRAZO AUT.FUNC.DO ENSINO DE 1ºGRAU 1/4 SÉRIE							
33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	708	10/02/1994	04/03/1994		31/12/1998	
PRORROGA PRAZO AUT.FUNC.DO ENSINO DE 1ºGRAU 1/4 SÉRIE,DESDE 1994							
33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	3801	06/11/1998	22/12/1998			
RENOVA POR TEMPO INDETERMINADO, O PRAZO AUT.FUNC.DO ENSINO FUNDAMENTAL 1/4 SÉRIE.A PARTIR DE 1999(RESOL.AUT.3318/82)							
33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	3061	26/06/2006	25/07/2006		31/12/2009	
RENOVA PRAZO AUT.FUNC.DO ENSINO FUNDAMENTAL 1/4 SÉRIE.A PARTIR DE 2006(RESOL.AUT.3318/82)							
33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	3830	30/08/2011	21/10/2011	01/01/2010	31/12/2013	
RENOVA AUT.FUNC.(04 ANOS)DESDE 2010.							
88 - Cessação Definitiva	RES	3374	20/10/2015	09/11/2015	09/11/2015		
CESSAR DEFINITIVAMENTE AS ATIVIDADES ESCOLARES RELATIVAS AO ENSINO FUNDAMENTAL (1ª a 4ª SÉRIE), EM TODAS AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ, A PARTIR DA DATA DA PUBL.DA RES. OBS: CONTINUAM EM VIGOR PARA AS QUE OPTARAM PELA TRANSPOSIÇÃO DOS ATOS, DO ENSINO FUNDAMENTAL (1ª a 4ª SÉRIE), PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (1ª AO 5ª ANO).							
Fundamental 9A - Anos Iniciais - Regular: (4035 - 4042)				Ens./Modalid.: Regular-Ensino Fundamental			
Assunto	Tipo	Número	Data Ato	Data DOE	Data	Data Fim	
10 - Autorização de Funcionamento	RES	776	28/02/2008	05/05/2008	01/01/2007	31/12/2011	
AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL 1/5 ANO, POR 05 ANOS, DESDE 2007, PARECER 573/08-CEF.							
33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	408	20/01/2012	24/02/2012	01/01/2012	31/12/2016	
33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	2458	08/06/2017	28/06/2017	01/01/2017	31/12/2021	
OBS: PARECER TÉCNICO-SEF/NRE, A PARTIR DE 2019, CURSO COM ORGANIZAÇÃO CURRICULAR SERIADA EM TEMPO INTEGRAL (CÓD.4042).							

VIDA LEGAL DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Núcleo	22 - NUCLEO REG. EDUCACAO - PARANAVAL	
Município:	1860 - PARANAVAL	
Estabelecimento	749 - EDITH EBINER ECKERT, E M C PROFA-EI EF	Situação: Ativo
Endereço:	RUA MIRASSOL, 1320 -	Bairro: CHAC JARAGUA
CEP:	87706-000 FAX: 4439021141	Fone: 4439021141
Mantenedora:	PREFEITURA MUNICIPAL	
CNPJ Mantenedora:		

33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	2458	08/08/2017	28/06/2017	01/01/2017	31/12/2021
PAR 1419/2017-SEED/CEF, REN.AUT.FUNC.DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS), PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DE 01/01/2017, (RES.AUT.776/2008), COM ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: SERIADO - CÓDIGO 4035. OBS: PARECER TÉCNICO-SEF/NRE, A PARTIR DE 2019, CURSO COM ORGANIZAÇÃO CURRICULAR SERIADA EM TEMPO INTEGRAL (CÓD.4042).						
33 - Renovação Autorização de Funcionamento	RES	6678	24/10/2022	31/10/2022	01/01/2022	31/12/2026
PAR 3225/2022-SEED/CEF, REN.AUT.FUNC.DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS), PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DE 01/01/2022, (RES.AUT.776/2008).						

Sala Recursos Multifuncionais Series Iniciais: (6415)			Ens./Modalid.: Especial-Ensino			
Assunto	Tipo	Número	Data Ato	Data DOE	Data	Data Fim
10 - Autorização de Funcionamento	RES	1721	07/05/2019	31/05/2019	31/05/2019	31/05/2024
PAR 92/2019-DEE, AUT.FUNC.DE 02 (DUAS) S/R MULTIFUNCIONAL, ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS), ÁREA DA DI, TGD, DFN E TFE, 20 HORAS SEMANAIS CADA, PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO.						

Geral da Escola:

Assunto	Tipo	Número	Data Ato	Data DOE	Data	Data Fim
14 - PLANO DE IMPLANTAÇÃO	PAR	358	07/12/1981			
APROVA PAR PL IMPL ZONA RURAL						
14 - PLANO DE IMPLANTAÇÃO	RES	356	05/02/1982	17/02/1982		
HOM PAR PL IMPL						
10 - Autorização de Funcionamento	RES	3318	06/12/1982	13/01/1983	01/01/1980	
AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO.						
24 - ALTERAÇÕES	RES	3585	19/10/1983	09/11/1983		
ADEQ NOM DEL 051						
91 - Alteração de Denominação	RES	3585	19/10/1983	09/11/1983		
ADEQ NOM DEL 051						
16 - SISTEMA AVALIAÇÃO	ATO	9300001	30/11/1993			
APROVA PROPOSTA SIS AVALIACAO VIG A PARTIR 1993 22						
24 - ALTERAÇÕES	RES	3120	08/08/1998	11/09/1998		
ALT.DEN.CFE.DEL.003/98-CEE DE:JARAGUA, ESC MUL PARA:JARAGUA, E R M						
24 - ALTERAÇÕES	PAR	51	17/12/2001			
ALTERA DENOM.DE ESC.RURAL MUN.JARAGUA P/ ESC.RURAL MUN.PROF.EDITH EBI-NER ECKERT-ENS.FUND.,PARECER 51/2001-NRE						
91 - Alteração de Denominação	PAR	51	17/12/2001			
ALTERA DENOM.DE ESC.RURAL MUN.JARAGUA P/ ESC.RURAL MUN.PROF.EDITH EBI-NER ECKERT-ENS.FUND.,PARECER 5						
24 - ALTERAÇÕES	RES	619	07/03/2002	23/04/2002		
ALTERA DENOM.DE ESC.RURAL MUN.JARAGUA P/ ESC.RURAL MUN.PROF.EDITH EBI-NER ECKERT-ENS.FUND.,DESDE 2002.PARECER 404/2002-CEF						
91 - Alteração de Denominação	RES	619	07/03/2002	23/04/2002		
ALTERA DENOM.DE ESC.RURAL MUN.JARAGUA P/ ESC.RURAL MUN.PROF.EDITH EBI-NER ECKERT-ENS.FUND.,DESDE 200						
15 - Regimento Escolar	ATO	125	07/02/2003			
APROVA O REGIMENTO ESCOLAR, A PARTIR DO INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2003						
18 - Alteração do Regimento	ATO	202	20/05/2005			
APROVA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR REFERENTE À ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 3794/04-SEED. A PARTIR DO INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2005						

VIDA LEGAL DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Núcleo	22 - NUCLEO REG. EDUCACAO - PARANAVAL				
Município:	1860 - PARANAVAL				
Estabelecimento	749 - EDITH EBINER ECKERT, E M C PROFA-EI EF			Situação: Ativo	
Endereço:	RUA MIRASSOL, 1320 -			Bairro: CHAC JARAGUA	
CEP:	87706-000	FAX:	4439021141	Fone: 4439021141	
Mantenedora:	PREFEITURA MUNICIPAL				
CNPJ Mantenedora:					
23 - Adendo ao Regimento	ATO	30	20/04/2007		
APROVA ADENDO REGIMENTAL REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS, PARA O ANO LETIVO DE 2007					
15 - Regimento Escolar	ATO	151	18/10/2011		
APROVA O REGIMENTO ESCOLAR, A PARTIR DO INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2012					
99 - Adequação	RES	195	16/01/2012	10/02/2012	
PARECER 105/12-CEF. ADEQUA NOMENC. DO ESTAB.DE ENS.DE: E R M PROF EDITH EBINER ECKERT - ENS FUND., PARA: E R M PROFA EDITH EBINER ECKERT - ED INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, A PARTIR DA PUBL.DA RES.					
42 - Credenciamento educação básica	RES	408	20/01/2012	24/02/2012	24/02/2012 24/02/2017
91 - Alteração de Denominação	RES	4958	10/08/2012	05/09/2012	05/09/2012
PAR 52/12-COOR.EDUC.ESC.CAMPO.A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO. DE E R M PROFª EDITH EBINER ECKERT-EI EF. PARA:E M C PROFª EDITH EBINER ECKERT-EI EF.					
91 - Alteração de Denominação	RES	821	25/02/2013	11/03/2013	11/03/2013
PAR 52/12-COORD.EDUC.ESC.CAMPO.A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO. DE E R M PROFª EDITH EBINER ECKERT-EI EF. PARA:E M C PROFª EDITH EBINER ECKERT-EI EF.					
35 - Revogação	RES	1322	18/03/2013	10/04/2013	
REVOGAR A RES.821/13.					
23 - Adendo ao Regimento	ATO	212	11/09/2015		
APROVA ADENDO REGIMENTAL N° 01 REFERENTE À FREQUÊNCIA NA PRÉ-ESCOLA, A PARTIR DO INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2016. PARECER N° 151/2015-SEF/NRE-PARANAVAL					
100 - Renovação de Credenciamento - Ed.Basica	RES	2458	08/06/2017	28/06/2017	24/02/2017 24/02/2022
PAR 1419/2017-SEED/CEF, RENOVAR O CREDENCIAMENTO P/ OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DE 24/02/2017 ATÉ 24/02/2022, (RES.CRED.408/2012).					
36 - Proposta Pedagógica	PAR	28	06/12/2017		
PARECER DE VERIFICAÇÃO DA LEGALIDADE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA.					
15 - Regimento Escolar	ATO	534	21/12/2017		
PARECER N° 394/2017-SEF/NRE-PARANAVAL, APROVA O REGIMENTO ESCOLAR, A PARTIR DO INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2018 - FICAM REVOGADOS OS ATOS ADMINISTRATIVOS N° 151/2011 E 212/2015-NRE-PARANAVAL					
23 - Adendo ao Regimento	ATO	28	09/12/2020		
PARECER DE LEGALIDADE N° 082/2020-SEF/NRE-PARANAVAL - APROVA ADENDO REGIMENTAL N° 01 REFERENTE AO SISTEMA DE AVALIAÇÃO, MATRIZ CURRICULAR E LRC ONLINE, A PARTIR DO INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2021.					
36 - Proposta Pedagógica	PAR	52	17/12/2020		
PARECER DE VERIFICAÇÃO DA LEGALIDADE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA.					
106 - Validação	VALI	118	15/01/2021		
Parecer Técnico n° 118/2021 - SEED/NRE de Paranavai, que valida as atividades remotas desenvolvidas no ano letivo de 2020, conforme Deliberação n° 09/2020-CEE/PR e Resolução n° 5003/2020.					
36 - Proposta Pedagógica	HOM	19	21/12/2021		
PARECER DE LEGALIDADE N° 392 de 14/12/2021- NRE-PARANAVAL E ATO DE HOMOLOGAÇÃO N° 19 DE 21/12/2021 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANAVAL					
106 - Validação	VALI	40	06/01/2022		
Parecer Técnico n° 40/2022 - SEED/NRE de Paranavai, que valida as atividades remotas desenvolvidas no ano letivo de 2021, conforme Deliberação n° 09/2020-CEE/PR e Resolução n° 3085/2021-GS/SEED.					
15 - Regimento Escolar	HOM	14	29/06/2022		
Parecer de Legalidade n° 368/2022 Data 27/06/2022 - NRE de Paranavai, Ato de Homologação n° 14/2022 data 29/06/2022 - Prefeitura Municipal de Paranavai					
100 - Renovação de Credenciamento - Ed.Basica	RES	6678	24/10/2022	31/10/2022	24/02/2022 24/02/2032
PAR 3225/2022-SEED/CEF, RENOVAR O CREDENCIAMENTO P/ OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PELO PRAZO DE 10 (DEZ) ANOS,					

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Data: 28/02/2024
SISTEMA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

VIDA LEGAL DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Núcleo	22 - NUCLEO REG. EDUCACAO - PARANAVAI		
Município:	1860 - PARANAVAI		
Estabelecimento	749 - EDITH EBINER ECKERT, E M C PROFA-EI EF	Situação: Ativo	
Endereço:	RUA MIRASSOL, 1320 -		Bairro: CHAC JARAGUA
CEP:	87706-000	FAX: 4439021141	Fone: 4439021141
Mantenedora:	PREFEITURA MUNICIPAL		
CNPJ Mantenedora:			
<hr/>			
100 - Renovação de Credenciamento - Ed.Basica	RES	6678	24/10/2022 31/10/2022 24/02/2022 24/02/2032
A PARTIR DE 24/02/2022 ATÉ 24/02/2032. (RES.CRED.408/2012).			